ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EDUCAÇÃO FISCAL

CADERNO DO PROFESSOR

5ª a 8ª SÉRIE

Florianópolis
2005

Consultoria e Organização
Francisco de Assis Maroneze Abreu
Juçara Terezinha Cabral
Maria Auxiliadora Maroneze de Abreu

Editoração Eletrônica
Francisco A. M. Abreu

Revisão
Sueli Duarte Aragão

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca da SED/DIEB/GEREF

Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.
Secretaria de Estado da Fazenda.
Educação fiscal: ensino fundamental de 5ª a 8ª série – caderno do professor/ Organizadores Maria Auxiladora Maroneze de Abreu; Francisco de Assis Maroneze de Abreu; Juçara Terezinha Cabral. – Florianópolis, 2005.
112 p.

Produção de educadores da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina e técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda.

1. Educação – Justiça e equidade – Santa Catarina 2. Cidadania – Santa Catarina

CDU 37.035.1(816.4)
304(816.4)

GRUPOS DE PRODUÇÃO DOS CADERNOS DE EDUCAÇÃO FISCAL 2001 - 2004

- EQUIPE QUE PARTICIPOU DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM TREZE TÍLIAS (SC) E CONTRIBUIU PARA A SISTEMATIZAÇÃO DE ALGUMAS ATIVIDADES:

NOME	MUNICÍPIO	GEREI	ESCOLA
Ana C. T. Canei	Pinhalzinho	Maravilha	EEB Vendelino Junges
Cinara M. Peres	Palhoça	São José	EEB Pe. Vicente F. Cordeiro
Dayse Mello P. da Silva	Palhoça	São José	EEB Pe. Vicente F. Cordeiro
Edir Pacheco Silva	Garopaba	Laguna	EEB Prof. José R. Lopes
Eliana Scremim Martins	Garopaba	Laguna	EEB Prof. José R. Lopes
Ivane Fiorini Deufel	Pinhalzinho	Maravilha	EEB José Marcelino Eckert
Jussara Eleguida	Palhoça	São José	EEB Pe. Vicente F. Cordeiro
Leocádia F. P. Scatolm	Pinhalzinho	Maravilha	EEB Vandelino Junges
Lucimar Chiamulera	Lacerdópolis	Joaçaba	EEB Mater Dorolum
Luiz O G. Ebling	Garopaba	Laguna	EEB Prof. José R. Lopes
Marcos Leandro	Witmarsum	Ibirama	EEB Prof. Semíramis Bosco
Rosilene Floriani Becker	Braço do Trombudo	Rio do Sul	EEB Adolfo Böving
Salete Savegnago	Pinhalzinho	Maravilha	EEB Vandelino Junges
Sonia M. M. Hoff	Pinhalzinho	Maravilha	EBB José Marcolino Eckert
Suzana Dall´Orsoletta	Lacerdópolis	Joaçaba	EEB Mater Dorolum
Terezinha L. Martins	Capinzal	Joaçaba	EEB Mater Dorolum
Vanderlei José Puhl	Pinhalzinho	Maravilha	EEB José Marcelino Eckert
Tarciso Kock	Rio do Sul	Rio do Sul	EEB Adolfo Böving

- ESCOLAS QUE PRODUZIRAM E DESENVOLVERAM ATIVIDADES

  - EEB José Marcelino Eckert – Pinhalzinho (SC)
  - EEB Mater Dorolum – Capinzal (SC)
  - EEB Melo e Alvin – Herval D'Oeste (SC)
  - EEB Padre Vicente Ferreira Cordeiro – Palhoça (SC)
  - EEB Prof. Semíramis Bosco – Witmarsum (SC)
  - EEB Professor José Rodrigues Lopes – Garopaba (SC)
  - EEB São Cristóvão – Capinzal (SC)
  - EEB Vendelino Junges – Pinhalzinho (SC)

- CONSULTORES E ORGANIZADORES DAS ATIVIDADES

  - Francisco de Assis Maroneze de Abreu
  - Juçara Teresinha Cabral
  - Maria Auxiliadora Maroneze de Abreu

Caro Educador,

A Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia vêm desenvolvendo o Programa de Educação Fiscal, que tem como objetivos precípuos promover e institucionalizar a Educação Fiscal como instrumento para a construção e ampliação do exercício da cidadania, possibilitando a participação ativa do cidadão no processo econômico, político e social. A rigor, o cidadão se apresenta como sujeito deste processo histórico que produz mudanças significativas no País, com vistas a uma distribuição mais equânime dos bens materiais e culturais.

O Programa Educação Fiscal, fundamentado nos pressupostos filosóficos e metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina, relativamente ao processo educacional, tem o compromisso de proporcionar ao educando as condições necessárias e adequadas para o exercício pleno da cidadania.

Nesta linha de pensamento, a implementação da Educação Fiscal nas escolas se constitui prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades, nos níveis pessoal e coletivo, assim como a afirmação do princípio da participação política. Desta forma, possibilita ao educando a socialização de conhecimentos acerca da Administração Pública, em especial a tributação, a alocação e o controle dos gastos públicos, conceitos estes imprescindíveis para a consciência da cidadania.

O Caderno do Professor foi elaborado a partir da produção de professores e alunos de escolas da rede estadual de ensino, com a colaboração de técnicos das respectivas Secretarias. É, assim, mais um recurso educativo para a construção da prática pedagógica do cotidiano escolar, criado com o objetivo de construir educação, cidadania, justiça e qualidade de vida para todos os catarinenses.

Max Roberto Bornholdt
Secretário de Estado da Fazenda

Jacó Anderle
Secretário de Estado da Educação,
Ciência e Tenologia

NOTA DOS CONSULTORES

Grande parte do material deste caderno é o resultado da produção de educadoras e educadores, de alunas e alunos de escolas da rede estadual de ensino, com a colaboração de técnicas e técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, envolvidos no programa de Educação Fiscal*.

As atividades de aprendizagem desenvolvidas nas escolas e algumas elaboradas por nós, fundamentam-se nas diretrizes para a educação catarinense, estabelecidas na Proposta Curricular de Santa Catarina, ou seja, têm como referencial teórico-metodológico, o Materialismo Histórico e a Escola de Psicologia Histórico-Cultural de "Lev Semenovich Vygotsky" (1896-1934), pesquisador russo que é quem vai produzir uma nova contribuição para a ciência da Psicologia. Fundamentando-se no Materialismo Histórico Vygostky elaborou com isso, uma das explicações mais significativas do pensamento marxista, a que trata do problema e das origens e da evolução da consciência no ser humano. Tal elaboração resultou numa forma de aplicação do pensamento marxista (ABREU; CABRAL, 2003, p.23).

Embasado na obra de Vygotsky, Aléxis Leontiev (1904-1979) sistematiza a Teoria da Atividade, reforçando a necessidade de intervenção do mediador, da interação e das ações e operações realizadas pelos sujeitos no processo de apropriação do conhecimento. Apropriação esta que tem como objetivo primeiro a constituição de um ser humano consciente de sua participação na construção de uma sociedade mais justa.

> "As Atividades de Aprendizagem, planejadas a partir da Teoria da Atividade, apontam para uma série de ações e operações que precisam ser oportunizadas para que o aluno se coloque como sujeito ativo no processo ensino/aprendizagem. Apostam seguramente na transformação deste mesmo aluno no que se refere à aprendizagem dos conceitos essenciais sobre tributos vinculados a outros conceitos disciplinares e transversais (de um todo possível). Além disto, apostam na formação deste aluno como um sujeito que não só elaborou os conceitos para si mesmo, mas num sujeito que continuará engajado num processo de se unir a outros sujeitos para um dia, conseguirem viver numa sociedade na qual direitos e deveres de contribuinte sejam verdadeiramente justos" (ABREU; CABRAL, 2003, p.29).

O que nós educadores buscamos construir com os alunos é um mundo baseado na igualdade de direitos, na defesa e preservação da natureza, na cooperação, na solidariedade, no desarmamento das nações e na convivência pacífica com a diversidade. Uma sociedade em que a cultura e a informação não sejam mercantilizadas, e que o ser humano esteja acima do mercado, da produção selvagem e destruidora, do lucro ilimitado. Ou seja, buscamos um mundo construído pelo envolvimento de todos na luta por uma sociedade local, mas de pensamento global, cujas pessoas possam fazer escolhas, sem ter que para isso destruir os outros.

No que se refere à sistematização e organização dos cadernos, assumimos a responsabilidade pelas ilustrações, pelos acréscimos, pelas sugestões artísticas e bibliográficas. Fizemos isto com a intenção de contribuir com um trabalho significativo para a educação catarinense, em que a Educação Fiscal exerça papel fundamental na construção da cidadania.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FISCAL EM SANTA CATARINA

Wanderley Peres de Lima[1]

Durante a realização do seminário sobre Federalismo Fiscal em Salvador - BA, promovido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em dezembro de 1995, alguns expositores internacionais enfocaram a necessidade de ações educativas para o cumprimento das obrigações tributárias pelo cidadão.

Fig 1

A experiência de países mais avançados foi apresentada como importante solução para o problema, ou seja, a partir da escola, disseminam-se conhecimentos sobre "educação tributária", educando o cidadão para viver em sociedade e para o exercício da cidadania.

No seminário do CONFAZ, sobre Administração Tributária, realizado em Fortaleza – CE, em maio de 1996, foi apresentado um vídeo institucional intitulado **"A História dos Tributos"**, produzido em 1993 pelas Secretarias de Educação e Fazenda do Estado do Espírito Santo - ES. Das conclusões do seminário, o destaque foi para a necessidade de introdução de um programa de "consciência tributária" nas escolas, fundamental para despertar a prática da cidadania nos jovens.

Assim, em 13 de setembro de 1996 foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica entre a União, Estados e Distrito Federal. Dentre outros objetivos foi definida a implantação de um programa nacional permanente de conscientização tributária a ser desenvolvido pelas unidades da Federação.

A partir deste encontro, um grupo de técnicos das Secretarias Estaduais da Fazenda e do Ministério da Fazenda iniciou as atividades do Grupo de Trabalho de Educação Tributária (GET), que passou a reunir-se periodicamente na Escola de Administração Fazendária (ESAF), em Brasília.

Em seguida, o Ministério da Educação enviou seu representante para participar das discussões do Programa Nacional. Gradativamente, os Estados passaram a contar com a parceria das Secretarias de Estado de Educação, inclusive, com a participação de representantes nas reuniões do grupo nacional. Inicialmente a ESAF foi utilizada como base de operação e, depois, passou a coordenar o Grupo de Trabalho.

Em 25 de julho de 1997, o CONFAZ aprovou a criação do GET e a Portaria nº 35, de 27/02/1998, do Ministério da Fazenda, o oficializou. Os objetivos do GET ficaram então definidos como sendo: "promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implementação

[1] Auditor Fiscal da Receita Estadual. Coordenador do Programa de Educação Fiscal no período de junho de 1998 a março de 2001 e de janeiro de 2004 a fevereiro de 2005.

de um programa nacional permanente de educação tributária e acompanhar as atividades do Grupo de Educação Tributária dos Estados – GETE".

Por contemplar não só as questões tributárias, mas, também, a alocação e a gestão dos recursos arrecadados, em julho de 1999, o CONFAZ decidiu alterar a denominação para Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). O PNEF tem como objetivo geral, promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania.

A Portaria Interministerial nº 413/2002, de 31/12/2002, implementou o Programa Nacional de Educação Fiscal, oficializando a competência dos Ministérios e demais órgãos envolvidos no Programa.

São objetivos do Programa:

- desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social;
- promover harmonia nas relações entre o Estado e o cidadão;
- conscientizar os cidadãos para a função socioeconômica dos tributos;
- socializar conhecimentos sobre a Administração Pública, alocação e controle dos gastos públicos e tributação;
- incentivar o acompanhamento e fiscalização, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos;
- aumentar a responsabilidade fiscal com vistas à obtenção do equilíbrio fiscal no longo prazo;
- fortalecer o comportamento ético na Administração Pública e na iniciativa privada;
- aumentar a eficiência e transparência do Estado;
- promover a reflexão sobre as práticas sociais.

Em Santa Catarina, a Educação Fiscal passou a ser discutida em 1998. Em julho foi criado o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal Estadual (GEFE), formado por técnicos das Secretarias de Estado da Educação e da Fazenda, com o objetivo de coordenar, elaborar, implantar e acompanhar o Programa de Educação Fiscal no Estado.

No mês de setembro de 1998 foi realizado em Fraiburgo - SC, o "Seminário de Capacitação e Elaboração do Material Didático sobre Educação Fiscal", que contou com a participação de cento e cinqüenta educadores e técnicos fazendários.

A partir daquela data desencadeou-se uma aproximação entre órgãos públicos, com finalidades e objetivos distintos, com vistas a encontrar pontos de convergência que pudessem sustentar a implantação de um Programa de Educação Fiscal em forma de parceria duradoura, bem como, socializar experiências e conhecimentos, e definir a forma de encaminhamento da Educação Fiscal em nosso Estado.

Em razão da novidade que a temática abordada pelo Programa representou, optou-se pela produção de atividades de aprendizagem, embasadas na Teoria da Atividade, de *Aléxis Leontiev* da Escola de Psicologia Histórico-cultural, explicitada na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Estas atividades produzidas foram sistematizadas em cadernos pedagógicos, elaborados por técnicos da Secretaria de Fazenda, contando ainda com materiais de apoio

que versam, especificamente, sobre temas relacionados às finanças públicas.

A partir do ano 2000, a Educação Fiscal em Santa Catarina foi objeto de diversas ações. De acordo com o planejamento e diretrizes definidas, ainda em 1998, realizaram-se cursos com a participação de educadores e técnicos fazendários, visando à produção deste material pedagógico. Da mesma forma, decidiu-se pela produção de material de apoio versando sobre temas relacionados às finanças públicas, que seriam abordados pelo Programa.

Elaborada pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual Francisco Ricieri Fontanella, a Apostila denominada "FINANÇAS PÚBLICAS: Lições Introdutórias destinadas aos Docentes do Programa de Educação Fiscal" passou a ser utilizada como fonte de consulta e esclarecimento de dúvidas sobre a Administração Pública.

Fig 2

Durante o ano de 2000 foram realizados quatro eventos visando à capacitação de docentes e à produção de atividades de aprendizagem para compor os cadernos pedagógicos. A capacitação envolveu 640 educadores e 90 técnicos fazendários.

Como resultado do trabalho desenvolvido entre as Secretarias de Estado da Educação e da Fazenda foram produzidos quatro cadernos pedagógicos, a saber: Séries Iniciais, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série e Ensino Médio, cujas atividades devem ser utilizadas pelos demais professores em sala de aula.

Os cadernos pedagógicos foram impressos e distribuídos durante o exercício de 2001, em boa parte da rede pública estadual de ensino, algumas prefeituras municipais e, quando houve solicitação, foram enviados a outras Unidades da Federação.

De acordo com o planejamento efetuado no ano de 1999, nos meses de abril e maio de 2001, foram realizados dezenove seminários por meio dos quais procedeu-se o trabalho de sensibilização de 4.500 educadores. É importante salientar que todas as escolas da rede estadual enviaram seus representantes.

A descentralização dos trabalhos possibilitou que, a partir do segundo semestre de 2001, fossem realizados encontros, palestras e seminários, em diversas regiões do Estado visando à sensibilização de educadores. De acordo com dados divulgados em 2003, aproximadamente 20.000 educadores tiveram, de alguma forma, contato com os propósitos do Programa de Educação Fiscal.

Por solicitação dos educadores, novas atividades foram produzidas, contendo, inclusive, atividades desenvolvidas em sala de aula, comprovando a excelência dos profissionais da rede estadual de ensino. O resultado desta produção está sistematizado e organizado neste

caderno.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/educacao-fiscal/programa.pdf

Fig 1: Disponível em: <http://www.knhg.nl/images/historia.jpg>. Acesso em: 27 maio 2004.

Fig 2: VEJA, A AVENTURA DO DESCOBRIMENTO, P. 32.

Fig 3: Disponível em: <http://www.tci.art.br/BcoImgs/images/Ilcd2.jpg>. Acesso em: 27 maio 2004.

Fig 3

SUMÁRIO

I– Agricultura e produção de alimentos – 5ª. a 8ª. Série 15

II– Construindo a cidadania 31

III– Educação Fiscal e a conservação do patrimônio público: Escola 48

IV– Tributos: O que nós temos a ver com isso? 66

V– Conceitos 85

VI– Sugestões de livros de literatura infanto-juvenil 98

VII–Bibliografia geral 102

I– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - AGRICULTURA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 5ª A 8ª SÉRIE

Produção: Equipe técnica, pedagógica, administrativa e alunos da Escola de Ensino Fundamental Vendelino Junges – Pinhalzinho (SC)

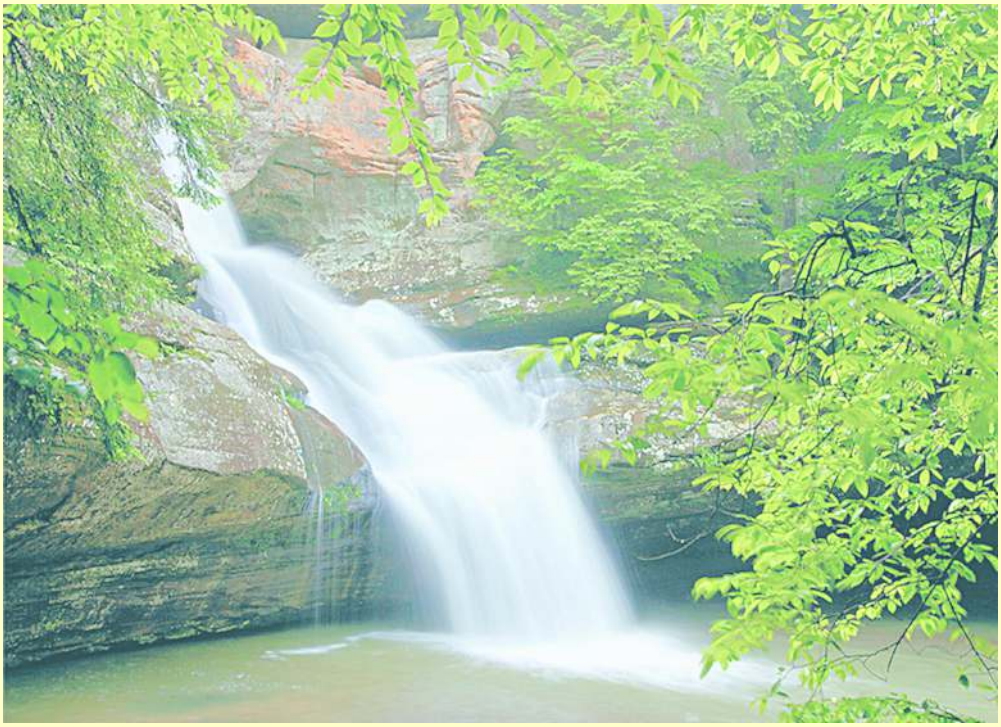


Fig 1

O RIO
Olavo Bilac

Da mata no seio umbroso,
No verde seio da serra,
Nasce o rio generoso,
Que é a providência da terra.
Nasce humilde, e, pequenino,
Foge ao sol abrasador;
É um fio d'água, tão fino,
Que desliza sem rumor.
Entre as pedras se insinua,
Ganha corpo, abre caminho,
Já canta, já tumultua,
Num alegre burburinho.
Agora o sol, que o prateia,
Todo se entrega, a sorrir;
Avança, as rochas ladeia,
Some-se, torna a surgir.

Recebe outras águas, desce
As encostas de uma em uma,
Engrossa as vagas, e cresce,
Galga os penedos, e espuma.
Agora, indômito e ousado,
Transpõe furnas e grotões,
Vence abismos, despenhado
Em saltos e cachoeirões.
E corre, galopa.
Cheio de força; de vaga em vaga, chega ao vale, larga o seio, cava a terra, o campo alaga...
Expande-se, abre-se, ingente,
Por cem léguas, a cantar,
Até que cai, finalmente,
No seio vasto do mar...
Mas na triunfal majestade
Dessa marcha vitoriosa,
Quanto amor, quanta bondade
Na sua alma generosa!

A cada passo que dava
O nobre rio, feliz
Mais uma árvore criava,
Dando vida a uma raiz.
Quantas dádivas e quantas
Esmolas pelos caminhos!
Matava a sede das plantas
E a sede dos passarinhos...
Fonte de força e fartura,
Foi bem, foi saúde e pão:
Dava às cidades frescura,
Fecundidade ao sertão...
E um nobre exemplo sadio
Nas suas águas se encerra;
Devemos ser como o rio,
Que é providência da terra:
Bendito aquele que é forte,
E desconhece o rancor,
E, em vez de servir a morte,
Ama a Vida, e serve o Amor!

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL VENDELINO JUNGES
PINHALZINHO (SC)

INTRODUÇÃO

A Escola de Ensino Fundamental Vendelino Junges localiza-se na avenida Belém, nº. 647, no município de Pinhalzinho, Oeste de Santa Catarina. A Escola funciona em dois turnos, contando atualmente com 700 alunos, matriculados de 1ª a 8ª série.

Os alunos são filhos de pequenos agricultores, assalariados, profissionais liberais, diaristas, desempregados e outros. A predominância étnica das famílias é alemã, italiana, cabocla, dentre outras. O nível de escolaridade das famílias é baixo, sendo que uma minoria possui assinatura de revistas e jornais.

Baseando-se na Proposta Curricular, é objetivo da Escola oferecer uma educação voltada para a realidade do educando, estimulando seu potencial de ser capaz de construir seus próprios conhecimentos. Neste contexto, o papel do educador é o de ser mediador entre o aluno e os objetos de conhecimento com os quais ele convive na família, na escola e na sociedade.

A Escola tem por função social mostrar caminhos ao educando, oportunizando-lhe a elaboração e a reelaboração do conhecimento científico, historicamente produzido pela humanidade. Entendemos que o homem, por um ser social, necessita interagir com seu semelhante de forma participativa, ativa e consciente, em que tenham oportunidade de compreender o mundo presente, poder agir e transformar a realidade, buscando alternativas de soluções reais para a melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo para uma sociedade mais consciente.

A Escola de Ensino Fundamental Vendelino Junges tem como prática pedagógica e curricular a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo, partindo de atividades de aprendizagem, com uma problemática geralmente constatada na família, na escola ou na comunidade, ainda provocar discussões, reflexões e mudanças de comportamento com a contribuição dos vários componentes curriculares que façam o aluno perceber a inter-relação dos diversos ramos do saber que compõem o conhecimento, e que isso se torne rotina, vivência e contribuição para melhorar a qualidade de vida.

A Escola prioriza o trabalho coletivo/interdisciplinar porque entende que um conhecimento construído como um todo e não fragmentado, isto é, realizado em partes, dificulta o entendimento dos alunos. Quando o assunto é fragmentado, muitos alunos não conseguem juntar as idéias trabalhadas nas diferentes disciplinas para construir conceitos.

O trabalho desenvolvido em relação à problemática envolvendo agricultura e Educação Fiscal partiu da necessidade de entender e divulgar a questão tributária, pois faz parte do dia-a-dia. A partir desta idéia, iniciou-se uma discussão de como contextualizar, no âmbito escolar, a construção das atividades de aprendizagem que culminaram com o Iº Seminário de Educação Fiscal, realizado em julho/2002, quando foram expostas as atividades interdisciplinares realizadas.

O Programa de Educação Fiscal contribui para a formação de uma consciência tributária e de cidadania para toda a sociedade, possibilitando maior conhecimento e compreensão do exercício integral dos direitos e deveres de cada cidadão e contribuindo para uma sociedade mais consciente.

EDUCAÇÃO FISCAL

Desde o surgimento do Estado, os governos encontraram várias formas de financiamento para as despesas públicas. Assim, existiam os despojos ou conquistas de guerra, confiscos, contribuições arbitrárias exigidas pelos soberanos, exigências de empréstimos, imposições de penalidades, fabricação de moedas metálicas ou de papel e renda pelo uso da terra.

O código de Hamurabi, escrito pelo Império Babilônico, foi a primeira codificação de leis, e nele já instituiu impostos e outros tributos para a realização de obras públicas. Na Bíblia, no antigo testamento, também encontramos referência aos tributos, no qual se preceitua que todos devem contribuir com a décima parte da produção.

Na América pré-colombiana, as civilizações também se utilizavam de tributo, sem suas organizações sociais. Os povos eram obrigados a trabalhar nas obras públicas, prestar serviço militar, ou pagar tributos sobre a produção.

Durante a Idade Média (476 a 1453), as receitas públicas eram retiradas pelos senhores feudais dos cidadãos de cada feudo e consistiam na exploração da terra sob a forma de renda, de aluguel ou de participação nas colheitas.

Na época moderna, de 1453 a 1789, o Estado obtinha suas receitas ao exercer a atividade comercial de forma lucrativa, principalmente com o sal, os metais e pedras preciosas e matérias-primas.

Na Idade Contemporânea a fonte principal para as receitas públicas passou a ser a receita derivada, mais propriamente os impostos. O poder de tributar passou a ser disciplinado por diversos princípios, geralmente estabelecidos na própria constituição.

Atualmente o Brasil está entre os países que mais cobram tributos, e agricultores também pagam seus impostos sobre a terra e o que nela produzem, impostos, tais como ITR (Imposto sobre a Propriedade Rural), INCRA e FUNRURAL, além de outros.

A finalidade destes impostos seria a de viabilizar uma política agrícola e de redimensionamento da estru-tura fundiária do país. Os conflitos pela posse da terra, freqüentemente vistos nos meios de comunicação, demonstram que ainda não foi possível atingir tal objetivo.

Fig 2 - *Passeio na Roça* - Dila

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Brasil vem batendo recordes na produção de grãos em decorrência da evolução tecnológica, não obstante o aumento da área cultivada. Grande parte desta produção é exportada.

- De que forma a escola pode contribuir para que o educando entenda e valorize a agricultura como produtora de alimentos, geradora de empregos e fonte de divisas para o país? Como relacionar a produção agrícola com a Educação Fiscal?

OBJETIVOS

- Oportunizar ao educando o acesso ao conhecimento, em relação à agricultura como produtora de matéria-prima, de alimentos naturais e geneticamente modificados (Transgênicos).
- Educar o aluno sobre a importância dos tributos pagos e do retorno destes em benefícios para a população, melhorando a qualidade de vida.

CONCEITOS DISCIPLINARES

LÍNGUA PORTUGUESA

- Leitura e interpretação; construção de textos individuais e coletivos; reestruturação de textos; análise lingüística; intertextualidade; textualidade: coerência, coesão, fala, escuta, leitura, escrita; interdiscursividade; polissemia (multiplicidade significativa da língua); polifonia (as vozes que se constitui a língua).

CIÊNCIAS

- Meio biótico e abiótico; ecossistema; desenvolvimento sustentável; poluição, doenças, cuidados; saúde, tecnologia, sociedade, biodiversidade; produção de alimentos; classificação, plantio, nutrição; lei de Mendel; cruzamentos; seleção; célula – organelas; método de fecundação; ciclo da matéria e energia; relação ecológica; transformação da matéria; fenômenos físicos e químicos; fórmulas, símbolos, átomo, molécula.

Fig 3

ENSINO RELIGIOSO

- Culturas (regionalizações culturais); ser humano (valores, limites éticos morais, sentido da vida); relação ser humano X natureza X alimentação.

LÍNGUA ESTRANGEIRA

- Palavras básicas em inglês: (alimentos, fome, agricultura); tradução de textos (incluindo letras de músicas); fala, escrita (efeito de sentido produzido entre os interlocutores); polissemia (multiplicidade significativa da língua); polifonia (as vozes de que se constrói a língua).

MATEMÁTICA

- Números naturais e números racionais; porcentagem (envolvendo tributos, agricultura, transgênicos); gráficos e tabelas (referentes aos tributos e produção agrícola); operações matemáticas relacionadas ao assunto (agricultura, tributos fiscais, transgênicos); geometria métrica (cálculo de perímetro, área e volume); Proporcionalidade.

HISTÓRIA

- Tempo (cronologia, tempo histórico); diferentes ideologias; relações sociais de produção; agricultura, produção de alimentos; histórico dos tributos fiscais; movimentos sociais (MST).

GEOGRAFIA

- Espaço geográfico (local, municipal, estadual, nacional, global); o que se produz no espaço geográfico; relações econômicas, sociais, políticas e culturais; paisagens naturais e modificadas pelo ser humano; meio ambiente (degradação, preservação, recursos renováveis e não-renováveis); êxodo rural; alimentos, agricultura familiar, técnicas de manejo de solo.

ARTES

- Produção artística e cultural (som, forma, cor e gesto); reproduções de artistas nacionais e internacionais com-textualizados com os assuntos inter-disciplinares estuda-dos em outras disciplinas, ex: artistas relacionados à produção de alimentos: natureza morta.

Fig 4

EDUCAÇÃO FÍSICA

- Corporeidade (jogos, ginástica, dança e esportes).

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

- Educação Fiscal (arrecadação tributária, finanças públicas, evasão fiscal, orçamento municipal e tributos, despesas e receitas públicas, repartição de receitas tributárias, movimento econômico, nota fiscal de produtos, cupom fiscal, nota fiscal, índice de participação do município, ICMS, isenção do ICMS, evasão fiscal e impostos municipais); Educação Ambiental; Educação Sexual; Ética; Cidadania.

TEXTOS INCLUÍDOS PELOS CONSULTORES

AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura no Brasil é realizada por um contingente aproximado de cinco milhões e meio de agricultores. Desse total, quatro milhões e meio, 80% portanto, são agricultores familiares que vivem e trabalham em condições muito adversas: nem sempre têm terra, não têm capital, não têm acesso ao crédito, não têm tecnologia e, geralmente, têm pouco conhecimento formal. Mesmo nessas condições miseráveis em que vivem e trabalham, produzem mais de 60% da comida brasileira.

Contraditoriamente, não têm merecido melhor atenção e apoio do Estado, sob o argumento de que não compensa fazer investimentos numa atividade que é praticada por uma categoria economicamente inviável.

Os agricultores familiares não são inviáveis! Eles têm sido inviabilizados por um sistema de poder que insiste em mantê-los nessa condição. Dentro dessa realidade concreta, é possível compreender a imensa dificuldade de caracterizar a agricultura familiar brasileira e, dentro desse contexto, estabelecer, com precisão, as diversas tipologias desse imenso conjunto de trabalhadores brasileiros, que variam desde agricultores de subsistência até agricultores empresariais.

Este é o melhor retrato do Brasil rural, mas também pode ser a porta de entrada que o Governo ainda não conseguiu encontrar para o Fome Zero (...)

O BRASIL PRECISA DA REFORMA AGRÁRIA?

Zander Navarro[2]

Talvez um dos livros mais notáveis publicados nos anos recentes, infelizmente sem a merecida repercussão, O poder do atraso discute a inquietante e sombria presença do arcaico, do tradicional e do conservadorismo na vida política brasileira, frutos da persistência do passado agrário e de nossa História inacabada. Nesta obra, José de Souza Martins, inegavelmente o maior interpretador do mundo rural e um dos mais destacados sociólogos brasileiros, alertava que "É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento postiço ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais (...) a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente" (Hucitec, 1994, p. 12-13). Já em seu último e emblemático livro, provavelmente o mais iluminador texto sobre a questão agrária já publicado no Brasil, intitulado Reforma agrária. O impossível diálogo (Edusp, 2000), o autor ressaltou que "O ponto essencial e problemático raramente considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que a questão agrária tem a sua própria temporalidade, que não é o 'tempo' de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política" (p.89, ênfase do autor). Se retornamos no tempo, contudo, seria o mesmo Martins que enfaticamente demandaria, vinte anos antes, a urgência da reforma agrária, mas insistindo que "Infelizmente, temos a tradição de lutar pela reforma agrária na cidade. Estamos sempre ignorando muito o que se quer e o que se faz no campo. Acho que uma indicação clara do que seja o descompasso (...) está no fato de que quando se fala nela fala-se como se houvesse todo um diagnóstico e um processo político

[2] Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: znavarro@portoweb.com.br

por trás dessa palavra, que resolvesse os muitos problemas que existem no campo hoje" (no seu livro Expropriação e violência, Hucitec, 1980, p. 22-23).

Provavelmente, tais passagens revelam com nitidez alguns dos permanentes impasses analíticos, mas também as (im)possibilidades objetivas da reforma agrária no Brasil e, particularmente, informa o debate sobre a sua necessidade nos anos atuais. Neste sentido, examinando-se o desenvolvimento agrário brasileiro, nas últimas quatro ou cinco décadas, talvez seja possível propor, com certa convicção, contraditando em parte a primeira afirmação, que o problema fundiário foi relativamente rebaixado, perdendo sua centralidade e, assim, a reforma agrária deixou de ser uma questão nacional, não sendo mais um incontornável imperativo de desenvolvimento social e, sequer remotamente, é pressuposto do crescimento ou da dinâmica econômica, ainda que somente agrícola, no Brasil. No entanto, é inegável, como bem acentua Martins (principalmente no primeiro livro citado), que a reforma agrária persiste como uma demanda derivada, em especial, da necessidade de aperfeiçoamento de nosso sistema político, imerso na colheita de votos produzidos pelo clientelismo e na ubíqua cultura autoritária nascida da assimetria da propriedade da terra e da marginalização sócio-econômica dos pobres do campo. Mas, seria uma exigência social relevante (e nacional) sob outros ângulos? Há, de fato, por curiosa que pareça a pergunta, uma luta social pela expansão de tal política, para além das ações esporádicas do MST? Como discuti-la atualmente: através do passado e seus argumentos políticos, que refletiam uma sociedade agrária e uma economia de base agrícola ou, pelo contrário, interpretando o nascimento de uma nova estruturação societária nascida do ventre do ciclo militar, que acelerou a urbanização, industrializou o país e integrou mercados, mas também revolucionou a estrutura produtiva e tecnológica no campo, assim mercantilizando a vida social rural e destruindo muitos de seus vínculos com o passado? Seria possível discutir a necessidade da reforma agrária mantendo os pés no novo milênio, mas os métodos e teorias de indagação ainda fincados nos longínquos anos sessenta, como parece ser o caso da maioria das análises que ilustram o debate sobre a reforma agrária?

Os anos recentes, e particularmente a década passada, introduziram transformações de tal envergadura no mundo rural que talvez tenham representado, de um lado, um golpe mortal na dominação social e econômica da grande propriedade territorial, em amplas regiões rurais. Por outro lado, contudo, as mesmas modificações podem ter produzido a liquidação definitiva da reforma agrária como uma reivindicação nacional e decisiva para os destinos históricos do país. Quais seriam tais mudanças? A proeminência política e econômica da grande propriedade rural, nos anos mais recentes, foi sendo corroída em função de um conjunto inédito de fatores, os principais sendo, sinteticamente, os seguintes: (a) a extrema heterogeneidade estrutural que atualmente caracteriza o meio rural brasileiro, a partir da qual imensas regiões agrícolas perderam qualquer significação econômica mais relevante (o caso mais dramático sendo o do Nordeste, em função de sua expressiva e empobrecida população rural). Se antes existente, como típica marca do "subdesenvolvimento", a modernização capitalista no campo apenas aprofundou esta heterogeneidade, afirmando algumas regiões como essenciais, do ponto de vista da produção, mas tornando outras virtualmente desnecessárias. Entre estas últimas, redistribuir parcelas de terra, como resultado, não produziria sequer o efeito de animar os mercados locais, e as famílias rurais nelas assentadas apenas reconstituiriam (como o fazem) a sua pauperização anterior. Em outras regiões, entretanto, a aceleração capitalista das três últimas décadas integrou um enorme contingente de agricultores (inclusive os familiares) aos diversos mercados, modernizando-os tecnologicamente e distanciando-os do passado da "agricultura de subsistência".

Os três estados do Sul (onde localiza-se o mais pujante segmento da agricultura familiar produtivamente integrada) bem ilustram tal situação e, nestes, a reforma agrária soa como um claro anacronismo, exceto de forma pontual, em algumas de suas sub-regiões (b) a esta segmentação produtiva macrorregional, criando contrastes impressionantes entre as regiões rurais brasileiras, somou-se na última década uma situação igualmente sem precedentes: o

encurralamento econômico e financeiro da atividade agrícola (incluindo a agricultura empresarial), enfraquecimento nascido da lenta formação de um sistema econômico "mais aberto" que a vaga liberalizante impôs nos anos citados, com o Estado saindo de cena, as políticas setoriais sendo abandonadas, o crescente acirramento concorrencial da atividade (impulsionado pela abertura comercial) e uma perda gradual e aparentemente irreversível de rentabilidade, também derivada da redução patrimonial resultante da estabilização monetária. De fato, senão em casos excepcionais e em setores específicos da agropecuária, apostar na agricultura passou a ser um mau negócio, especialmente na inexistência de formas de proteção estatal e mecanismos de regulação, como no passado; (c) também nos mesmos anos observou-se, igualmente pela primeira vez em nossa história agrária, uma funcional colagem entre a oferta de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária e a demanda agregada, não existindo, há anos, problemas de abastecimento e distribuição, em vista do aperfeiçoamento de mecanismos de produção e comercialização de tais mercadorias. A atividade agrícola, desta forma, contrariando teorias do passado, também passou a responder a estímulos de preços e tornou-se sensível às mudanças na demanda. O "problema agrícola", assim, passou a situar-se em outro âmbito espacial (as cidades) e a candente questão agrária do passado transfigurou-se, nesses anos, em uma questão de (má) distribuição da renda pessoal, de fato o entrave estrutural para a dinamização da produção agrícola no Brasil; (d) também a urbanização acelerou-se notavelmente nas três últimas décadas e, malgrado a equivocada definição censitária dos espaços rurais e urbanos (como apontado em alguns estudos recentes), a vida rural, pelo menos culturalmente, também "urbanizou-se" em larga medida, com a multiplicação do acesso à energia elétrica, aos meios de comunicação e ao transporte de massa, popularizando a televisão e o rádio e, como resultado, introduzindo novos códigos de conduta, de expectativas e de demandas sociais, além de facilitar os processos migratórios. Embora recebendo o benefício da maior difusão acerca de seu significado, a reforma agrária como demanda potencial, contudo, enfraqueceu-se pelo estiolamento social que, numericamente, era antes capaz de recolher; (e) tais fatos, somados a outros não citados aqui, gradualmente também vem invertendo o peso político da agricultura empresarial e da grande propriedade territorial nas grandes decisões nacionais. Se comparada com o passado recente, lentamente perde importância a chamada "bancada ruralista" e, gradualmente, as classes territoriais do mundo rural passam a compor os segmentos coadjuvantes da vida política brasileira. A consagração da noção de "agricultura familiar" e sua concretização em uma série de políticas públicas, somada ao processo mais amplo de democratização política e institucional, inclusive em áreas rurais, pareceriam ser, sobre tal fato, a pá de cal do incontrastável domínio da "grande propriedade" nas decisões governamentais e na distribuição dos fundos públicos, instituindo uma inesperada disputa política entre os dois grandes grupos de produtores rurais, agora definitivamente separados.

Contraditoriamente em face da fragilização do "inimigo" ante tais mudanças, a reforma agrária, face principal da questão agrária freqüentemente tratada como "monolítica e invariante" e elevada a uma decisiva questão nacional, igualmente deixou, há muito, de existir como necessidade objetiva. Não porque as famílias rurais sem-terra deixassem de existir (e parte delas, embora em fração reduzida, a demandá-la), mas porque o próprio papel do setor produtivo agropecuário, no mundo moderno, foi fortemente secundarizado, forçado a acuados limites de funcionamento antes inimagináveis. Desta forma, ainda será a reforma agrária necessária em sub-regiões do país, especialmente no Nordeste brasileiro ou talvez em regiões do Centro-Oeste e partes da fronteira agrícola, onde a pilhagem fundiária precisaria ser coibida, assim corrigindo o passado de inaudita violência e inaceitáveis mecanismos de expropriação. Em outras regiões, no entanto, sua centralidade deslocou-se para problemas sociais mais urgentes, quase sempre tipicamente urbanos, e a justificação de sua demanda encontra argumentos cada vez menos admissíveis, inclusive socialmente. Se assim for, quais seriam então as razões para a estridência de sua reivindicação e a relativa densidade da reforma

agrária na agenda política? Uma resposta é a do MST e seus aliados entre setores da Igreja Católica, que enfatizam um argumento moral para justificá-la, a penalização do latifúndio, proposição de difícil operacionalidade no jogo político, onde a moralidade raramente impera. Outro argumento é econômico, e José Graziano da Silva, também rigoroso e influente analista do mundo rural brasileiro, ecoando o clássico argumento de Ignácio Rangel, indica que "A reforma agrária é necessária hoje para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional do país, até que seja completada a 'transição demográfica' recém-iniciada" (Ciência Hoje, SBPC, 27(170), 2001, p.82). Ou seja, a reforma agrária seria, exclusivamente, um mecanismo de abrandamento da precariedade da estrutura de ocupações urbanas e, assim, sua necessidade estaria diretamente correlacionada ao funcionamento do mercado de trabalho. A resposta mais extensa acerca dos fatores que explicam a presença política da reforma agrária como tema atual escapa às possibilidades deste curto artigo, mas provavelmente parte importante da resposta estaria na afirmação de Martins, há quase vinte anos, antes referida[3]. A reforma agrária, no Brasil, adiantou o consagrado sociólogo, tem sido, ao longo dos tempos, antes uma construção de setores sociais urbanos e distanciados do mundo rural e menos, talvez muito menos, a expressão política autêntica e genuína das classes populares rurais, pois tem sido quase sempre conduzida por interesses políticos que, não obstante os seus supostos e bem-intencionados porta-vozes, raras vezes expressaram os reais sentimentos dos mais pobres do campo.

AÇÕES E OPERAÇÕES

- Estudo de textos históricos sobre: agricultura, transgênicos e Educação Fiscal;
- Leitura e discussão de textos, livros, jornais, revistas, vídeos, músicas e outros;
- Pesquisa bibliográfica e de campo sobre assuntos relacionados com a produção de alimentos e tributos;
- Organização dos dados coletados, na forma de tabelas e gráficos;
- Dramatizações referentes ao tema: produtos agrícolas da região, plantio, colheita, renda, tributos e lucro;
- Pesquisa de letras de músicas, literatura e

Fig 5

[3] Discuto amplamente esta pergunta, analisando a trajetória da principal organização que reinvidica a reforma agrária no Brasil, o MST, em artigo intitulado "Mobilização sem emancipação — as lutas sociais dos sem-terra no Brasil", publicado em Santos, Boaventura de Sousa (org), Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

filmes relacionados com a agricultura (sugestão: “Cio da Terra”);

- Discussão em sala de aula e na comunidade sobre a necessidade de políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar como forma de evitar o êxodo rural;
- Debate sobre a sobrevivência das famílias vítimas do êxodo rural nas cidades (favelização, déficit habitacional, saúde, educação, mercado de trabalho, drogas, marginalidade);
- Identificação da arrecadação destinada aos programas agropecuários e à repartição das receitas tributárias: tributos municipais, estaduais e federais;
- Movimento econômico do município: pesquisar, na Prefeitura Municipal, dados referentes ao retorno de ICMS ao município e Nota Fiscal de Produtor Agropecuário;
- Pesquisa junto aos supermercados do município: impostos sobre produtos da região, quais são isentos, sexta básica, produtos supérfluos;
- Estudo sobre: valorização de pequeno agricultor, importância da horta escolar e domiciliar, agricultura convencional *versus* agricultura orgânica, hidropônico, técnica de adubação (verde, orgânica, agrotóxica); trabalhadores sazonais (bóias-frias), os latifúndios do país;
- Pesquisa sobre os hábitos alimentares da população, estabelecendo relações com as origens étnicas, culturais e situação econômica (etnias: alemão, italianos, portugueses, poloneses, africanos e outros);
- Conversação com os alunos, sobre as principais causas do desperdício de alimentos no município, no Estado e no país, como economizar (economia na família, na escola etc);
- Identificação dos alimentos geneticamente modificados, comercializados (pesquisar quais são e verificar se existem no comércio, trazer amostras para a escola);
- Debates voltados à produção de alimentos transgênicos (convidar pessoas, entidades relacionadas ao assunto, palestras etc);
- Seminário sobre a política agrícola e o êxodo rural no município e região (procurar dados no Sindicato, na Prefeitura Municipal, Secretaria da Agricultura);
- Estudo da relação: latifúndio *versus* minifúndio, produção *versus* arrecadação tributária, tributação da propriedade agrícola e urbana (ITR e IPTU), financiamento agrícola (empréstimo para o pequeno agricultor, PRONAF);
- Solicitação da participação de pessoas da comunidade, (nutricionistas, médicos e outros) para contribuírem com orientações sobre alimentação saudável;

SOCIALIZAÇÃO

Amostra de conhecimentos através de seminários, exposições, palestras, painéis, maquetes e outros trabalhos e realizados, abertos à comunidade.

AVALIAÇÃO

Auto-avaliação de professores e alunos e avaliação dos conceitos apropriados pelo aluno, feita pelos professores.

Fig 6 – *Colheita da Cana-de-Açúcar* – J.C. Backer

MÚSICAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***Admirável Gado Novo*** *– Zé Ramalho*
2. ***Amor, Ordem e Progresso*** *– Jards Macalé*
3. ***Asa Branca*** *- Luiz Gonzaga*
4. ***Caminhos do Sul – Grupo Engenho***
5. ***Canteiros*** *– Fagner*
6. ***Cidade Nua*** *- Fagner*
7. ***Cio da Terra*** *- Chico Buarque e Milton Nascimento*
8. ***Comida*** *– Titãs*
9. ***Disparada*** *- Geraldo Vandré*
10. ***Eu Não Tenho Nada Com Issso, Só Estou Falando*** *– Zé Geraldo*
11. ***Meu País*** *- Zezé Di Camargo*
12. ***O Sal da Terra*** *– Beto Guedes*
13. ***Planeta Azul*** *– Chitãozinho e Xororó*
14. ***Quem Me Olha Só*** *– Biquíni Cavadão*
15. ***Refazenda*** *– Gilberto Gil*
16. ***Seca*** *- Djavan*
17. ***Segue o Seco*** *– Carlinhos Brown*
18. ***Semente*** *– Almir Sater*
19. ***Terra*** *- Caetano Veloso*
20. ***Tomara*** *- Alceu Valença*

Fig 7

FILMOGRAFIA SUGERIDA PELOS CONSULTORES

1. ***Agroecologia: Novos Caminhos Na Roça****: [S.l.]: Rede Tecnologias Alternativas Rede Pixurum de Comunicação. 1 videocassete (38 min).*
2. ***Baraka – Um Mundo Além das Palavras****. EUA, 1992. Dir: Ron Fricke, 96 min.*
3. ***Chico Mendes – eu quero viver****. BRA/ING/EUA), 40 min.*
4. ***Cold Mountain****. EUA, 2003. Dir. Anthony Minghella, 150 min.*
5. ***De Quem é a Terra?*** *BRA, 1992 - Produção: OAB Federal. 59 min.*

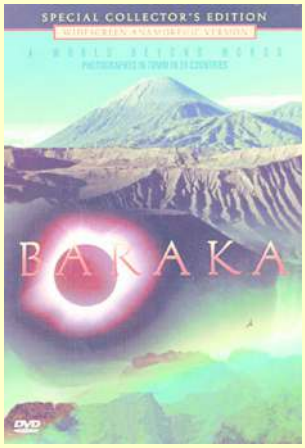


Fig 8

6. ***Guerra de Canudos****. BRA, 1996 - Dir: Sérgio Resende. 170 min.*
7. ***Ilha das Flores****: BRA, 1989 - Dir: Jorge Furtado. 13 min.*
8. ***Índia, a Filha do Sol****. BRA, 1982. Dir: Fábio Barreto, 85 min.*
9. ***Lavoura Arcaica****. BRA, 2001. Dir. Luiz Fernando Carvalho, 163 min.*
10. ***Morte e Vida Severina.*** *BRA, 1982. Dir: Walter Avancini, 85 min.*
11. ***Na Terra Devastada.*** *BRA. Dir: Peter Overback, 59 min. (documentário)*
12. ***O Canto da Terra****. BRA. 1991, Produção: Casa de Cinema. 52 min.*
13. ***O Sonho de Rose- 10 anos depois.*** *BRA, 2001. Dir: Tetê Moraes, 92 min.*
14. ***Pai Patrão****.ITA, 1977. Dir: Paolo e Vittorio Taviani, 113 min.*
15. ***Pé na Caminhada.*** *BRA, 1987. Dir: Conrado Berning, 80 min.*
16. ***Princípios da Agricultura Biodinâmica.*** *BRA, 30 min.*
17. ***Terra dos Índios****. BRA, 1980. Dir: Zelito Viana, 105 min.*
18. ***Terra para Rose****. BRA, 1978. Dir: Tetê Moraes, 84 min.*

PINTURAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***A Colheita em Provença*** *– Vincent van Gogh - 1888*
2. ***A Feira II - Tarsila do Amaral – 1925***
3. ***Algodão*** *- Cândido Portinari, 1938*
4. ***Armazém do Café*** *– Djanira, 1961*
5. ***Café*** *- Cândido Portinari - 1938*
6. ***Campo de Trigo Perto de Argenteuil*** *– Sisley – 1873*
7. ***Campos de Trigo com Corvos*** *- Vincent van Gogh - 1890*
8. ***Frutas Meridionais*** *– Pierre Auguste Renoir – 1881*
9. ***Horta com Burro*** *– Juan Miro, 1918*
10. ***Mestiço*** *- Cândido Portinari - 1934*
11. ***O Lavrador de Café*** *- Cândido Portinari - 1934*
12. ***O semeador*** *– Vincent van Gogh - 1888*
13. ***Os Campos de Trigo Sob um Céu*** *– Vincent van Gogh - 1890*
14. ***Paisagem com Touro*** *– Tarsila do Amaral, 1925*
15. ***Retirantes*** *- Cândido Portinari, 1945*
16. ***Semeador com Pôr-do-Sol*** *– Vincent van Gogh – 1888*

Fig 9

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NA ATIVIDADE E RECOMENDADA PELOS CONSULTORES

- AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <http://www.refletir.com/artman/publish/article_95.shtml/> Acesso em: 09 fevereiro 2004.
- BELIK, Walter. **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.
- BILAC, Olavo. Poesia: **O Rio**. Disponível em: <http://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/ecologia/peco009.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- BURGER, Ary. **Agricultura brasileira e reforma agrária**. Rio Grande do Sul, Guaíba: Agropecuária, 1999.
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense.
- CONWAY, Gordon. **Produção de alimentos no século XXI** – biotecnologia e meio ambiente. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a História**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Gazeta Mundial, 2002.
- JUSTO, Marcelo Gomes. **Capim na fresta do asfalto**: conflito agrário violento e justiça. São Paulo: Humanitas, 2002.
- LAMBERT, Mark. **Agricultura e o meio ambiente**. São Paulo: Scipione, 1992. (Coleção Preserve o Mundo).
- MARTINS, Edílson. **Chico Mendes um povo da floresta**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- MEIRELES, Cecília. **Canção da tarde no campo**. São Paulo: Global, 2001.
- NARDI, Roberto. **Educação em ciências:** da pesquisa à prática docente. São Paulo: Escrituras, 2001.

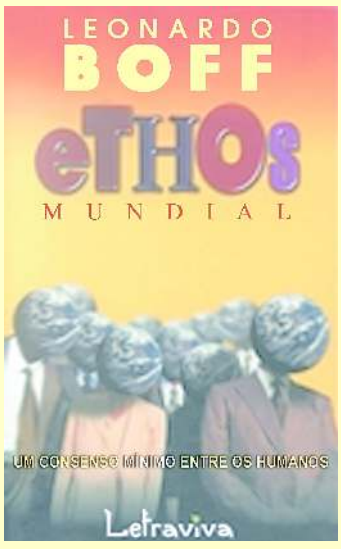


Fig 10

- NAVARRO, Zander. O Brasil precisa da reforma agrária? In: **Muito Mais**, jornal mensal de cultura. São Paulo, jan. 2002. Disponível em: <www.ufrgs.br> Acesso em: 22 abril 2004.
- NOVAES, Washington. **A década do impasse** – da Rio 92 à Rio + 10. São Paulo: Expressão Liberdade, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- Revista The Ecologist, Inglaterra.
- **SCLIAR, Moacir. O sertão vai virar mar – descobrindo os clássicos. São Paulo: Ática, 2002.**
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série Educação em Ação. São Paulo. Ática, 1999.
- Série mídia e mobilização social. São Paulo: Cortez.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo, Campinas: Fecamp, 1997.
- STROUP, Richard L. **Eco-nomia: O que todos deveriam saber sobre economia e meio-ambiente**. Rio de Janeiro: Instituto Liberdade, 2004.

- TELLES, Lygia Fagundes. **As cerejas**. São Paulo: Atual, 1993.
- TRINDADE, Helgio. **Os desafios da educação na América Latina**. São Paulo. Vozes, 2002.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **A salvação da lavoura**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- VERÍSSIMO, Érico. **Clarissa**. São Paulo: Globo, 2003.
- _____. **Olhai os Lírios do Campo.** São Paulo: Globo, 2001.
- www.cinemateca.com.br
- www.greenpeace.org.br
- www.ibap.org/livrosindex.htm
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.sct.embrapa.br
- www.siciliano.com.br
- www.skylight.com.br
- www.vidhya-virtual.com

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: Disponível em:<http://www.imgsrv.worldstart.com/wallpaper/waterfalls-1280-1024-nocal.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 2: DILA. Passeio na roça. Disponível em: <http://www.ardies.com/dila.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 4: Disponível em: <http://student.nlh.no/~jgonza/images/Sust.Agric.Cuba.jpg> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 5: Disponível em: <http://www.dellanatura.com/images/soja-en-el-campo.jpg e http:// www.if.csic.es/proyectos/AGL2002-03221/soja%202.jpg> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 6: BACKER, J.C. Colheita da Cana-de-Açúcar. Disponível em: <http://reach.ucf.edu/~aml3930/ roumain/art.html> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 7: Disponível em: <http://www.isolanews.it/appuntamenti/200207/09/3d2962590748d/ VelosoAoVivo1.jpg> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 8: Disponível em: <http://binary.wittybanter.org/cdArt/baraka.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 9: Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/debate2005/van_gogh_03.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 10: Disponível em: <http://www.cuidardoser.com.br/dicas-literarias/leonardo-boff/ethos-mundial.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.

ANEXOS SUGERIDOS PELOS TÉCNICOS DA SEF

O Plano Safra 2004/2005 terá um volume de recursos de R$ 39,5 bilhões para financiar a agricultura comercial brasileira. Esse volume é 45% maior que os R$ 27,15 bilhões destinados ao setor na safra anterior.
Veja no quadro:

O que muda

Crédito rural
O valor total para financiar a agricultura será de R$ 39,45 bilhões, um aumento de 45% em relação à safra anterior. Na próxima semana, o governo anunciará mais R$ 7 bilhões para a agricultura familiar.

Crédito para custeio e comercialização
Do valor total, R$ 28,75 bilhões serão voltados para custeio e comercialização. As taxas de juros anuais foram mantidas em 8,75% e 9,5%, exceto para o Proger Rural que passa de 7,25% para 8%.

Crédito de investimento
SerãoR$ 10,7 bilhões para programas do Ministério da Agricultura com recursos do BNDES, dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, além do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os programas são:

Moderfrota
Os recursos para a modernização da frota agrícola aumentaram de R$ 2 bilhões para R$ 5,5 bilhões

Moderagro
Destinado à renovação de pastagem e recuperação de solo, haverá um aumento de 50% em relação à última safra, ficando em R$ 600 milhões

Moderinfra
Destinado à irrigação e armazenagem, o total de recursos sobe de R$ 500 milhões para R$ 700 milhões. O limite por produtor foi elevado de R$400 mil para R$ 600 mil

Procecoop
Os investimentos das cooperativas contarão com aumento de R$ 100 milhões em recursos disponíveis, subindo para R$ 550 milhões

Prodeagro
Voltado para financiar investimentos em criações de pequenos e médios animais, terá um aumento de dotação de R$ 60 milhões para R$ 200 milhões

Proderfruta
Destinado para aplicação na produção de frutas, terá orçamento de R$ 200 milhões

Seguro rural
O governo regulamentou a Lei do Seguro Rural que autoriza o Tesouro a subsidiar parte do prêmio de seguro rural

Opção de compra
Atualmente, o governo emite os títulos e compra o produto do agricultor, caso o preço de mercado fique abaixo do estipulado no contrato. Com a novidade, o setor privado poderá emitir os certificados e o governo pagará a diferença entre o preço de mercado e o preço estipulado no contrato

Novos instrumentos
O governo criou instrumentos para atrair investimentos para o setor

CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio)
Título que poderá ser emitido por pessoas jurídicas, instituições financeiras e empresas de securitização para levantar recursos com investidores do mercado financeiro

CDA (Certificado de Depósito Agropecuário) e WA (Warrant Agropecuário)
O CDA é um papel que representa promessa da entrega de um produto agropecuário depositado em armazém. Já o WA é um tíltulo que confere direito de penhor sobre os produtos abrangidos pelo CDA

Fonte: *Ministério da Agricultura*

Jornal Diário Catarinense de 19/06/2004 – Caderno de Economia, p. 11

DARCI DEBONA

▼ Chapecó

O Plano Safra 2004/2005, que deve ser anunciado hoje pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva, gera expectativas diferentes no campo.

Enquanto os agricultores familiares aguardam o aumento de recursos e novos programas de crédito, os grandes produtores têm receio do aumento dos juros para o setor.

O que muda

O volume de recursos deve saltar de R$ 32 pra R$ 42 bilhões por ano

Os recursos para investimento vão aumentar de R$ 6 para R$ 10 bilhões

Para a Agricultura Familiar, o aumento será de R$ 5,2 para R$ 7 bilhões

Os beneficiados do Programa Nacional de Fortalecimento na Agricultura Familiar devem passar de 1,4 para 1,8 milhão

Santa catarina deve receber R$ 520 milhões para a Agricultura Familiar

Jornal Diário Catarinense de 18/06/2004 – Caderno de Economia, p. 14

II– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - CONSTRUINDO A CIDADANIA

Produção: Equipe técnica, pedagógica, administrativa e alunos da Escola de Educação Básica Professor José Rodrigues Lopes - Garopaba (SC)

Fig 1 - *Políticos* – John Pitre

NÃO HÁ VAGAS
Ferreira Gullar

O preço do feijão
não cabe no poema. O preço
do arroz
não cabe no poema.
Não cabem no poema o gás
a luz o telefone
a sonegação
do leite
da carne
do açúcar
do pão.
O funcionário público
não cabe no poema
com seu salário de fome
sua vida fechada
em arquivos.
Como não cabe no poema
o operário
que esmerila seu dia de aço
e carvão
nas oficinas escuras
– porque o poema, senhores,
está fechado: "não há vagas"
Só cabe no poema
o homem sem estômago
a mulher de nuvens
a fruta sem preço

O poema, senhores,
não fede
nem cheira.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR JOSÉ RODRIGUES LOPES
GAROPABA (SC)

"Vem vamos embora que esperar não é fazer, quem sabe faz a hora não espera acontecer"

Geraldo Vandré

INTRODUÇÃO

É de conhecimento de parte da sociedade brasileira que, há décadas convive-se com os desvios e má-aplicação dos recursos públicos, com sonegação e gestão ineficiente da coisa pública, com a falta de conhecimento de onde os recursos são aplicados, sem contar que o país possui uma carga tributária incompatível com os serviços prestados a sociedade. Para minimizar tais problemas considera-se necessário elaborar uma política eficiente de fiscalização da aplicação destes recursos públicos, assim como um trabalho de conscientização da sociedade para que haja uma mudança desse perfil.

Entendemos ser importante repensar essa problemática da sociedade e direcionar uma educação que possibilite aos educandos a apropriação de conhecimentos relacionados com as responsabilidades do Estado e do cidadão. Este estudo abrange o conhecimento das competências dos órgãos e agentes públicos, as atribuições dos ocupantes de cargos públicos de caráter eletivos nos diversos níveis, participação democrática na gestão da coisa pública, o exercício de seus direitos e o encaminhamento de denúncias, utilização dos serviços oferecidos pela Justiça, em especial o Ministério Público e tantos outros de vital importância para transformar a vida em sociedade.

Para desenvolver um sistema prático e educativo, envolvendo a escola e a comunidade, é necessário inserir princípios de cidadania no contexto vivenciado pelo educando. Sendo assim, a utilização de um trabalho interséries permite aos jovens interagir com colegas de outras faixas etárias, evidenciando a necessidade de respeito mútuo e de responsabilidade.

O processo proposto permite aos alunos vivenciarem situações peculiares do cidadão, empresa e governo, além de possibilitar a aprendizagem de forma prático-científica e abrir um canal de comunicação direto, sem burocracias exageradas, entre estes setores. Esse sistema exige que o governo desempenhe suas funções e que haja fiscalização e participação efetiva do povo.

O governo tem a oportunidade de se fazer conhecer e se justificar perante as empresas, situação em que é dada a oportunidade de apresentar sugestões quanto à arrecadação e à destinação dos tributos. E, ainda, que se possa conhecer as relações do mercado de trabalho na relação povo X empresa.

O objetivo é colocar em prática essa proposta, assumindo, neste contexto, a consciência de cidadania e ética, relacionadas ao universo organizacional de uma sociedade equilibrada, com ações para apropriação do conhecimento científico pelo educando.

TEXTO INCLUÍDO PELOS CONSULTORES

O QUE É CIDADANIA? (apontamentos)
Rodrigo Cintra

Fig 2 – *Jovem Mendigo – Bartolomé Esteban Murillo*

Cidadania, mesmo sendo um conceito muito vago e sem substância, transformou-se numa das bandeiras de luta mais comum da atualidade. Seu poder interno de legitimação é tão grande que seu simples invocar parece tentar justificar todo um conjunto de objetivos e utopias.

A maior confusão que envolve o uso do complexo conceito que é a cidadania é aquele entre cidadania e dignidade humana. Ainda que ambas idéias tenham uma forte correlação entre si, a dignidade humana está ligada ao indivíduo ao passo que a cidadania ao todo social. Se em uma, ao focalizarmos o indivíduo, devemos nos concentrar primordialmente numa relação Estado/sociedade para o indivíduo; na outra o sentido é invertido: pensamos como este pode fazer parte e atuar naqueles.

Existe também a tendência a englobar na idéia de cidadania um conjunto de ações voltadas diretamente para as melhorias de condições de vida do indivíduo e seu meio. Esta tendência apresenta alguns riscos ao colocar todo o aparato estatal que está diretamente ligado ao exercício da cidadania a serviço de práticas e objetivos que findam por promover desigualdades no corpo social.

Antes de ser o resultado das três gerações de direitos, a cidadania é fruto da tese arendtiana do direito a ter direitos. Quando pensamos na consolidação e no exercício da cidadania, devemos concentrar-nos no pertencimento do indivíduo à cidade (a polis grega). Este pertencimento, de qualquer forma, não deve ser interpretado como posse mas como a possibilidade de fazer parte de.

Quando adotamos essa segunda visão, podemos perceber que cidadania implica em reconhecer-se como membro de um conjunto e, ao mesmo tempo, ser reconhecido como um membro. É justamente uma leitura rápida e descuidada desta segunda condição que leva à confusão entre cidadania e dignidade humana.

Como estamos tratando de um conjunto de características particulares (está limitado por fronteiras geográficas politicamente dadas; é gerido por um aparato político-administrativo que é controlado e dirigido por uma pequena parcela dos

membros do conjunto), devemos pensar este pertencimento em função das características do conjunto.

Outra dificuldade que temos ao penar no que é cidadania vem dos múltiplos papéis desempenhados por cada um dos indivíduos. Podemos ser pequeno-agricultores, pais de família, membros de uma comunidade religiosa e cidadãos. Qualquer destes papéis não nega o de cidadão, ainda que possa, em alguns casos, limitá-lo.

Um indivíduo, reconhecendo-se como um membro de seu país e sendo por este reconhecido com o mesmo status é automaticamente alçado à condição de cidadão pois passa a ter a sua disposição uma série de canais para participação, controle e influência das instituições político-sociais voltadas para o todo. Estes canais vão do direito de votar ao direito de ser votado; da liberdade de expressão à possibilidade de assumir cargos políticos.

Por outro lado, só isso não é suficiente. Para que o indivíduo seja de fato um cidadão, ele precisa considerar-se um membro do país. Mais do que uma mera questão psicológica, isso envolve um intrincado complexo político-social. Garantir a "igualdade perante a lei" não é condição suficiente quando há desigualdade política (sem entrarmos nos problemas que a aguda desigualdade econômico-financeira traz ao Brasil).

Incapaz de perceber-se como membro de seu país, o indivíduo desenvolve suas atividades cotidianas à margem dos canais e lugares de participação na vida pública, impossibilitando assim qualquer ação que possa vir a influenciar a sociedade como um todo. Com isso, é forçado a ficar em uma posição reativa, quando não passiva. Desta forma, melhoras em sias condições de vida são vistas mais como benesses, ao invés de serem resultado da sua participação pública.

Ao termo em mente que esta condição não é resultado puro de uma escolha pessoal, devemos enfrentar o desafio de como criar mecanismos e ações que possibilitem ao indivíduo sentir-se como um membro. Para os cidadãos plenos – aqueles que observam as duas condições da cidadania – negar a existência deste desafio ou evitar dele se ocupar, é negar a própria cidadania.

Fig 3

SITUAÇÃO-PROBLEMA

- Como se constitui a estrutura organizacional da Administração Pública e Privada? Qual a função do que é público e do que é privado em nossa sociedade?

Fig 4

OBJETIVO DA ATIVIDADE

- Proporcionar ao educando o conhecimento das estruturas das organizações públicas e privadas, incentivando o acompanhamento da receita e o seu retorno em aplicação social.

CONCEITOS DISCIPLINARES

- Comunicação, espaço e a cidadania, as cidades e a cidadania (os serviços públicos e a infra-estrutura), proporcionalidade, números, medidas, álgebra, porcentagem, estatística (gráficos – tabelas), fala/escuta, leitura/escritura, produções de gêneros textuais (requerimentos, cartas comerciais, ofícios) meio biótico e abiótico, relações sociais.

Fig 5

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

• Educação Ambiental, Ética, Cidadania, Educação Sexual, Educação Fiscal [Bens Públicos, Despesas Públicas, Direitos Relativos à Previdência Social, Dívida Externa, Dívida Interna, Evasão Tributária ou Fiscal, Fontes de Receitas, Gastos Públicos, Impostos Federais, Estaduais e Municipais, Patrimônio Público, Recursos Públicos, Seguridade Social e Seguro Desemprego, Tributos Pagos, Tributos Recolhidos, Taxas, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário, Câmara de Vereadores, Orçamento Público, Plano Diretor, Documentos Fiscais (nota e cupom fiscal)].

TEXTO INCLUÍDO PELOS CONSULTORES

EU QUERIA TER E SER
Ferréz

Eu queria ter tipo um campo pra jogar com todos os meus amigos
Eu queria ter tipo uma vida menos corrida. Eu queria ter uma vida menos confusa
Eu queria acordar vendo uma cachoeira, todo dia. Eu queria poder tomar banho nela quando quisesse.
Eu queria poder parar de procurar o amor. Eu queria poder dormir abraçadinho com alguém.
Eu queria poder morar dentro daquela música do John Lennon.
Eu queria poder abrir a janela e olhar grandes montanhas forradas de verde.
Eu queria poder dizer que sou feliz. Eu queria poder dar aula numa escolinha no interior, pra um monte de criança inocente. Eu queria ter tipo urna mensagem que fizesse as pessoas desistirem de carrões, de grandes sonhos de consumo. Eu queria ter tipo o poder de convencer que as pequenas coisas são as mais gostosas.
Eu queria ser tipo mais compreensivo. Eu queria ser tipo mais amigo.
Eu queria ser tipo um morador de uma casinha dentro de um cenário qualquer.
Eu queria ser tipo um menino brincando de Falcon novamente.
Eu queria acordar só mais um dia vendo meu pai e minha mãe juntos.
Eu queria poder dizer a eles que estou indo bem na escola da vida
Eu queria ter participado mais da vida familiar. Eu queria ter podido dar mais condições a eles.
Eu queria poder trocar o que conquistei por um único olhar daquela menina
Eu queria que minhas poesias a conquistassem.
Eu queria que pessoas como o Renato e o Cazuza tivessem tido o que tanto cantavam, o amor.
Eu queria ter conhecido o Plínio Marcos, o João Antônio, o Raul Seixas e o Chico Science.
Eu queria estar escrevendo o que eu queria ter um dia. Eu queria ter nascido num cenário do *Star Wars.*
Eu queria ter conhecido a Emilia e o Visconde. Eu queria ter um poço de pesca pra mim e pros meus amigos.
Eu queria ter tipo uma máquina do tempo, para poupar tanto sofrimento.
Eu queria ter uma cabana, com gelo no teto e arvores em volta.
Eu queria nem saber o que é dinheiro. Eu queria ser tipo um cara conquistador.
Eu queria ter a certeza que conquistadores são felizes. Eu queria saber cantar. Eu queria ser tipo um viajante.
Eu queria acordar com um grande café da manhã na minha cama. Eu queria registrar aquele sorriso naquele dia para sempre. Eu queria poder saber o que será do meu povo amanhã. Eu queria poder saber porque ela não conseguiu ficar ao meu lado. Eu queria saber a fórmula de um grande sucesso. Eu queria saber porque a fórmula do fracasso é agradar todo mundo. Eu queria ter um robozinho daqueles de plástico que minha mãe me dava em datas especiais.
Eu queria ver meu pai chegando e fingir que estava dormindo novamente.
Eu queria saber dizer mais coisas agradáveis. Eu queria que todos comemorassem o Natal de verdade.
Eu queria um dia poder voar como um pássaro. Eu queria ser tipo uma frota contra o mal.
Eu queria saber o que é o mal. Eu queria ser tipo um cara em que as idéias valessem algo.
Eu queria ser tipo um cara que deixou algo pra alguém.
Eu queria poder mostrar aquele momento em que o menino dividiu com todo mundo o pão velho que comia numa viela. Eu queria poder entender como os engravatados podem comer numa mesa onde o almoço é mais caro que o salário da maioria dos brasileiros e mesmo assim dormem tranqüilos.
Eu queria ser tipo um cara ingênuo, a ponto de acreditar em Papai Noel, duendes e na polícia.
Eu queria ser tipo um cara sem insônia, sem gastrite, sem dores tão fortes na alma.
Eu acho que ainda queria ser só um desenhista. Eu acho que ainda queria ser só alguém num mundo legal.
Eu acho que ainda queria ser aquele menino que não via as coisas como elas eram.
Eu acho que ainda queria ser aquele chato que sempre levantava a mão primeiro na hora das perguntas.
Eu acho que ainda queria ser mais um da turma. Eu acho que ainda queria brincar de banca de gibis com minha irmã. Eu acho que ainda queria ser aquele menino que andava de banca em banca procurando aventuras em quadrinhos. Eu acho que ainda queria ter a esperança boba de achar que poderia fazer a diferença nessa bagunça de mundo. Eu acho que vou dormir.
Eu também acho que amanhã bem cedo vou procurar realizar pelo menos algo disso tudo.
E você o que acha?

AÇÕES E OPERAÇÕES

1- Para execução da atividade faz-se necessário observar que, de acordo com a escola, organiza-se por série a distribuição, em grupos, de cada representatividade: povo, governo e empresa. Os alunos poderão ser organizados em grupos de estudo representando:

6ª série do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio - povo – representando a comunidade, ou seja, os diversos bairros do município;

7ª série do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio – governo – representando setores da Administração Pública, ou seja, as diversas secretarias de uma Prefeitura e uma Câmara de Vereadores;

8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio – empresas – representando os diversos departamentos de uma Empresa;

2- Povo

- Divisão da classe em grupos tais que representem diversos bairros do município;
- Discussão sobre a instituição e aplicação dos tributos;
- Orientação a cada grupo para que estabeleçam contatos com famílias do seu bairro a fim de realizar entrevistas para identificar os anseios e os problemas sociais;
- Pesquisa sobre a existência ou não de uma associação de bairro em sua comunidade, sua organização e em caso de não existir, propor a organização de uma.

3 - Empresas

- Divisão da classe em grupos tais que representem os departamentos/setores de uma empresa, como: Diretoria, Secretaria, Tesouraria, Divulgação, Compras e Vendas;
- Orientação aos educandos para que cada grupo estabeleça contatos com empresas locais (madrinhas) com as quais estarão interagindo ao longo da atividade através de visitas e entrevistas;
- Participação da discussão sobre a instituição de tributos;
- Orientação aos grupos para estabelecer contatos com as empresas a fim de realizar entrevistas para identificar os anseios e os problemas sociais;
- Emissão de papéis que simbolizem a “moeda-escola”;
- Distribuição da “moeda-escola” aos alunos (empresa), estipulando um valor às mesmas;
- Encaminhamento dos alunos à sala de aula da Prefeitura-Escola com a finalidade de repassarem à mesma os valores referentes aos tributos recolhidos;
- Oferecimento de postos de trabalho à população;
- Organização dos educandos (povo), em sala de aula, com a finalidade de repassar os valores referentes aos salários;
- Criação de situações que possibilitem visualizar o desenvolvimento da empresa;
- Convite às empresas madrinhas para patrocinar possíveis despesas (camisetas, documentação, brindes, diplomas etc).

3.1 - Dados sugeridos para entrevistas

Cada grupo deve escolher uma empresa (indústria ou comércio), sediada no município e solicitar um horário para a realização de uma entrevista com os dirigentes responsáveis pela referida empresa. A professora de Língua Portuguesa orientará a elaboração dos documentos.

Fig 6

Os dados iniciais levantados na entrevista poderão versar sobre:

- Qual a área de atuação da empresa?
- Quais os impostos recolhidos pela empresa?
- Qual o destino dos impostos recolhidos respectivamente pelo Município, Estado e União?
- Sobre quais produtos ou serviços incidem os impostos?
- Qual o sistema de contratação dos empregados?
- A empresa participa, de alguma forma, de atividades sociais na comunidade?
- A empresa desenvolve ou participa de algum projeto de preservação ou recuperação ambiental? Qual(is)?
- A direção da empresa tem alguma reivindicação ou sugestão a dar quanto ao seu relacionamento com os órgãos públicos ou a comunidade em geral?
- A empresa paga taxas? Quais? Para quem?

4 - Governo

- Divisão da classe em grupos que representem o Prefeito, os Secretários e os Vereadores;
- Orientação a cada grupo para que estabeleça contatos com os responsáveis pelos setores representados;
- Criação de condições para que os grupos recebam atribuições de gerenciar a arrecadação e de organizar um Orçamento;
- Solução dos problemas apresentados pelos grupos que representam o povo;
- Instituição de tributos que permitam ao educando receber e administrar os tributos pagos pelas empresas e povo, bem como a prestação dos serviços correspondentes;
- Recebimento, na sala de aula, dos educandos que representam as empresas, com a finalidade de obter os valores referentes aos tributos recolhidos;
- Recebimento, na sala de aula, dos educandos que representam o povo, com a finalidade de obter os valores referentes aos tributos recolhidos, ouvir as reivindicações destes e buscar possíveis soluções, encaminhando-as aos respectivos setores;
- Organização de um rodízio que possibilite a participação de grupos de educandos nas reuniões semanais na Câmara de Vereadores, divulgando a ata das reuniões aos demais educandos da escola;

Fig 7

4.1-Dados sugeridos para entrevistas

- Os grupos devem solicitar um horário para a realização da entrevista inicial com os respectivos órgãos.
- Quais as atribuições de seu cargo?
- Como este departamento está resolvendo os problemas de nossa comunidade?
- Quais as maiores dificuldades encontradas para o desempenho de sua função?
- Como as atividades de sua secretaria influenciam ou causam impactos ambientais? O que é feito para minimizar este impacto?
- [Específico para Vereadores] – Quais os projetos apresentados?
- Como está sendo encarada a questão ambiental no nosso município?
- Como a Senhor tem desempenhado suas atribuições como representante do povo?
- Como os alunos poderão apresentar um projeto de lei e qual o modelo a ser utilizado?
- [Específico para o Prefeito] – Qual o Orçamento mensal do município?
- Como está sendo investida a verba orçamentária?
- Quais as prioridades? (Solicitar uma cópia do Orçamento)
- Quais as arrecadações da Prefeitura? Quais as diversas origens da verba?
- O Município possui um Plano Diretor? (Em caso positivo solicitar uma cópia).

Ações comuns – empresa, governo e povo.

- Utilização da Rádio Comunitária para a divulgação dos trabalhos e conscientização da comunidade, convocando-a para participar das atividades;
- Organização de estandes na Feira de Ciências com o formato do grupo em questão desenvolvendo atividades inerentes a este grupo;
- Orientação para que os alunos troquem a “moeda-escola” recebida em brindes adquiridos das empresas “madrinhas” ou, se for o caso, confeccionados pelos alunos;
- Criação do dia do “Cidadão-Mirim”, organizando eventos de confraternização com a comunidade, empresários e funcionários dos órgãos públicos;
- Realização de um Seminário com palestras e debates, quando serão analisados os resultados e tiradas as conclusões;
- Emissão e distribuição, aos órgãos responsáveis, de um relatório com todas as atividades desenvolvidas;
- Preparação de peças de teatro que espelhem uma situação real do povo, governo ou empresa;
- Analise de documentos trocados entre os grupos: povo, governo e empresa, bem como os documentos remetidos às instituições (reais) que representam;
- Promoção de encontros com professores para relacionar as diversas disciplinas com situações reais desta atividade. Propõe-se que sejam dedicados 20 minutos semanais para a discussão de novas idéias ou de situações vivenciadas pelos diversos grupos.

Fig 8

Relatório da atividade aplicada na escola

Esta atividade foi desenvolvida e aplicada na Escola de Educação Básica Professor José Rodrigues Lopes, no município de Garopaba – SC, pelo professor Luiz O. G. Ebling, na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental, durante o segundo semestre de 2002. As atividades desenvolvidas pelos educandos atingiram os seguintes resultados:

Grupo POVO

- Situação exemplo ocorreu no Bairro da Palhocinha onde os dados foram obtidos pelos alunos da 6ª série. Neste caso, constatou-se que o loteamento está mal planejado; algumas ruas não têm nome; há necessidade da aplicação do Plano Diretor; não há serviço de correios; faltam telefones públicos nas ruas; os pontos de ônibus não possuem abrigo; não há área de lazer; falta manutenção nas ruas, que deveria ser realizada pela prefeitura; a segurança apresenta deficiências.
- Os anseios da população foram encaminhados aos órgãos competentes para estudo e providências.
- Foi organizado um modelo de criação de uma associação de bairro, incluindo o Estatuto, para referência e estímulo aos bairros que ainda não a possuíam.

Grupo GOVERNO

- Entrevistas em alguns órgãos da Prefeitura e Secretarias Municipais. Foram apresentados os pleitos do grupo POVO, momento em que os dirigentes municipais falaram sobre as dificuldades orçamentárias.
- A Câmara de Vereadores recebeu os educandos e informou sobre as atribuições dos respectivos cargos e as ações que vem desenvolvendo, principalmente na área social. Agiu com transparência e permitiu livre acesso; os alunos assistiam as sessões semanalmente dentro de uma escala preparada por eles.
- Os alunos encaminharam à Prefeitura e à FATMA denúncia de crime ambiental na região da Encantada. A atividade foi embargada.

Grupo EMPRESAS

- Após uma pesquisa em campo foram constatadas algumas questões comuns às diversas empresas: excesso de carga tributária; desconhecimento da destinação dos tributos; burocracia na arrecadação; Dificuldades na emissão de Nota Fiscal para microempresa; falta de financiamentos e juros elevados; encargos sociais elevados; desconhecimento das atividades do fisco.

Fig 9

CONSIDERAÇÕES FINAIS (AVALIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO)

- O professor manteve constante contato com os órgãos envolvidos e as atividades de campo foram planejadas com a autorização dos pais, os quais tiveram a oportunidade de acompanhar seus filhos, oferecendo-lhes sugestões e debatendo as atividades;
- As atividades previstas para a Feira de Ciências, Dia do Cidadão-Mirim e incubadora de empresas não chegaram a ser implementadas;
- Verificou-se que são suficientes 15 minutos por semana para o andamento dos trabalhos;
- A estrutura desenvolvida permite aplicar os conteúdos disciplinares, adequando-os às características de cada disciplina;
- O resultado do trabalho foi divulgado à comunidade em reuniões.

FILMOGRAFIA SUGERIDA PELOS CONSULTORES

1. ***A História de Qiu-Ju***. *CHI, 1992. Dir: Zhang Yimou, 107 min.*
2. ***A Negação do Brasil***. *BRA, 2000. Dir: Joel Zito de Araújo, 90 min.*
3. ***As Confissões de Schmidt***. *EUA, 2002. Dir: Alecsander Payne, 124 min.*
4. ***Canção da Liberdade***. *EUA, 2000. Dir: Phil Alden Robinson, 118 min.*
5. ***Carandiru.*** *BRA, 2003. Dir: Hector Babenco,146 min.*
6. ***Central do Brasil.*** *BRA, 1998. Dir: Walter Salles Jr, 112 min.*
7. ***Cidade de Deus.*** *BRA, 2001, Dir: Fernando Meirelles, 130 min.*
8. ***Daens – Um Grito de Justiça***. *BEL/FRA/HOL, 1992. Dir: Stijn Coninx, 138 min.*
9. ***Direitos do Coração***. *CAN, 1995. ONU, 86 min.*
10. ***Em Busca de Um Sonho***. *CAN, 1999. Dir: Kevin Brodie, 97 min.*
11. ***Fala Tu***. *BRA, 2003. Dir: Guilherme Coelho, 74 min.*
12. ***Geração Roubada***. *AUSTRALIA/ING, 2002. Dir: Phillip Noice, 94 min.*
13. ***Liberdade***. *ESP, 1996. Dir: Vicente Aranda, 121 min.*
14. ***Me Leva Nos Braços, Me Leva Nos Olhos***. *BRA, 1998. Dir: Marlene França, 30 min.*
15. ***Mulher Sim Senhora***. *BRA. Dir. N. Capelari, 23 min.*
16. ***Nenhum a Menos***. *CHI, 1999. Dir: Zhang Yimou, 106 min.*
17. ***O Cheiro do Papaia Verde***. *FRA, 1993. Dir: Tran Anh Hug, 107 min.*
18. ***O Fio da Inocência***. *CAN/EUA, 1999. Dir: Atom Egoyan, 116 min.*
19. ***O Doce Amanhã***. *CAN, 1997. Dir: Atom Egoyan, 112 min.*
20. ***O Tempo de Cada Um***. *EUA, 2002. Dir: Rebecca Miller, 85 min.*
21. ***Primavera de Uma Solteirona***. *EUA, 1969. Dir: Ronald Neame, 116 min.*
22. ***Sarafina - O Som da Liberdade***. *AFS, 1993. Dir: Darel Roodz, 98 min.*
23. ***Sonhos de Casa***. *NZE, 1989 – Dir: Leon Narbey, 100 min.*
24. ***Tempos de Viver***. *CHI, 1994. Dir: Zhang Yimou, 129 min.*
25. ***Terra e Liberdade***. *ALE/ESP/ING, 1994. Dir: Ken Loach, 109 min.*

Fig 10

MÚSICAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

Fig 11

1. ***Aprendendo a Viver*** *– Renato Teixeira*
2. ***Balacobaco*** *– Rita Lee*
3. ***Brasil*** *– Cazuza*
4. ***Cidadão*** *– Zé Ramalho*
5. ***Cidadão-Cidadã*** *– Jorge Mautner*
6. ***Condição*** *– Lulu Santos*
7. ***Construção*** *– Chico Buarque*
8. ***Daqui Pra Lá*** *- Titãs*
9. ***Haiti*** *– Elza Soares*
10. ***Novo Tempo*** *– Ivan Lins*
11. ***Luta de Classes*** *– Cidade Negra*
12. ***O Patrão Nosso de Cada Dia*** *– Secos e Molhados*
13. ***ONU, Arma Mortal*** *– Tom Zé*
14. ***Pacato Cidadão*** *– Skank*
15. ***Podres Poderes*** *– Caetano Veloso*
16. ***Que País é Este?*** *– Legião Urbana*
17. ***Tem Gente com Fome*** *- Ney Matogrosso*
18. ***Uns Iguais aos Outros*** *– Titãs*
19. ***"Vamo" Comer*** *– Caetano Veloso*
20. ***Vamos à Luta*** *- Gonzaguinha*

PINTURAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***1905 Ano da Minifestação*** *– Kustodiev Singer, 1906*
2. ***Estudo da Mendiga*** *– Almeida Júnior, 1899*
3. ***Guernica – Pablo Picasso, 1937***
4. ***Guerra e Paz*** *– Cândido Portinari, 1956*
5. ***Libertação*** *– De Nani Barros, 1978*
6. ***Marcha pela Paz*** *– Carlos Scliar, 1951*
7. ***Meninos da Rua*** *– Neva Lallemand*
8. ***Mercado de Escravos*** *– Augustus Earle*
9. ***O Grito*** *– Edvard Munch, 1893*
10. ***O Homem Célebre*** *– René Magritte, 1926*
11. ***Operário*** *– Livio Abramo, 1935*
12. ***Operários*** *– Clóvis Graciano, 1960*
13. ***Os Emigrantes*** *– Antônio Rocco, 1910*
14. ***Papeleiro*** *– Iberê Camargo, 1976*
15. ***Paz e Harmonia*** *– Isamu Araki, 1996*
16. ***Pendão da Esperança*** *– José de Lira*
17. ***Uma Família Camponesa*** *– Pavel Filonov, 1910*
18. ***Universo e Paz*** *– Isamu Araki, 1996*

Fig 12 – *Guernica* – Pablo Picasso

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NA ATIVIDADE E RECOMENDADA PELOS CONSULTORES

- CINTRA, Rodrigo. **O que é cidadania** (apontamentos). Disponível em: <http:// www.consulado.org.br/o_que_e_cidadania.htm> Acesso em: 25 abril 2004.
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002.
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Cotidiano da História. São Paulo: Ática, 1197-2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2004.
- Consulado da Cidadania em: http://www.consulado.org.br/
- DALLARI, Dalmo. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- FERREZ. Eu queria ter e ser. In: **Revista Caros Amigos**, edição 58, jan. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- GULLAR, Ferreira. Poesia: Não Há Vagas. In: **Revista Espaço Acadêmico** nº 35, abril 2004.
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei Orgânica do Município
- MACHADO, Nilson José; NETO, Antônio Ezequiel de Souza. **Cidadania é quando**... São Paulo: Escrituras, 2001.
- MAGALHÃES, Ana Maria; Isabel Alçada. **A Cidadania de A a Z.** Portugal: Editorial do Ministério da Educação, 2001.
- **MAINARDI, Diogo. Contra o Brasil. Cia das Letras, 1998.**
- MOORE Michael. **Stupid White Men** – Uma Nação de Idiotas. São paulo: Francis, 2003.
- OLIVA, Alberto. **A solidão da cidadania**. Porto Alegre: SENAC, 2002.
- Projeto Escola e Cidadania. Brasil.

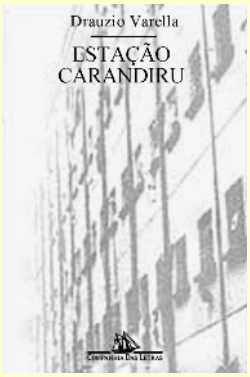
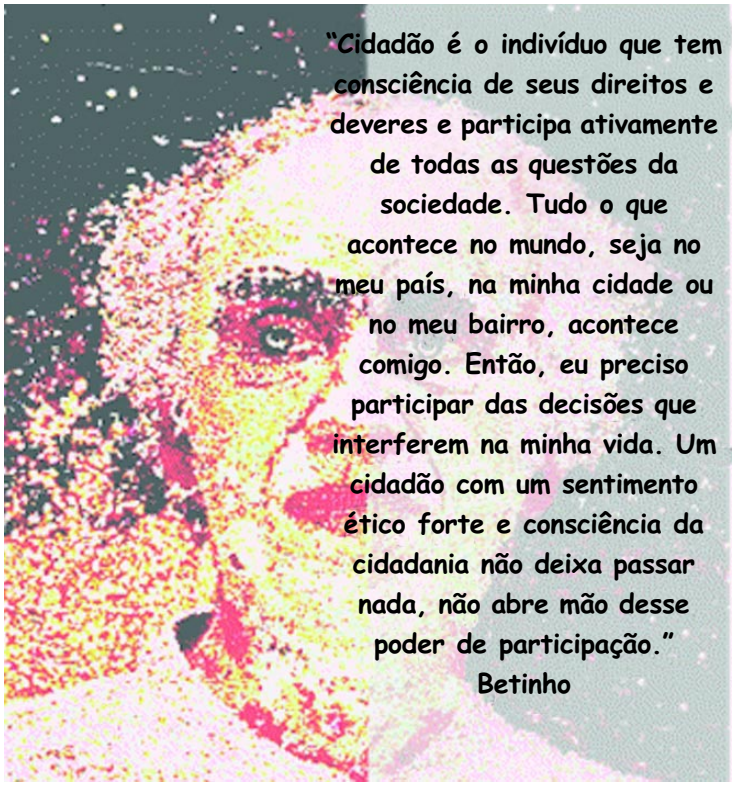


Fig 13

- Revista Caros Amigos – Casa Amarela.
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- Séries Diálogos. São Paulo: Scipione
- Betto, Frei; MENESES, Adélia Bezerra de; GENSEN, Tomaz (Orgs.) **Utopia Urgente**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei de flores**. Grav. RGE, CD.1994.
- VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- VIEIRA, Lizst. **Os argonautas da cidadania** - A sociedade civil na globalização. São Paulo: Record. 2001
- www.cinemateca.com.br
- www.dhnet.org.br
- www.estacaoliberdade.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.siciliano.com.br
- www.skylight.com.br

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: PITRE, John. Politics. Disponível em: <http://www.collectionprivee.com/picts/pitre/pages/aaaaaPoliticsfull.htm> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 2: Disponível em: <http://cajondesastre.juegos.free.fr/Images/ejercicios/cultura/pintores/mendigo.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 3: Disponível em: <http://www.fotoforum.com.br/artigos/cadeia%20156.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 4: Disponível em: <NOVA ESCOLA, out. 2001, p. 66. > Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 5: Disponível em: <http://www.flogs.com.br/lucasbh/147446> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 6: Disponível em: <www.moemagramacho.com.br/imagem%2520de%2520michele%2520para%2520home.gif> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 7: RIPPER, João Roberto. Disponível em: <http://www.imagenshumanas.com/index/pic1.jpg> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 8: BRAGA, Leonardo Costa. In: Revista Caros Amigos, edição 60, mar 2002. Casa Amarela. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed60/imgs/ensaio1.jpg> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 9: Disponível em: <http://www.turkishdailynews.com/jpeg21/human.JPG> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 10: Disponível em: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/central-do-brasil central-do-brasil-poster02.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 11: Disponível em: <http://www.ritalee.com.br/novo_cd_2004/img_up/foto_alta_aovivo01.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 12: Disponível em: <http://www.ethicalarts.org/photogallery6/guernica.jpg> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 13: Disponível em: <http://www2.uol.com.br/carandiru/capa.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 14: Disponível em: <http://www.ichrdd.ca/images/splash/splashpic.jpg> Acesso em: 25 abril 2004.
- Fig 15: Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/images/cartilha_minas/curso01/Modulo%20Vermelho/imagens/betinhopartido.gif> Acesso em: 29 abril 2004.



ANEXOS SUGERIDOS PELOS TÉCNICOS DA SEF

www.tce.sc.gov.br

www.mp.sc.gov.br

www.pgr.mpf.gov.br

ELEITORES NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Jornal Diário Catarinense de 21/12/2003 – Caderno de Política, p. 6

■ **Sinais de irregularidades***

-Histórico comprometedor da autoridade eleita e de seus auxiliares
-Falta de transparência nos atos administrativos
-Ausência de controladores administrativos e financeiros
-Submissão do Legislativo e dos conselhos municipais
-Baixo nível de capacitação técnica de colaboradores e ausência de treinamento de funcionários públicos
-Alheamento da comunidade quanto ao processo orçamentário
-Sinais exteriores de riqueza incompatível com a renda
-Grupos fechados que gravitam em torno do poder
-Nomeação de parentes de autoridades (prefeito, secretário e vereadores)
-Corruptos se opõem a qualquer forma de transparência e evitam que a câmara municipal fiscalize os gastos da prefeitura.

■ **Merenda escolar**

Um sinal de ato criminoso acontece com o fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Fique atento se os produtos chegarem sem seguir uma programação e uma lógica nutricional, quando nem as merendeiras sabem o que será servido.

■ **Concursos públicos**

Eventualmente, concursos públicos podem ser abertos pelas autoridades recém-empossadas para pagar promessas de campanha e dar empregos para correligionários. Concursos arranjados costumam incluir provas com avaliações subjetivas que permitem à banca examinadora habilitar os candidatos segundo os interesses das autoridades. Uma das artimanhas é incluir uma "entrevista" classificatória, realizada com critérios que retiram a objetividade.

■ **Vereadores perseguidos**

Existem vereadores honestos e incorruptíveis que podem ser marginalizados ou perseguidos por esquemas de prefeitos corruptos, os quais se utilizam de motivos para dificultar a atuação desses vereadores ou afastá-los da câmara. Desconfie sempre se o prefeito não atende um pedido de informações.

■ **Fraude em notas fiscais**

Suspeite de notas fiscais com as seguintes características:

-Valores redondos próximos de R$ 8 mil. Isso porque serviços de compras (exceto de engenharia) com valor até 10% do limite de R$ 80 mil, isto é, R$ 8 mil, estão desobrigados de licitação. É um mecanismo usado em fraudes.
-Fornecedores distantes e desconhecidos para materiais e serviços que poderiam ser adquiridos na lolidade
-Notas com visual simples, quase todas com a mesma diagramação
-Notas de prestação de serviços preenchidas com informações vagas

■ **Licitações**

Um indício de problemas numa licitação é a constância de compras juntos aos mesmos fornecedores, sem que haja um certo rodízio.

■ **Consumo de combustível**

É uma das formas mais comuns de fraude. Acontece quando não existe controle de estoque ou quando o funcionário encarregado de monitorar as entradas e saídas faz parte do esquema. Normalmente, o encarregado registra as medições de gastos incorretamente.

■ **Cheques sem cruzamento**

Os corruptos sempre se utilizam de cheques que não foram cruzados, pois podem ser descontados nas bocas dos bancos. Os cruzados precisam ser depositados e permitem o rastreamento em caso de quebra de sigilo bancário.

■ **Como obter provas**

-Checar cuidadosamente as denúncias, verificando se não consistem em meras desavenças políticas sem fundamentos sólidos
-Busque informações nos órgãos públicos (Junta Comercial, Receita Federal, Receita estadual)
-Identifique colaboradores - funcionários da administração municipal que não compactuam com os corruptos - a fim de se obter informações sobre fraudes
-Analise transferências e aplicações de recursos e fundos
-Documente provas com laudos, fotos e gravações

■ **Festas públicas**

Festas promovidas pelas prefeituras merecem atenção especial, pois algumas empresas de eventos têm sido grandes fornecedoras de notas frias. Isso se deve ao fato de ser difícil checar a veracidade dos artistas e da comissão dos agentes.

*Apesar de não determinarem necessariamente a existência de corrupção, a presença de alguns fatores deve estimular uma atenção especial.

Fonte: *Cartilha "O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil", da Amigos Associados de Ribeiro Bonito (Amarribo)*

LICITAÇÃO NO TOPO DA IRREGULARIDADE

Ainda não está contabilizado o número de processos que tramitam contra ex e atuais prefeitos em Santa Catarina.

Mas, assim como na região Oeste, o maior número de irregularidades cometidas é ocasionada pela dispensa indevida de licitação e contratação irregular de pessoal, sem a utilização do concurso público.

A informação é do coordenador adjunto do Centro da Moralidade Administrativa, promotor Roberto Seligman.

Ainda não há um levantamento numérico, mas a Coordenadoria da Moralidade Administrativa tem lidado sobretudo com as dispensas ilegais do processo licitatório, ou com a manipulação do processo. Nesse caso, o encaminhamento da concorrência costuma estruturar-se de forma perfeita.

Na realidade, porém, ele é viciado. Inclui itens que só podem ser cumpridos por determinada empresa, ou tem entre concorrentes somente empresas vinculadas entre si.

Mesmo diversos, esses concorrentes podem estar em nome de testas-de-ferro, e funcionando para uma pessoa ou grupo específico.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) encontra um problema comum durante a averiguação das contas públicas anuais das prefeituras: a ocorrência de déficit orçamentário e a não aplicação do percentual mínimo da saúde. Estas são consideradas faltas gravíssimas e constituem fator para a rejeição das contas anuais.

Denúncia por escrito facilita ação do MP

As denúncias que iniciam o trabalho do Ministério Público podem surgir de diversas maneiras.

Podem ser repassadas por qualquer cidadão que tenha conhecimento ou indícios de irregularidades, chegar ao conhecimento dos promotores através de reportagens, inquérito policial, ou mesmo do TCE, órgão ligado ao poder legislativo do Estado que tem como missão principal a fiscalização e orientação da gestão pública.

Mesmo anônimas, denúncias de irregularidade devem chegar ao promotor da comarca de preferência por escrito. Elementos que indiquem testemunhas e documentação relativa às irregularidades são valiosos.

"Escrever não é obrigatório, já que analisamos tudo o que chega a nosso conhecimento, mas no papel a denúncia facilitará a análise do promotor", ressalta Seligman.

Jornal Diário Catarinense de 14/12/2003 – Caderno de Política, p. 9

III– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - EDUCAÇÃO FISCAL E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESCOLA

Produção: Equipe técnica, pedagógica, administrativa e alunos da Escola de Educação Básica São Cristóvão – Capinzal (SC)

Fig 1 - *A Escola de Atenas* – Raphael Sanzio

PORTEIRAS
Bruna Lombardi

Vi minha pátria a primeira vez num mapa
E curiosa de rios, cordilheiras
Os nomes das montanhas
Os acidentes
Minha pátria era um contorno

Depois fui conhecendo minha pátria
Olhando os olhos das pessoas pelas ruas

A minha história misturada com a dos outros
Com a de todos
Somos todos uma pátria e um sentimento
Solitários, solidários

Minha pátria somos nós nessa praça
Acreditando que virá um tempo de se restaurar
Toda a verdade
Nós que choramos, que lutamos,
Que temos uma fé inabalável
Na palavra liberdade.

"O respeito mútuo, um respeito sem fingimentos e sem rotinas, um respeito bem intencionado, que todos os dias se ilumina de argumentos novos e todos os dias se sente pequeno diante da sua aspiração, poderá servir de base, dentro da obra educacional, a um movimento de resultados eficientes, no problema urgentíssimo da salvação do mundo pela garantia unânime da paz".

Cecília Meireles

INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos encontramos na história da humanidade as mais diversas formas de financiamento para despesas públicas. Todas encontram sustentação na sociedade, porém a maior carga recai sempre nos ombros das camadas mais pobres da população. A prática de tributar os paupérrimos é muito antiga. Os Assírios, no século XII a.C., tributavam pesadamente camponeses e artesãos, enquanto isentavam os guerreiros e sacerdotes que constituíam a classe mais rica daquela sociedade.

Ao longo da história, muitas outras manifestações de organização tributária foram registradas, entretanto, é no Código de Hamurabi, o mais antigo de que se tem registro, (século XVII a.C), composto por 282 artigos, que esta prática recebe o caráter de organização de estudo, pois estabelece as regras da propriedade, do comércio, da cultura, da mão-de-obra, da compra de escravos e dos tributos em todo o império, abrangendo todos os súditos.

A América pré-colombiana também utilizava tributos em suas organizações sociais; esta tributação variava de uma sociedade para outra. Os Astecas obrigavam os cidadãos a trabalhar nas obras públicas e a prestar serviço militar. Os Incas exigiam dos artesãos e dos agricultores o pagamento de tributos sob a forma de serviço militar ou do trabalho na agricultura e nas obras públicas.

No Brasil, a tributação iniciou com a indústria extrativista do pau-brasil, quando o extrator comprometia-se em construir fortificações e pagar o "quinto", sendo este o primeiro dinheiro moeda-mercadoria utilizado no país.

Na atualidade, a escola preocupada com o grande índice de sonegação de impostos, pretende contribuir para criar uma consciência social, por meio dos alunos, enfatizando a busca do exercício da cidadania; destacando a importância do controle social sobre as ações do poder público e caracterizando uma forma de participação cidadã na gestão sócio-governamental. Com esta atitude visa também à conservação do patrimônio público, a começar pelo espaço escolar.

A idéia é construir um espaço digno para os alunos, professores e comunidade, um ambiente participativo e de parcerias. Conservar a escola, o espaço em que vivemos é meta primordial de toda sociedade. Vivemos num momento histórico em que necessitamos economizar os recursos naturais e econômicos, tendo em vista a grande depredação da natureza e de bens públicos.

Ao nos referirmos à conservação da escola, refletimos sobre o seu uso, limpeza e manutenção, de modo a proporcionar aos alunos e a toda a comunidade um espaço agradável e de bem-estar.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A escola, enquanto bem público, pertence a todos e é de responsabilidade de todos nós, conservá-la. Diante do exposto, levantamos as seguintes questões: por que conservamos nossa casa e depredamos a escola? De que forma esta atividade de aprendizagem pode contribuir para reverter este quadro de depredação do patrimônio público?

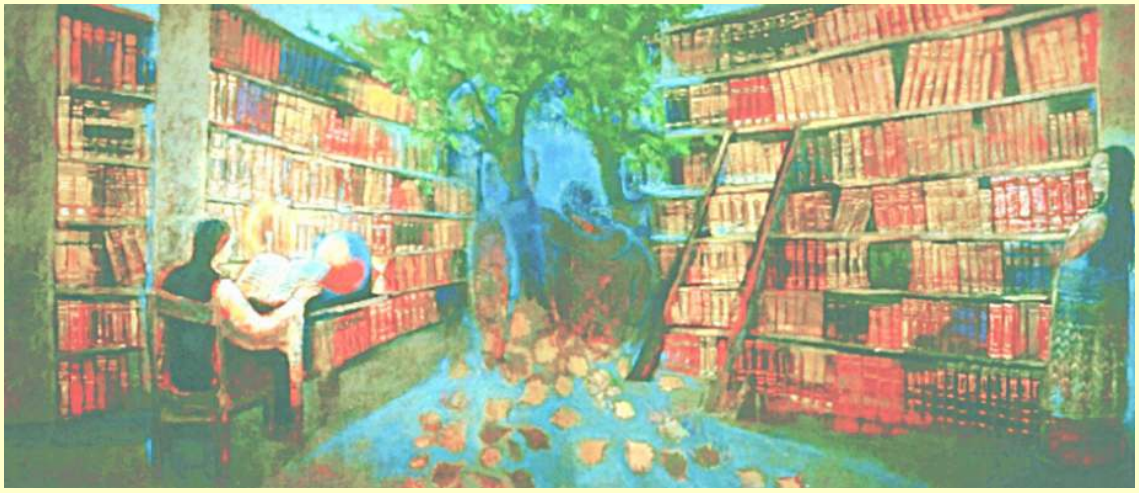


Fig 2 *Biblioteca Sin Fin* – Carmen Parra

OBJETIVO GERAL

- Promover e institucionalizar a Educação Fiscal como um dos instrumentos para a cidadania, para que todos contribuam e tenham acesso aos bens públicos, cuidando, preservando e fiscalizando.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar o cidadão para função sócio-econômica do tributo;
- Instrumentalizar o cidadão com conhecimento sobre a administração pública;
- Incentivar a sociedade para que acompanhe a aplicação dos recursos públicos;
- Educar o aluno para a importância de manter o espaço público em boas condições, uma vez que os recursos utilizados na sua conservação pertencem a toda comunidade que os mantêm através do pagamento dos tributos.

CONCEITOS DISCIPLINARES

- Leitura, oralidade, textualidade; gramática; jogos; dança; corporeidade; música, teatro, pintura; proporcionalidade, números naturais e racionais, sistema monetário, câmbio, porcentagem, sistema de medidas (comprimento, capacidade, superfície, tempo); espaço e espaço produzido, clima, regiões; saúde, resíduos sólidos, conservação e preservação ambiental; tempo, relações sociais, modos de produção.

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

- Ética; Educação Fiscal (documentos fiscais, improbidade administrativa, lei de responsabilidade fiscal, movimento econômico, repartição tributária, isenção tributária, incentivos fiscais, benefícios fiscais, serviços públicos, finanças públicas e licitação, poder público, evasão e sonegação fiscal, ICMS e alíquotas, produtos supérfluos, não-cumulatividade do ICMS, IPVA, ITCMD); Educação Ambiental; Saúde.

AÇÕES E OPERAÇÕES

- Organização de: mutirão de limpeza da escola; jornal falado, jogral sobre tributos, orçamento, despesa e obras públicos, grupo de teatro de fantoches;
- Leitura e produção de textos sobre o tema, (paródias, histórias em quadrinhos, poesias, caça-palavras), relacionados aos temas: tributo, despesa pública, orçamento público e obras públicas;
- Pesquisa na Prefeitura sobre despesas com obras nos últimos anos, efetuando cálculos e construindo gráficos mensais e anuais sobre a evolução das mesmas.
- Pesquisa sobre a história da moeda no Brasil e sobre salários pagos aos trabalhadores;
- Construção de uma linha do tempo sobre tributos e estudo sobre os conceitos de Educação Fiscal, identificando o que é público e o que é privado;
- Pesquisa sobre: tributos arrecadados no município, preços e impostos pagos sobre os produtos comercializados em supermercados, com posterior tabulação e análise dos dados obtidos;
- Planejamento de ações para a melhoria do ambiente físico escolar: limpeza, conservação, construção e prioridades da Unidade Escolar;
- Debate sobre o que é bem público e privado e sobre a importância da exigência da Nota ou Cupom Fiscal para a manutenção dos mesmos;
- Palestra sobre: repasse de recursos, repartição de receitas tributárias, direitos e deveres, gastos com a manutenção da escola;
- Enquete com a população questionando: qual a função da Câmara de Vereadores; o que você faz quando a sua rua precisa de melhorias; como escolhe seus cândi-datos; como age diante da má utili-zação do dinheiro público; se participa das reuniões na associação do bairro. Montar um mural e discutir as repostas com os alunos.

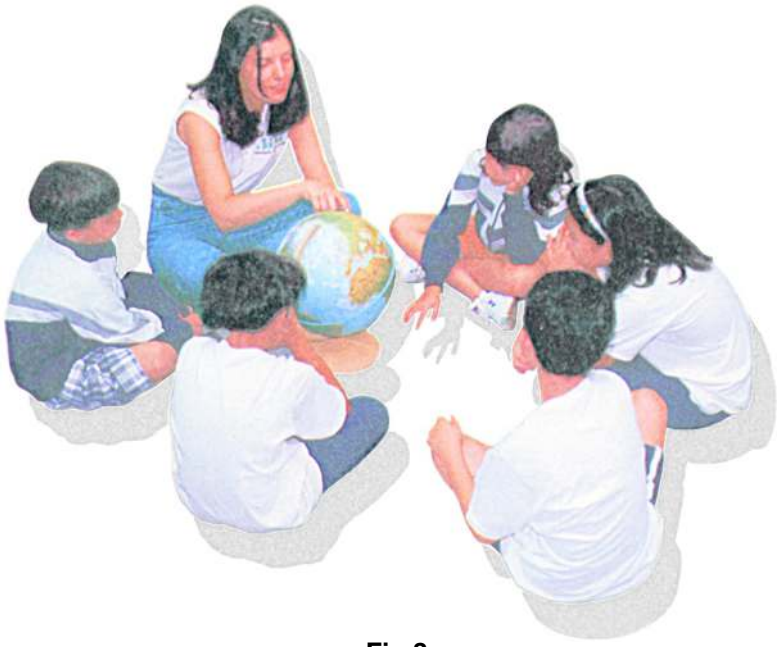
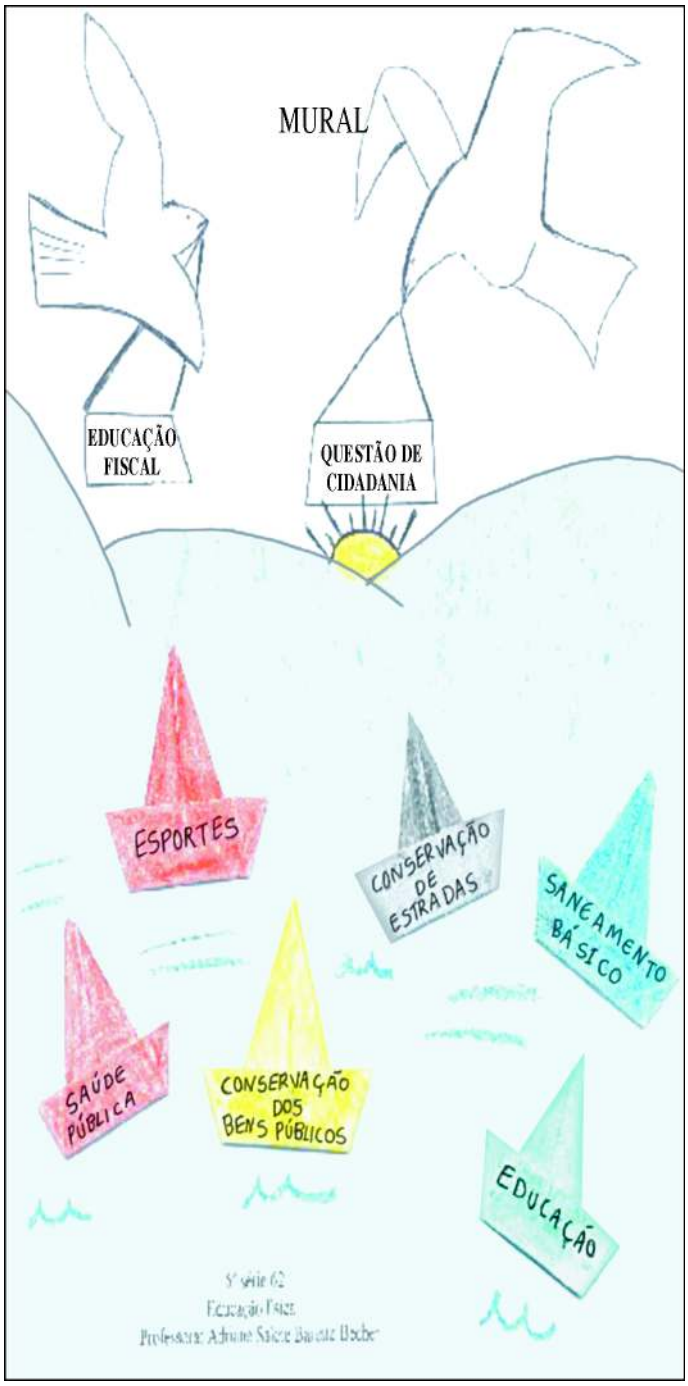


Fig 3



EDUCAÇÃO FISCAL

Autores:
Deividi e Vanessa alunos da 8ª. Série 81

A educação fiscal
É importante ao cidadão
Ao criar novos conceitos
Com amor e com tesão

Ao fazer as suas compras
Peça anota fiscal
Que o retorno é genial

Alô droga de suruba
Faz a educação andar
A gente é que paga
Deve sempre merecer

A equipe do governo
Vem buscando a solução
Ao pedir nota fiscal
Faz sua parte o cidadão

Os conceitos são iguais
Se o assunto é congresso
A suruba lá existe
O povo fica perplexo

E os pobres trabalhadores
Sem dormir e sem comer
Esperam dias melhores
Para saírem da pobreza

Na implementação das leis
Cada um que por a mão
De rodeio e falsidade
O Brasil é campeão

Coitado do assalariado
Sem tesão perde a razão
Pois aumentando o seu trabalho
É pouca sua renda

SOCIALIZAÇÃO

A atividade de aprendizagem tem como objetivo primordial a apropriação dos conceitos científicos e conseqüentemente o retorno dos alunos à comunidade para socializar o conhecimento apropriado, na forma de apresentações teatrais, divulgação do material produzido, dentre outras manifestações científico-culturais.

AVALIAÇÃO

A avaliação foi realizada em todos os momentos, tendo como ponto de partida os conceitos trabalhados com os alunos. Alguns critérios foram levados em consideração, tais como: participação, sociabilidade, criatividade, interesse, criticidade, iniciativa, pontualidade, aplicabilidade dos conceitos apropriados, expressão oral e escrita, desenvolvimento do pensamento lógico-matemático.

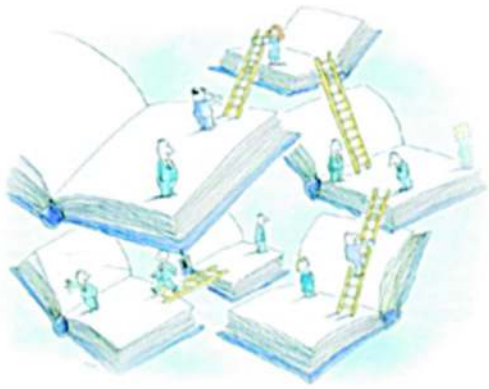


Fig 4

TEXTO SUGERIDO PELOS CONSULTORES

VOLUME DE IMPOSTOS DA PESSOA FÍSICA CRESCEU 56,74% EM 10 ANOS
Célia Froufe

São Paulo - O valor individual que o brasileiro paga ao governo em forma de tributos apresentou crescimento real de 56,74% nos últimos 10 anos. Em relação à contabilidade nominal, a elevação no período é de 341,46%, segundo apurou o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). De acordo com levantamento do IBPT, em 1993, cada brasileiro pagou em média o equivalente a R$ 700,51. No ano passado, a arrecadação "per capita" foi de R$ 3.092,47. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que ficou 0,2% negativo no ano passado, a carga tributária do País apresentou crescimento de 0,23 ponto porcentual, apontou o Instituto. Em 2003, a arrecadação federal totalizou R$ 384 bilhões (R$ 341,5 bilhões em 2002), representando 25,38% do PIB.

Na esfera estadual, o recolhimento foi de R$ 139,13 bilhões no ano passado (9,17% do PIB) ante R$ 122,20 bilhões em 2002. Os municípios com o Distrito Federal foram responsáveis pela arrecadação de R$ 22,99 bilhões em 2003 ou 1,52% do PIB. No ano anterior, o recolhimento havia sido de R$ R$ 18,65 bilhões.

Carga tributária subiu 13,40% em 2003

A carga tributária do Brasil apresentou crescimento de 13,40% em 2003 ante o ano anterior, segundo levantamento do IBPT. De 17 tributos e contribuições levados em consideração pelo Instituto, o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) foi o que apresentou maior aumento de arrecadação, de R$ 13,56 bilhões (12,84% de aumento nominal e 3,23% de aumento real), totalizando uma arrecadação de R$ 119,21 bilhões no ano passado.

Em seguida, ainda de acordo com pesquisa do IBPT, o INSS arrecadou em 2003 R$ 86,59 bilhões, uma elevação de R$ 10,51 bilhões ante o ano anterior, com 13,81% de aumento de arrecadação e 4,13% de aumento real.

O terceiro item que apresentou maior avanço em 2003 foi a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de R$ 7,29 bilhões, somando R$ 59,56 bilhões no ano passado – 13,96% a mais em arrecadação e 4,26% de aumento real.

RELATÓRIO DA PALESTRA SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL REALIZADA NA ESCOLA BÁSICA SÃO CRISTÓVÃO

ICMS é a sigla que identifica o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. É um imposto que cada um dos Estados e o Distrito Federal podem instituir, como determina a Constituição Federal de 1988.

Para atuar em um ramo de atividade alcançado pelo imposto, a pessoa, física ou jurídica, deve se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS. Também deve pagar o imposto a pessoa não inscrita quando importa mercadorias de outro país, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial.

Este imposto pode ser seletivo, isto é, na maior parte dos casos o ICMS, que é imbutido no preço, a alíquota corresponde a 17%. Alguns produtos como hortaliças, são isentos de ICMS. Nos produtos considerados supérfluos, como bebidas e cigarros, a alíquota é 25%.

O ICMS é um imposto não cumulativo, compensando-se o valor devido em cada operação ou prestação com o montante cobrado anteriormente. Em cada etapa da circulação de mercadorias e em toda a prestação de serviço sujeitas ao ICMS deve haver emissão da nota fiscal ou cupom fiscal. Estes documentos serão escriturados nos livros fiscais para que o imposto possa ser calculado pelo contribuinte e arrecadado pelo Estado.

O que é Educação Fiscal para a Cidadania?

É uma nova prática na área educacional que discute a relação do cidadão com o Estado, no campo financeiro, integrando suas duas vertentes: a arrecadação e o gasto público, e vigiando para que ambos sejam realizados com eficiência, transparência e honestidade. A Educação Fiscal busca aproximar o Estado do cidadão. O investimento em Educação Fiscal para a Cidadania é o investimento em Educação e Formação para a Cidadania.

Por conta disto, está em implantação nos Estados e no Distrito Federal o **Programa Nacional de Educação Fiscal,** coordenado, em nível nacional, pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), em Brasília e em nível estadual pelo Grupo de Educação Fiscal Estadual (GEFE). A realização de ações de Educação Fiscal constitui pré-requisito para que os municípios obtenham financiamento do BID para programas de modernização fiscal e administrativa.

IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE E VEÍCULOS AUTOMOTORES

É, provavelmente, o imposto estadual mais conhecido para quem possui automóvel, motocicleta, aeronave ou embarcação. O recolhimento do IPVA é anual e 50% do valor arrecadado é destinado ao município onde o veículo é licenciado.

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS

ITCMD é a sigla que identifica o imposto sobre transmissão "*causa mortis*" e doação de quaisquer bens ou direitos. Previsto no art. 155, I da Constituição Federal, este imposto incide sobre a transmissão de qualquer direito, bem imóvel ou bem móvel (ex: ações, quotas, participação civil ou comercial, debêntures, direito e crédito de qualquer natureza, dinheiro, haver monetário em moeda nacional e título que o represente, depósito bancário, aplicação financeira, direitos autorais e outros) havido por sucessão legítima (transferência de herança por morte ou resultante de lei, nos casos de ausência, nulidade, anulabilidade ou caducidade de testamento) ou testamentária e por doação.

Cabe ressaltar que até 1º de março de 1989 o Estado tributava a transmissão de qualquer título (*causa mortis*, doação e intervivos oneroso) somente de bens imóveis e direitos

sobre eles. A partir da citada data, com a entrada em vigor da Constituição de 1988, a transmissão "inter vivos" onerosa de bens imóveis ficou a cargo do município.

A relação cidadania/tributo e a importância da Nota Fiscal.

A emissão da Nota Fiscal, documento que deve conter, entre outros dados, o valor da operação e, quando devida, a indicação do valor do imposto, facilita o trabalho de fiscalização e arrecadação. Mais que garantir a eficiência administrativa da arrecadação do Estado, o ato de exigir a Nota Fiscal tem conseqüências positivas no campo político-democrático, por ser um ato de exercício da cidadania, de mudança para melhor, da relação Cidadão-Estado, no plano de direitos e deveres.

Por que e para que o tributo é cobrado?

O tributo é cobrado porque ele é o custo do contrato social, da vida em sociedade. Há, infelizmente, os que pensam e agem como se os benefícios sociais fossem gratuitos. Na verdade, os bens e serviços públicos são custeados pelos tributos pagos pelo cidadão.

Diretamente, os tributos revertem para a sociedade em forma de bens e serviços públicos como segurança, saúde, educação, justiça, transporte, dentre outros. Indiretamente, seu retorno para a vida social está nos efeitos da distribuição de renda que reduzem as desigualdades sociais, no incentivo ao desenvolvimento regional ou setorial, na regulação do comércio interno e externo.

Cenas Urbanas

Buzinas e apitos
Motores e britadeiras
Música e concreto
Buraco na rua
Ferida aberta no asfalto
Pele na cidade

Trem de ferro apita
Não sabe chorar as mágoas
Do seu maquinista
Maltrapilhos olham
Os manequins nas vitrines
Espelho às avessas

Guri viciado
Em cola de sapateiro
Tem pés descalços

Cai temporal
O rio brinca de mar
No mangue das ruas

Olha a sorte grande!
Vendedor de loteria
Vende o que não tem
Vem a passeata
Serpente de mil cabeças
Um só pensamento

Ergue-se o Boeing
Nos oceanos de ozônio
Peixe branco nada

Postes da avenida
Cruzes iluminadas
Calvário noturno

Espinhas de peixe
Invasão de domicílios
Hora da novela
No céu da capital
Brilha a moeda de prata
Lua capitalista

Jorge Fernando dos Santos

TEXTO SUGERIDO PELOS CONSULTORES

CONSELHOS GESTORES E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA — O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen[4]

1. Constituição e aprimoramento da democracia

A Constituição estabelece como fundamentos da República Brasileira a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político.

Cidadania é o exercício efetivo de direitos individuais, políticos e sociais assegurados na Constituição. A soberania sob a qual a República Federativa do Brasil está fundada é aquela que emana do poder do povo, que o exerce através de seus representantes ou diretamente.

O exercício da soberania popular e da cidadania passa pela participação da população na formulação e implementação de políticas públicas, em especial das políticas públicas sociais.

O pluralismo político realiza-se não somente através do pluralismo partidário, mas também através da existência de associações civis para a defesa de diversos interesses e grupos existentes na sociedade brasileira.

Por seu turno, a implantação efetiva dos direitos sociais depende da realização de políticas públicas, cujas linhas gerais também estão estabelecidas na Constituição.

A participação da sociedade civil na elaboração de tais políticas públicas é fundamental para que as mesmas se tornem eficazes. E ai está o papel dos Conselhos Municipais, gestores de políticas públicas.

A Constituição previu a participação popular na elaboração na formulação, dentre outras, das políticas públicas da saúde, assistência social, educação e direitos da criança e do adolescente. Essa participação se dá através dos conselhos respectivos, em especial dos Conselhos Municipais, aqueles que mais próximos estão dos interesses da comunidade.

Na realidade, estamos diante do aprimoramento da própria democracia, que não se esgota no ato de votar. A democracia no Brasil não é mais tão somente representativa, mas também direta (através dos mecanismos de plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei) e participativa (através da presença da sociedade civil nos diversos conselhos gestores de políticas públicas).

Note-se que a Constituição Federal não é meramente uma carta de princípios e, portanto, estabelece normas e estrutura instituições visando ao cumprimento de seus princípios e regras, bem como à aplicação de sanções àqueles que os descumprem, ou seja, a Constituição estabelece mecanismos de autodefesa.

[4] Membro do Ministério Público Federal, Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP, doutoranda em Teoria Geral e Filosofia do Direito na USP.

2. O Ministério Público e a defesa da Constituição

Nesse sentido, como um de seus mecanismos de autodefesa, a Constituição Federal, em seu artigo 127, define o Ministério Público corno instituição permanente, essencial à função jurisdicional da justiça e que tem entre suas atribuições a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Por outro lado, o artigo 129 da Constituição Federal estabelece que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito pelos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias para a sua garantia.

Para que o Ministério Público possa exercer suas funções de promoção e fiscalização da efetiva implantação do ordenamento constitucional e legal por quaisquer dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como em quaisquer das esferas da administração (Federal, Estadual e Municipal), pelo setor público ou privado, a Constituição Federal assegura-lhe autonomia funcional e administrativa, podendo — observado o disposto no artigo 169 — propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares. Ressalve-se que o Ministério Público forma seus quadros através de concurso público.

No exercício de suas atribuições constitucionais e legais, o Ministério Público pode atuar junto ao judiciário ou não. Exemplificando, quando alguém pratica um crime, será acusado por um membro do Ministério Público, que oferecerá uma denúncia perante o Judiciário, e se a denúncia for aceita, o processo terá seguimento.

Entretanto, quando o Ministério Público age na defesa de direitos sociais, como aqueles relativos à saúde, à educação, os direitos das crianças e dos adolescentes, das pessoas portadoras de deficiência, poderá agir extra-judicialmente ou perante o Judiciário.

O Ministério Público pode, por exemplo, sabendo, que em determinada cidade, não existe um conselho municipal criado por lei, operar para que tal conselho seja criado e passe a funcionar regularmente.

Nesse sentido, poderá instaurar um procedimento administrativo, por iniciativa própria ou por representação de qualquer pessoa, e atuar junto ao prefeito, aos vereadores, associações locais e com a população para verificar as razões pelas quais o referido conselho não existe e estará, então, agindo extra-judicialmente (nos autos de um inquérito civil público ou procedimento administrativo correlato).

Poderá, também, propor uma ação civil pública contra aqueles que tinham a obrigação de criar o conselho e não o fizeram, que tramitará perante o judiciário e, nesse caso estará atuando judicialmente.

Fig 5

3. Ministério Público e Conselhos, possibilidades de uma atuação conjunta.

Os conselhos gestores de políticas públicas são uma conseqüência do princípio da participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas relativas aos direitos sociais, estabelecidos na Constituição Federal.

A Constituição Federal prevê em vários artigos inseridos no título Da Ordem Social a participação democrática na formulação, implementação ou gestão de políticas públicas, entre outras, das áreas da saúde, da assistência social, das crianças e adolescentes e da educação. As políticas públicas relativas aos direitos sociais encontram-se reguladas por leis ordinárias, que junto com a Constituição Federal integram o ordenamento jurídico brasileiro, que visa precipuamente estabelecer uma sociedade na qual a cidadania seja não apenas um direito, mas realidade.

Assim, se cabe ao Ministério Público atuar na defesa dos interesses sociais e na defesa da ordem jurídica, caberá a essa instituição zelar pela efetiva implementação e funcionamento dos conselhos gestores de políticas públicas, bem como das diretrizes e ações aprovadas. As leis federais que regulamentam a existência e implantação dos conselhos prevêem, em regra, que o Ministério Público zelará pelos direitos assegurados nas referidas leis. E ainda, como cabe aos conselhos atuar na fiscalização dos gastos das verbas públicas destinadas aos municípios quer pela União Federal, quer pelos Estados, e ainda dos próprios orçamentos municipais, para a efetivação de políticas públicas específicas, as leis prevêem que tais verbas só poderão ser repassadas se os conselhos e fundos existirem, e se os municípios tiverem os planos municipais de políticas públicas em cada uma das áreas.

Como cabe ao Ministério Público atuar na defesa do patrimônio público e social, essa atuação também se refere a verificar se os conselhos gestores de políticas públicas existem, pois podem auxiliar nessa função. O Ministério Público tem como uma de suas funções defender o patrimônio público e isso inclui verificar e apurar denúncias sobre mau uso de verbas públicas.

Atualmente, grande parte das verbas públicas relativas às políticas públicas sociais é repassada pela União Federal ou estados aos municípios no sistema chamado “fundo a fundo”, ou seja, são verbas carimbadas, se destinadas, por exemplo, à assistência social, não podem ser usadas na educação e vice-versa. Assim, o papel dos conselhos é fundamental, pois tendo acesso às contas correntes dos fundos, podem detectar irregularidades e acionar o Ministério Público.

Cabe ainda aos conselhos verificar se as entidades, públicas e/ou privadas, que, eventualmente, sejam beneficiadas por verbas públicas dentro de planos das administrações, estão, de fato, aplicando-as na forma em que afirmaram que o fariam em seus planos de trabalho, aprovados anteriormente pelos órgãos da administração.

Nesse sentido, os conselhos são muito importantes para o Ministério Púbico, pois podem auxiliar no papel de fiscalização das políticas públicas da administração, em qualquer dos níveis da federação — União, Estados e Municípios. Entretanto, a importância dos conselhos está também no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população via formulação e implementação de políticas públicas sociais, pois a participação democrática não se esgota na eleição de chefes do executivo e de membros do legislativo. Tal participação é fundamental para o Estado Democrático de Direito e da nossa República e o fortalecimento da democracia em nosso país passa necessariamente por uma atuação conjunta entre Executivo, Legislativo e Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

4. O trabalho do Ministério Público

Em todos os municípios existe pelo menos um representante do Ministério Público, que poderá ser encontrado em sua sede própria ou no fórum da cidade.

O Ministério Público existe para defender a sociedade de forma coletiva, e não para defender o direito ou interesse individual de uma única pessoa.

Existindo um fato que caracterize violação de direitos assegurados no ordenamento jurídico brasileiro, que atinja várias pessoas ou de um ato ilícito da administração, qualquer pessoa pode se dirigir ã sede do Ministério Público local e protocolar uma representação por escrito ou marcar uma audiência, para que seja ouvido pelo representante do Ministério Público, e se for caso, ter o depoimento tomado por escrito.

O acompanhamento da representação poderá ser feito pelo número do protocolo da entrega dos documentos, ou pelo número do procedimento no qual foi prestado o depoimento. Na hipótese das normas relativas aos conselhos não estarem sendo cumpridas, ou as diretrizes dos conselhos não estarem sendo implementadas, quando a lei obrigar a tanto, o Ministério Público poderá promover, por exemplo, uma ação civil pública. A ação civil pública é prevista na Constituição Federal e na Lei nº 7.347/85.

A Constituição Federal em seu artigo 129, incisos III e IX, estabelece ser função do Ministério Público promover o inquérito civil público e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, bem como outras funções, que forem conferidas por outros diplomas legais.

A Lei nº 7.347/85 prevê a possibilidade do Ministério Público propor uma ação de natureza civil face àqueles que causarem danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor estético, histórico, turístico e paisagístico, patrimônio público e qualquer outro interesse difuso ou coletivo e ainda por infração da ordem econômica e da economia popular, que visa uma obrigação de fazer ou não fazer ou uma condenação em dinheiro para a defesa de direitos.

A ação civil pública também pode ser proposta por associação, que esteja constituída há pelo menos um ano (requisito que em alguns casos poderá ser dispensado) e inclua entre suas finalidades a defesa dos interesses e direitos sociais acima mencionados. Existem outras leis que prevêem ações civis coletivas, como a Lei nº 7.853/89, que estabelece a Política Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiências e o Código do Consumidor, Lei nº 8.078/90.

Já o inquérito civil público, que pode ou não anteceder a ação civil pública, só pode ser instaurado pelo Ministério Público como instrumento de investigação, para se verificar se determinado direito coletivo foi violado ou não.

O Ministério Público promove também ações de improbidade. A ação de improbidade foi criada em 1992 pela Lei nº 8.429/92, que regulamentou dispositivos do artigo 37 da Constituição Federal, visando punir os administradores dos patrimônios e dos bens públicos, quando esses cometem atos lesivos ao erário ou enriquecem ilicitamente, ou seja, quando cometem atos considerados em desacordo com a probidade administrativa. O mau uso de verbas públicas pode caracterizar ato de improbidade.

Esse tipo de ação não pode ser movida por associações, e, portanto, as denúncias dever ser encaminhadas ao Ministério Público ou aos próprios órgãos de fiscalização e controle da Administração.

5. Participação e Fiscalização

Estas parecem ser as palavras-chave na construção do Estado Democrático de Direito, pois estamos em um momento em que a Democracia Representativa (na qual elegemos os membros do Legislativo e Chefes do Executivo), passa a conviver com mecanismo de Democracia Direta e de Democracia Participativa (na qual participamos ativamente da elaboração e implementação das decisões políticas, sem que a primeira seja substituída por essas últimas). São tempos de coexistência.

Já não é mais possível falar-se em Estado Democrático de Direito, sem se falar na participação constante da população na elaboração das políticas públicas, quer seja através dos Conselhos Gestores, quer seja de outros mecanismos como o Orçamento Participativo.

Nesse contexto, no qual não podemos nos esquecer do pluralismo político e da importância da atuação das Organizações Não Governamentais para a efetiva implementação e o exercício dos direitos assegurados na Constituição.

Estamos, assim, em um momento de mudança de práticas políticas, de aprendizado de novas formas de cooperação entre Administradores Públicos, membros do Legislativo e sociedade civil.

Todos temos que nos capacitar para essa nova forma de democracia, na qual as responsabilidades
devem ser divididas entre Governo e Sociedade Civil, devendo os administradores dos bens e serviços públicos estar cientes da fiscalização constante, quer da população, quer das instituições como o Ministério Público e das conseqüências do mau uso da coisa pública.

Fig 6
***O Poder da Corrupção, Uma Alegoria Política* – Michael Lenson**

MÚSICAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***1.A Novidade*** *- Os Paralamas*
2. ***Amor Colegial*** *– Léo Jaime*
3. ***Brasil*** *– Cazuza*
4. ***Cai Água, Cai Barraco*** *– Biquíni Cavadão*
5. ***Cidadão*** *– Zé Ramalho*
6. ***Com Açúcar e com Afeto – Chico Buarque***
7. ***Construção*** *– Chico Buarque*
8. ***Educação Sentimental II*** *– Kid Abelha*
9. ***Geração Coca-Cola*** *– Legião Urbana*
10. ***Licitação*** *– Pato Fu*
11. ***No Fundo do Quintal da Escola*** *– Raul Seixas*
12. ***Números*** *– Raul Seixas*
13. ***O Resto do Mundo*** *- Gabriel Pensador*

Fig 7

14. ***Que País é Este*** *– Legião Urbana*
15. ***Química*** *– Legião Urbana*
16. ***Sítio do pica-pau amarelo*** *– Gilberto Gil*

FILMOGRAFIA SUGERIDA PELOS CONSULTORES

1. ***A Educação de Pequena Árvore****. EUA, 1997. Dir: Richard Friedenberg, 115 min.*
2. ***A Escola é Um Show*** *– Documentário. BRA, 1997. Dir: Rosinha Megdessian e Dirceu de Oliveira. 48 min.*

Fig 8

3. ***A História de Ryan White – Uma lição de vida****. EUA, 1999. Dir: John Herzfeld. 95 min.*
4. ***Brazil, O Filme****. EUA, 1985. Dir: Terry Gilliam. 131 min.*
5. ***Com Mérito****. EUA, 1994. Dir: Alek Weshishian, 101 min.*
6. ***Filhos do Paraíso****. IRA, 1998. Dir: Majid Majidi. 88 min.*
7. ***Guantanamera****. CUB, 1995. Dir: Juan Carlos Tabió, 101 min.*
8. ***Liam****. UK/FRA/ALE, 2000. Dir: Stephan Frears, 90 min.*
9. ***Memórias Póstumas de Brás Cubas****. BRA/POR, 2001. Dir: André Klotzel, 102 min.*
10. ***Mentes que Brilham****. EUA, 1991. Dir: Jodie Foster, 96 min.*
11. ***Meu Mestre Minha Vida****. EUA, 1989. Dir: John Avildesen, 109 min.*
12. ***Mr. Holland – Adorável Professor****. EUA, 1995. Dir: Stephen Herek. 140 min.*
13. ***Música do Coração****. EUA, 1999. Dir: Wes Craven. 124 min.*
14. ***Novembrada****. BRA. Dir: Eduardo Paredes, 20 min.*
15. ***O Jarro****. IRA, 1992. Dir: Ebrahim Foruzesh. 83 min.*
16. ***O Violino Vermelho****. CAN, 1998. Dir: François Girard, 130 min.*
17. ***Tempos de Viver****. CHI, 1994. Dir: Zhang Yimou, 129 min.*
18. ***Rei Coragem****. EUA, 2000. National Geografic*
19. ***Uma Lição de Amor****. EUA, 2001. Dir: Jessie Nelson. 132 min.*

PINTURAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***A Escola de Atenas*** *– Rafael Sanzio, 1511*
2. ***Alfabetização*** *– Maria Thereza Neves, 1998*
3. ***Amigos*** *– N. Kalmykov, 1959.*
4. ***Em um Colégio de Meninas*** *– Ivan A. Vladimirov, 1945.*
5. ***Escola de Meninas*** *– Frané Lessac*
6. ***Estudante****. Rembrandt van Rijn,*
7. *Estudantes – Peter Alberti, 1962.*
8. ***Estudantes*** *– Vladimir Chekalov, 1957.*
9. ***Justiça – Giotto, 1302***
10. ***Justiça*** *– Ticciano, 1508*
11. ***Na Escola*** *– Mikhail Tkachev, 1961.*
12. ***Na Escola da Vila*** *– Skane, 1887.*
13. ***Um Asno na Escola*** *– Pieter Bruegel, 1556*
14. ***Uma Aula*** *– Alfred Sisley*

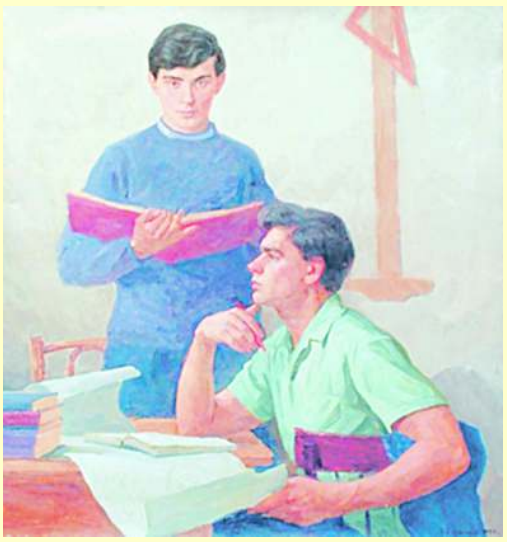


Fig 9

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA PELOS CONSULTORES

- BOMENY, Helena Bousquet et al. **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995.
- CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Páginas da História. São Paulo: FTD, 1998.
- Coleção Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2004.
- Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed: Brasiliense.
- COUTINHO, José Roberto de Andrade. **Gestão patrimonial na administração pública**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
- **FREIRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Record, 2000**

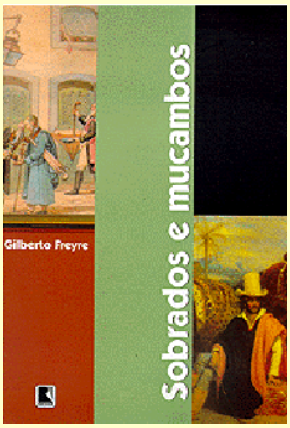


Fig 10

- FRISCHEISEN. Luiza Cristina Fonseca. **Conselhos Gestores e Democracia Participativa** — O papel do Ministério Público. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/PoliticaPubica/LuizaCF.htm> Acesso em: 20 abril 2004.
- FROUFE, Célia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2004/mar/04/132.htm> Acesso em: 20 abril 2004.
- HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- JANUSZ, Symonides. **Direitos Humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO – Brasil, 2004.
- LOMBARDI, Bruna. **O perigo do dragão**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do Patrimônio Público**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2000.
- MARTINS, Maria Helena. **Preservando o patrimônio e construindo a identidade**. São Paulo: Moderna, 2002.
- MEIRELES, Cecília. Cecília Meireles: melhores crônicas. Disponível em: <http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/169_fev04/html/aquele> Acesso em: 26 abril 2004.
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Diálogos. São Paulo: Scipione.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série História em Movimento. São Paulo: Ática, 1999.
- Série Mídia e mobilização social. São Paulo: Cortez.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **Caminhos da transparência**. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2002.
- STRAUSZ. Rosa Amanda. **Uólace e João Victor**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2002.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando et al. **O desafio ético**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- www.cinemateca.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.siciliano.com.br
- www.skylight.com.br
- www.vidhya-virtual.com

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: SANZIO, Raphael. A Escola de Atenas. 1509. Disponível em: <http:// paginasesotericas.tripod.com/athens.jpg> Acesso em: 26 abril 2004.
- Fig 2: PARRA, Carmem. Biblioteca Sin Fin. 1989. Disponível em: <http://wwwhtm.pgr.gob.mx/ patrimonio/libro1/70md.jpg> Acesso em: 24 abril 2004.
- Fig 3: NOVA ESCOLA, JUN. 1999, P. 49.
- Fig 4: Disponível em: <http://www.cada.pt/paginas/livros.jpg> Acesso em: 05 maio 2004.
- Fig 5: Disponível em: <http://www.jpergrafando.it/Immagini/Jpeg/biblioteca.JPG> Acesso em: 05 maio 2004.
- Fig 6: Disponível em: <http://www.michaellenson.org/images/INV027SCAN.jpg> Acesso em: 29 abril 2004.
- Fig 7: Disponível em: <http://www.artemusical.blogger.com.br/chico.jpg> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 8: Disponível em: <http://www.kinema.com.br/cartazes/36.jpg> Acesso em: 20 abril 2004.
- Fig 9: Disponível em: <http://www.art-7.com/kalmykov1.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 10: Disponível em: <http://www.editoras.com/record/056655.jpg> Acesso em: 20 abril 2004.
- Fig 11: A Morte a Ler o Livro da Vida. Cenário da Ópera “Um Baile de Máscaras” de Giuseppe Verdi. Lago Constância – Alemanha. Disponível em: <http://peregrina12.planetaclix.pt/ opera_lago_constancia.jpg> Acesso em: 05 maio 2004.
- Fig 12: Disponível em: <http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes2002/resultado/images/santa-catarina.jpg> Acesso em: 05 jul. 2004.

Fig 11

ANEXO SUGERIDO PELOS TÉCNICOS DA SEF

GOVERNO CONTARÁ COM R$ 52,3 BI

O governo catarinense terá R$ 52,3 bilhões para os próximos quatro anos (2004 a 2007). Com esse valor, foi aprovado ontem, na Assembléia Legislativa, o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que institui as diretrizes básicas para montar os orçamentos anuais. A novidade é uma emenda que permite a revisão do PPA em setembro de cada ano. (Diário Catarinense de 12/12/2003, caderno de Política, p. 12).

Algumas Obras

Projeto aprovado: Plano Plurianual de Investimentos PPA)
O que: o PPA determina as diretrizes de investimentos para os próximos quatro anos 2204 a 2007).
Motivo: com base nestas diretrizes é que os orçamentos anuais são montados.

Exemplos de programas previstos no PPA em alguns municípios do interior catarinense:

Chapecó
Apoio técnico e financeiro a programas, projetos e serviços sociais de atendimento à criança e ao adolescente em regime de abrigo. Verba de R$ 25.680

Caçador
Aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos no programa de inclusão digital. Verba de R$ 791 mil.

São José
Manutenção do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara. Verba de R$ 3.712.800

Videira
Aquisição de equipamentos mobiliários, material de consumo pedagógico. Verba de R$ 638.400

São Miguel do Oeste
Obras na estrutura física da rede educacional. Verba de R$ 2 milhões.

Jaraguá do Sul
Programas Volta ao Campo. Unidades de moradia rural. Verba R$ 474 mil.

Lages
Aquisição de equipamento para o Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Verba de R$150 mil.

Araranguá
Auxílio a unidades assistenciais em saúde sem fins lucrativos e conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Verba de R$ 800 mil.

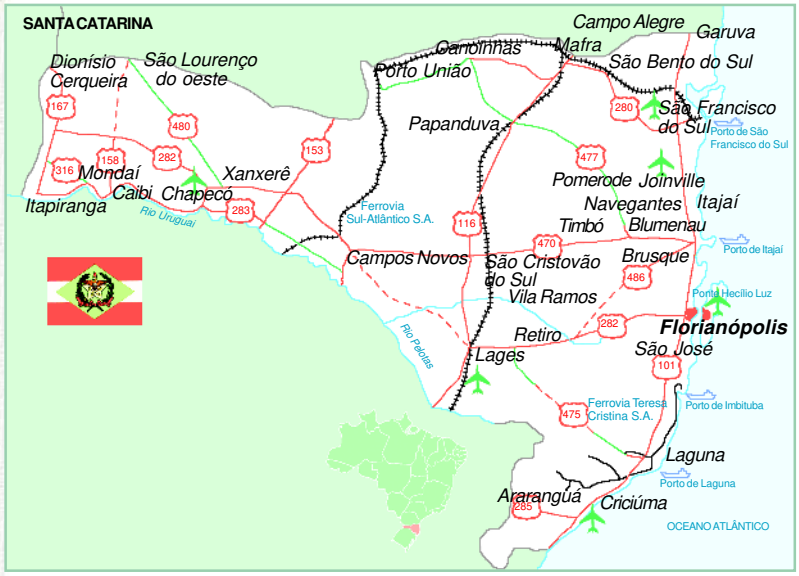


Fig 12

Criciúma
Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho rodoviário entre São Bento Baixo e Vila Maria. Verba de R$ 23.750.000.

Curitibanos
Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho rodoviário entre Fraiburgo e Frei Rogério. Verba de R$27.500.000.

Blumenau
Adequação da infraestrutura do Aeroporto de Blumenau. Verba de R$ 7.672.000

Rio do Sul
Programa Volta ao Campo, de moradias rurais. Verba de R$ 240.000

Joinville
Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho rodoviário entre Praia Vigoreli e o Aeroporto de Joinville. Verba de R$ 5,5 milhões.

Jornal Diário Catarinense de 12/12/2003 – Caderno de Política, p. 12

IV– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - TRIBUTOS: O QUE NÓS TEMOS A VER COM ISSO?

Produção: Equipe técnica, pedagógica, administrativa e alunos da Escola de Educação Básica Mater Dolorum – Capinzal (SC)

Fig 1 – *Alegoria do Triunfo da Paz* – Peter Paul Rubens

ROMANCE II OU DO OURO INCANSÁVEL
Cecília Meireles

Mil bateias vão rodando sobre
córregos escuros; a terra vai sendo aberta
por intermináveis sulcos;
infinitas galerias penetram morros profundos.
De seu calmo esconderijo,
o ouro vem, dócil e ingênuo;
torna-se pó, folha, barra,
prestígio, poder, engenho . . .
É tão claro! — e turva tudo: honra, amor e
pensamento. Borda flores nos vestidos,
sobe a opulentos altares, traça palácios e pontes,
eleva os homens audazes,
e acende paixões que alastram sinistras rivalidades.
Pelos córregos, definham
negros a rodar bateias. Morre-se de febre e fome
sobre a riqueza da terra: uns querem metais
luzentes,
outros, as redradas pedras.
Ladrões e contrabandistas
estão cercando os caminhos; cada família disputa
privilégios mais antigos; os impostos vão crescendo
e as cadeias vão subindo.
Por ódio, cobiça, inveja, vai sendo o inferno
traçado. Os reis querem seus tributos,
— mas não se encontram vassalos.
Mil bateias vão rodando,mil bateias sem cansaço.
Mil galerias desabam; mil homens ficam sepultos;
mil intrigas, mil enredos
prendem culpados e justos;
já ninguém dorme tranqüilo,
que a noite é um mundo de sustos.
Descem fantasmas dos morros, vêm almas dos
cemitérios: todos pedem ouro e prata,
e estendem punhos severos,
mas vão sendo fabricadas
muitas algemas de ferro.

INTRODUÇÃO

Percebe-se que os níveis de sonegação fiscal no Brasil são extremamente altos. No entanto, o combate a esta “doença social” não pode ficar restrito aos agentes do Fisco. É necessário o envolvimento de toda a sociedade que efetivamente paga tributos, ou seja, o consumidor.

Neste aspecto, muitos dos problemas do atual sistema tributário são reflexos da falta de conhecimento e conscientização da população sobre o que são os tributos, sua importância para o convívio social e diminuição ou redução das diferenças sociais.

Embora a tarefa de fiscalizar as contas públicas esteja no âmbito das atribuições do Poder Legislativo (com auxílio dos Tribunais de Contas), não se pode negar que a fiscalização por parte da população é mais eficiente, produzindo rapidamente resultados em termos de transparência e aplicação dos gastos públicos com maior qualidade.

A sociedade tem direito de saber quanto, como, onde e de que forma estão sendo gastos os recursos que lhe são tomados via tributação.

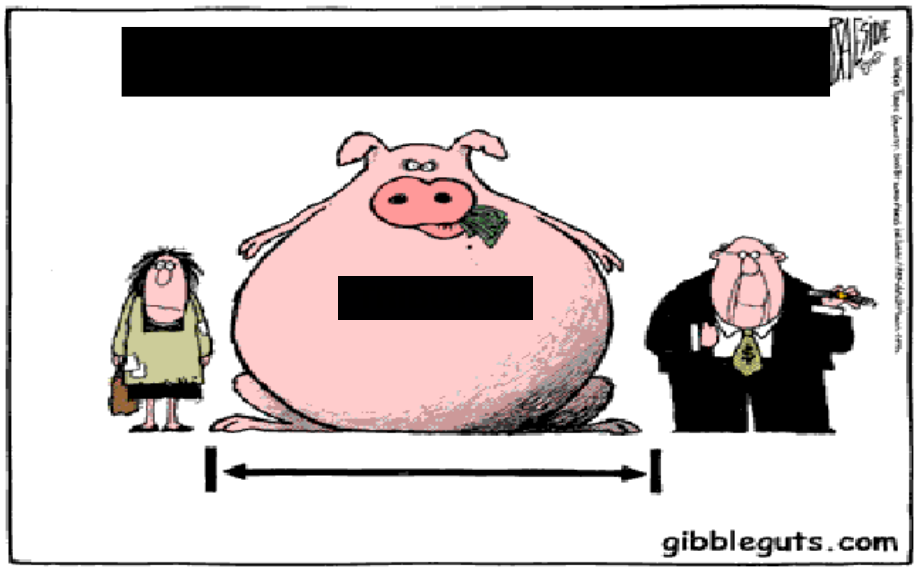


Fig 2

Dessa forma, entende-se que o programa de Educação Fiscal, em parceria com as instituições de ensino, tem possibilidades maiores de trazer a compreensão do processo de arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos públicos na área social.

SITUANDO A ESCOLA

A E.E.B. Mater Dolorum, situada na região do meio-oeste catarinense, especificamente no município de Capinzal, imbuída da sua função social de levar o educando a se apropriar e a elaborar o conhecimento científico, idealizou e realizou atividades que sensibilizaram a comunidade escolar para a questão tributária.

Para tanto, planejou diversas estratégias como palestras, seminários, pedágio, produções literárias e artísticas, entre outras, de forma integrada com todas as áreas do saber.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Considerando a evolução histórica da tributação constata-se a ausência de co-responsabilidade social. Assim, questiona-se como levar ao entendimento da comunidade educativa conceitos tão técnicos de educação fiscal e ainda, através dos mesmos, instrumentalizar as pessoas para o exercício da cidadania.

OBJETIVO

Promover e sistematizar a teoria-ação a partir da história dos tributos, capaz de provocar o discernimento e a compreensão do processo de arrecadação e distribuição dos recursos públicos.

Fig 3 - *Mineiros Escrevendo uma Carta ao Criador da Grande Constituição* - Vasilii Yakovlev

IMPORTANTE

Professor, no universo de conhecimentos sobre Educação Fiscal, é possível abordar os conceitos de forma interativa e dinâmica. Listamos algumas propostas para organização e realização de uma atividade de aprendizagem:

1.Reunião com professores das diversas áreas, equipe administrativa e pedagógica para traçar o objetivo da atividade de aprendizagem. Como forma de situar o trabalho coletivo sugerimos este quadro demonstrativo para organizar o trabalho:

2.

ATIVIDADE (O QUÊ)	ESTRATÉGIAS (COMO)	SUJEITO DA AÇÃO (QUEM)	DATA (QUANDO)

3.Para que o conhecimento técnico e científico seja apropriado pelos alunos, sugere-se formação de grupos entre os mesmos, que serão orientados pelo professor.

TEXTO INCLUÍDO PELOS CONSULTORES

SOMOS MAIS RICOS QUE OS AMERICANOS!
Alexandre Garcia

Um amigo acaba de me mandar o resultado de uma comparação entre nós e os americanos. Uma discussão em que um ianque prova, pela ciência exata da Matemática, que os brasileiros são mais ricos do que os americanos.

Ele começa argumentando que pagamos o dobro que os americanos pela água consumida. Embora tenhamos mais água doce.

Depois, demonstra que nós pagamos 60% a mais nas tarifas de telefone e eletricidade.

Além disso, os brasileiros pagam o dobro pela porcaria de gasolina consumida por seus carros. Por falar em carro, argumenta o americano, nós pagamos US$40 mil por um carro que nos Estados Unidos custa 20 mil, porque damos de presente US$20 mil para o nosso governo gastar não se sabe onde, já que os serviços públicos no Brasil são um lixo perto dos serviços prestados pelo setor público nos Estados Unidos.

O morador da Flórida mostra que, como lá são pobres, o governo estadual cobra apenas 2% de imposto sobre valor agregado (equivalente ao ICMS), e mais 4% federal,

num total de 6%. No Brasil, somos ricos, porque concordamos em pagar 18% de ICMS, alega o americano. O americano diz não entender como somos tão ricos a ponto de não nos importarmos em pagar, além disso, PIS, Cofins, CPMF, ISS, INSS, IPTU, IPVA, IR, e dezenas de impostos, taxas e contribuições, em geral com efeito cascata, de imposto sobre imposto, e ainda fazemos festa nos estádios e nas grandes passarelas de carnaval. Sinal de que nem nos incomodamos com esse confisco de mais de três em cada dez dias de nosso trabalho.

O americano lembra que em relação ao Brasil eles são pobres, tanto que são isentos do imposto de renda se ganham menos de US$ 3 mil por mês (equivalente a R$ 7.500,00 mensais). No Brasil, diz ele, os assalariados devem viver muito bem, porque pagam muito imposto de renda, desde salários em torno de mil reais e, além disso, com o desconto na fonte, ainda antecipam imposto para o governo, sem saber se vão ter renda ao fim do ano.

Essa certeza nos bons resultados futuros torna o Brasil um país insuperável, conclui o ianque.

Voltando aos serviços públicos, os brasileiros são tão ricos que pagam sua própria segurança; nos Estados Unidos, os pobres cidadãos dependem da segurança pública. No Brasil, os pais pagam a escola e os livros dos seus filhos, porque, afinal, devem nadar em dinheiro.

Nos Estados Unidos, os pais americanos não têm toda essa fortuna e mandam seus filhos para as escolas públicas, onde os livros são emprestados aos alunos.

Os ricaços brasileiros, quando tomam no banco um empréstimo pessoal, pagam por mês o que os pobres americanos pagam de juro por ano.

Eu contei ao americano que acabei de pagar R$ 2.500,00 pelo seguro de meu carro e ele confirmou sua tese: Vocês são ricos. Nós não podemos pagar tudo isso. Por meu carro grande, eu pago US$ 345 por ano. E acrescentou: e US$15 de licenciamento anual. Meu IPVA é de R$ 1.700,00.

O ianque pergunta: Afinal, quem é rico e quem é pobre?

Aí no Brasil, 20% da população economicamente ativa não trabalha.

Aqui, não podemos nos dar ao luxo de sustentar além dos 4% que estão desempregados. Não é mais rico quem sustenta mais gente que não trabalha?

Estou sem argumentos para contestá-lo. Afinal, a moda nacional é a aparência.

Cada vez mais vamos nos convencendo de que não é preciso ser, basta parecer.

E, afinal, gastando muito, a gente aparenta ser rico.

E somos infelizes sem saber.

Lembre-se disso na hora de votar!!!

CONCEITOS DISCIPLINARES

- Relações sociais; relações de produção; tempo e espaço; população e cultura; intertextualidade; interdiscursividade; estatística; porcentagem; números naturais, racionais e inteiros relativos.

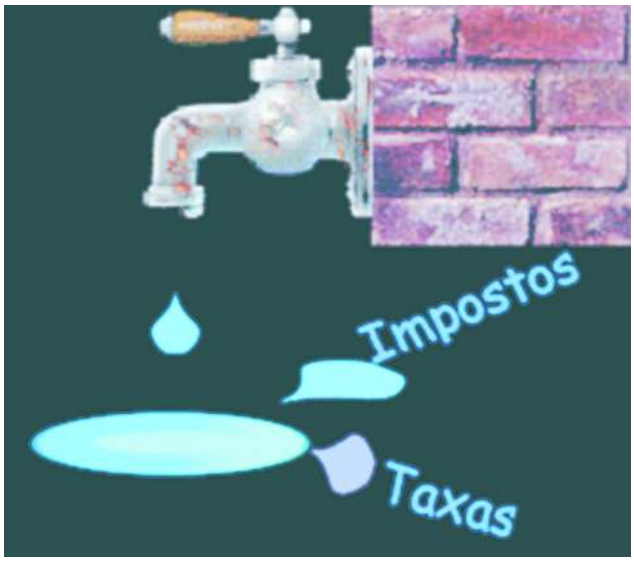


Fig 4

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

- Ética; Pluralidade cultural; Educação e saúde; Educação Fiscal (evasão fiscal, pirataria, impostos, crimes contra a ordem tributária, fazenda estadual, documentos fiscais, evasão de divisas, ICMS, IPTU, IPVA, tarifa, movimento econômico, índice de participação do município, repartição das receitas tributárias, formas e tipos de tributação, gerenciamento do recurso público, concorrência desleal); Educação e Tecnologia.

AÇÕES E OPERAÇÕES

História da tributação

- Produção, pelos alunos, de uma linha do tempo representando a trajetória histórica da tributação;
- Estudo de documentários sobre a Inconfidência Mineira e Conflito de Canudos para estabelecer a relação da imposição dos tributos na história com o inconformismo do povo.

Conceitos de tributos

- Confecção de murais informativos e interativos elaborados pelos alunos para socialização de conceitos científicos, conhecimentos técnicos, pesquisas realizadas;
- Solicitação para que os alunos tragam talão de IPTU, recibo de IPVA, contas de consumo de água, notas fiscais de telefonia e energia elétrica, nota fiscal, cupom fiscal e encontrem aspectos que os diferenciam e construam conceitos.

Obrigação tributária

- Elaboração de documentário, em forma de fita de vídeo, contendo pesquisa e entrevistas sobre os tributos da comunidade;
- Criação de uma peça teatral retratando os direitos e deveres do contribuinte;
- Enquete com a população questionando a importância da exigência da nota e do cupom fiscais.

- Entrevista com empresários do comércio e da indústria questionando-os sobre os prejuízos do seu negócio, causados pelo comércio informal e pela pirataria.

Sistema tributário nacional

- Leitura e interpretação do texto “Educação Fiscal: Ensino Médio caderno do professor, 2001, páginas 72-73”;
- Socialização dos conceitos tributários extraídos da fonte de leitura, estabelecendo relações com notas fiscais, recibos, faturas e outros materiais que circulam no cotidiano;
- Criação de logotipo caracterizando os 13 impostos das esferas municipal, Estadual e Federal e transformação do mesmo em adesivo;
- Mobilização dos alunos para realização de **Pedágio na comunidade** com entrega de panfletos informativos (síntese das conclusões dos alunos), adesivos e orientações sobre tributos.

Fig 5

Repartição da receita tributária

- Palestra para sistematizar os conceitos trabalhados através de profissionais com conhecimento na área tributária;
- Dramatização sobre a importância e a necessidade da nota e cupom fiscais como instrumento de melhoria de arrecadação do ICMS, com o conseqüente aumento da participação do município na divisão do “Bolo do ICMS”;
- Elaboração de paródias relacionadas à importância dos documentos fiscais (nota e cupom).

Evasão fiscal

- Confecção de um jornal apresentando as interpretações conceituais do aluno;
- Orientação sobre bibliografia e dicas sobre como elaborar partes de um jornal: o que é um editorial, uma manchete;
- Entrevistas com a população e com gerentes de lojas ou indústrias sobre os efeitos da sonegação de impostos na concorrência entre as empresas e os prejuízos causados ao município com relação ao retorno do ICMS sonegado.

Improbidade administrativa

- Elaboração de um manual com os termos conceituais envolvendo os atos de improbidade administrativa.

Hipótese de incidência e de exoneração tributária

- Entrevista com diretor administrativo da prefeitura quanto à tributação, identificando: os isentos, os contribuintes, o retorno, a aplicabilidade e porcentagem de sonegação;
- Construção de tabelas e gráficos com os dados obtidos na pesquisa;
- Exposição dos dados extraídos da pesquisa em forma de gráficos, tabelas que envolvem conceitos matemáticos.

Crimes contra a ordem tributária

- Elaboração de manual contendo os crimes contra a ordem tributária, identificando os praticados pelos agentes públicos e pelos particulares.

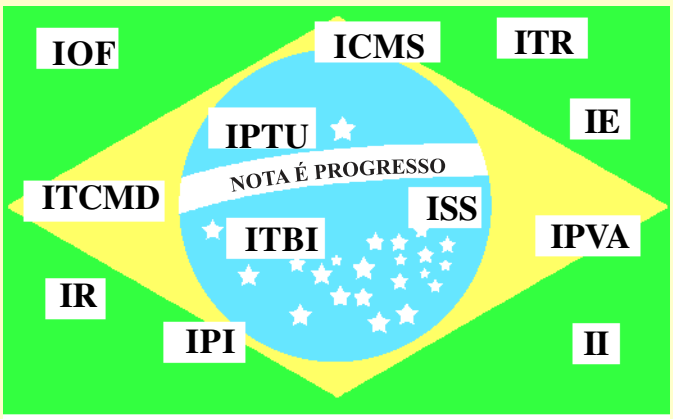
SOCIALIZAÇÃO

Todos esses temas trabalhados podem ser apresentados à comunidade, em forma de murais interativos e informativos, charges, acrósticos, textos, histórias, folders, caça-palavras, cruzadinhas, seminários com apresentações científica, literária e cultural.

O seminário poderá ser a síntese do trabalho realizado na escola, e ainda, uma atividade em parceria com escolas da comunidade e de municípios vizinhos como forma de exposição e divulgação dos trabalhos desenvolvidos.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorreu ao longo da execução da atividade e envolveu professores e alunos.



"O Destino dos Impostos Também é Sua Responsabilidade"
Faça Sua Parte: EXIJA NOTA FISCAL

TRABALHO REALIZADO PELOS ALUNOS DA E.E.B.MATER DOLORUM

FILMOGRAFIA SUGERIDA PELA EQUIPE E PELOS CONSULTORES

1. ***1,99 – Um Supermercado que Vende Palavras**. BRA, 2003. Dir: Marcelo Masagão, 90 min.*
2. ***A Árvore do Dinheiro**. BRA, 2002. Dir: Marcos Buccini e Diego Credidio, 7 min.*
3. ***Caráter**. HOL, 1997. Dir: Mike van Dien, 119 min.*
4. ***Carlota Joaquina, Princesa do Brasil**. BRA, 1994. Dir. Carla Camurati, 100 min.*
5. ***Como Nascem os Anjos**. BRA, 1996. Dir. Murilo Salles, 96 min.*
6. ***Cronicamente Inviável**. BRA, 1999. Dir: Sérgio Bianchi, 101 min.*
7. ***Do Outro Lado da Sua Casa**. BRA, 1985. Dir: Marcello Machado, Paulo Morelli e Renato Barbieri, 17 min.*
8. ***Fita de vídeo sobre a história do tributo** – SEF/ES - 1993*
9. ***Infância de Sonhos**. BRA. Dir. André Luiz de Souza*
10. ***Ladrões de Sabonetes**. ITA, 1987. Dir. Maurizio Nichetti, 93 min.*
11. ***O Homem que Copiava**. BRA, 2003. Dir Jorge Furtado, 123 min.*
12. ***O Invasor**. BRA, 2001. Dir. Beto Brandt, 97 min.*
13. ***Ou Tudo ou Nada**. ING, 1997. Dir: Peter Cattaneo, 91 min.*
14. ***Quando Tudo Começa**. FRA, 1999. Dir: Bertrand Tavernier, 117 min.*
15. ***República de Canudos.** BRA, 1989. Dir: Póla Ribeiro e Jorge Filippe*
16. ***Robin Hood, O príncipe dos Ladrões.** EUA, 1991. Dir: Kevin Reynolds, 143 min.*
17. ***Shrek**. EUA, 2001. Dir. Andrew Adamson e Vicky Genson, 89 min.*
18. ***Terra Estrangeira**. BRA, 1995. Dir: Walter Salles Jr, 100 min.*
19. ***Tiros em Columbine**. EUA/ALE, 2002. Dir: Michael Moore, 120 min.*

Fig 6

MÚSICAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***Al Capone – Raul Seixas***
2. ***Deus Ihe Pague** – Chico Buarque*
3. ***Ditadores** (Como Diria Raulzito) - Zé Geraldo*
4. ***Eh País** - Dazaranha*
5. ***Esmola** – Skank*
6. ***Eu Protesto** – Charlie Brown Jr.*
7. ***Gente Humilde** – Chico Buarque*
8. ***Índios** – Legião Urbana*
9. ***Miséria S.A** – O Rappa*
10. ***Não Buzine Que Eu Estou Paquerando** – Tom Zé*
11. ***Ninguém Regula a América** – O Rappa*
12. ***Nomes de Favela** – Paulo C.Pinheiro*
13. ***O Dinheiro Não é Tudo Mas é 100%** - Falcão*
14. ***Ouro de Tolo** – Raul Seixas*
15. ***Perfeição** – Legião Urbana*
16. ***Saco de Feijão** – Beth Carvalho*
17. ***Senhor Cidadão** – Tom Zé*
18. ***Ta Ruim, Mas Tá Bom** – Zeca Pagodinho*
19. ***Toda Forma de Poder** – Engenheiros do Havaii*

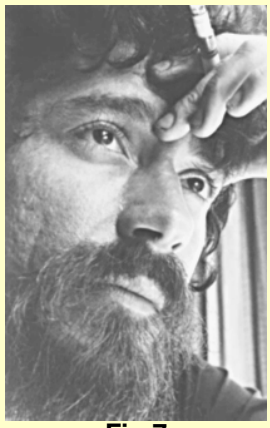


Fig 7

PINTURAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

Fig 8

1. ***A Constituinte*** *– Antônio Poteiro, 1987*
2. ***A União Manda Pagar com Juro e Correção*** *– Carlos Scliar – 1999*
3. ***Brasília e a Constituição*** *– Antônio Poteiro, 1988*
4. ***Constituição*** *– Maria Thereza Neves, 1998*
5. ***Fábrica*** *– V. Mecozzi, 1948*
6. ***Favela*** *– Ionaldo, 1956*
7. ***Inconfidência*** *– Gastão Manoel Henrique, 1980*
8. ***Independência*** *– Carlos Scliar, 1970*
9. ***Mineiros Escrevendo uma Carta ao Criador da Grande Constituição*** *– Vasilii Iakovlev, 1937*
10. ***Morro*** *– Orlando Teruz, 1968*
11. ***O Pagamento do Tributo Segundo Masaccio*** *– Luiz Paulo Baravelli, 1987*
12. ***O Tributo da Moeda*** *– Il Cavalier Calabrese (Mattia Preti), 1640*
13. ***O Tributo da Moeda*** *– Ticciano, 1568*
14. ***Operários de Fundição – Eugênio de Proença Sigaud 1973***
15. ***Por Umas Moedas*** *– Dario Ortiz*
16. ***Protesto*** *– Antonio Marx – dec. 90*
17. ***The Print Colector*** *– Edgar Degas*
18. ***Tributo da Moeda*** *– Gerbrand Van Den Eeckhout, 1655*

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NA ATIVIDADE E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA PELOS CONSULTORES

- ARAÚJO, Ulisses F. **Direitos humanos na sala de aula**. São Paulo: Moderna, 2001.
- BALTAZAR, Ubaldo César; PALMEIRA, Marcos Rogério. **Temas de Direito Tributário**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.
- Código de Defesa do Consumidor disponível em: http://www.abradee.com.br/codigo.htm
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Veredas. São Paulo: Moderna, 1995.
- Constituição Brasileira disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/brasil/leisbr/1988/
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da; ANDRÉ, Simone. **Educação para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Saraiva, 2004
- FISCHER, Octavio Campos. **Tributos e direitos fundamentais**. São Paulo: Dialética, 2004.
- GARCIA, Alexandre. Somos mais ricos que os americanos. Crônica Disponível em: <http://www.exactaexpress.com.br/ricos.htm> Acesso em: 30 abril 2004.
- GRIMBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- **GRINOVER, Ada Pellegrini. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.**
- Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais. Disponível em: <http:// www.gnre.pe.gov.br/> Acesso em: 29 abril 2004.
- HERKENHOFF, João Batista. **Direitos humanos: a construção universal de uma utopia**. São Paulo: Santuário, 1997.
- HUBERMANN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: LCT, 1986.
- Lei da Responsabilidade Fiscal
- MARTINS, Francisco. **A Guerra de Canudos**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- MEIRELES, Cecília. Poesia: Romance II ou do Ouro Incansável. Disponível em: <http:// www.secrel.com.br/jpoesia/ceciliameireles03.html> Acesso em: 27 abril 2004.
- MORHY, Lauro. (Org). **Reforma tributária em questão**. Brasília: UNB, 2003.
- PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Os Direitos Humanos e a Tributação**. Rio de Janeiro:Renovar, 2000.
- VALÉRIO, Walter Paldes. **Programa de direito tributário**: parte geral. 15 Ed. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- www.cinemateca.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.skylight.com.br
- www.submarino.com.br
- www.vidhya-virtual.com

Fig 9

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: RUBENS. Alegoria do Triunfo da Paz. Disponível em: <http://metalab.unc.edu/wm/paint/auth/ rubens/peace.jpg> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 2: Disponível em: <http://www.wealth4freedom.com/truth/taxes.gif> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 3: IAKOVLEV, Vasilii. Mineiros escrevendo uma carta ao criador da grande constituição. Disponível em: <http://www.ssees.ac.uk/images/iakovlev.jpg> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 4: Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/images/cartilha_minas/curso01/Modulo%20Azul/ imagens/torneira.gif> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 5: Disponível em: <http://www.pfnpublishing.com/taxes.jpg> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 6: Disponível em: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/carlota-joaquina/carlota-joaquina-poster01.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 7: Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 8: SIGAUD, Eugênio de Proença. Operários de Fundição. Disponível em: <http:// www.pitoresco.com.br/pitoresco/sigaud/15.jpg> Acesso em: 27 abril 2004.
- Fig 9: Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/imagens/33314.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 10: Trabalho produzido pelos alunos. Os desenhos fazem parte do software Corel Draw.

Fig 10 - PRODUÇÃO DOS ALUNOS

Escola de Educação Básica Mater Dolorum	Dalison, Evandro, Jackson, Jaquiel, Jonas e Tiago

Dívidas

Prefeitos e governadores ficam proibidos de contrair dividas ou o aumentar com pessoal nos últimos seis meses de mandato.

Investimentos

Os investimentos cuja execução extrapole o exercício financeiro, somente podem ser Incluídos no orçamento se o plano judicial já os tiver previsto.

Alienação de Ativos

As receitas obtidas com a venda de bens e direitos do patrimônio público não poderão ser aplicadas em despesas correntes.

Transparência

A LRF impõe a divulgação de Demonstrativos (execução orçamentária e gestão fiscal), a fim de que a populaç30 tome conhecimento acerca do equilibro das contas públicas.

Penalidade

A principal punição administrativa para governantes que não cumprirem a lei será a suspensão de verbas federais para estados e municípios.

Tribunal de Contas da União

Compete ao Tribunal de Contas da União

a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República;
b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis
c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal
d) realizar, por iniciativa própria, da câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de Inquérito, Inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades
e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

O citado Ministro explicou que os próprios Estados- membros e Municípios sugeriram a adoção de medidas mais rígidas em relação ao último ano de mandato, quando muitas vezes são feitos gastos que comprometem a administração futura.

Princípios da LRF

- Princípios :

- não gastar mais do que for arrecadado;
- não se endividar mais do que permite a capacidade de pagamento; escolher corretamente os gastos prioritários;
- não desperdiçar.

- Fundamentos:

- permitir um consistente planejamento fiscal (os limites de gastos e de endividamento, bem como a necessidade de indicação das fontes de recursos para o aumento dos gastos de natureza permanente, levam a esta necessidade
- planejar a despesa de acordo com a receita realmente arrecadada, de forma a evitar os *déficit* fiscais);
- tornar a gestão fiscal absolutamente transparente (acessível ao cidadão comum);
- criar eficazes e democráticos instrumentos de controle social;
- responsabilizar e punir o mau gestor.

Principais pontos da LRF

Gastos com pessoal

As despesas com a folha do funcionalismo ficam limitadas a 50% da receita corrente liquida para a União, 60% para Estados e 60% para Municiplos.

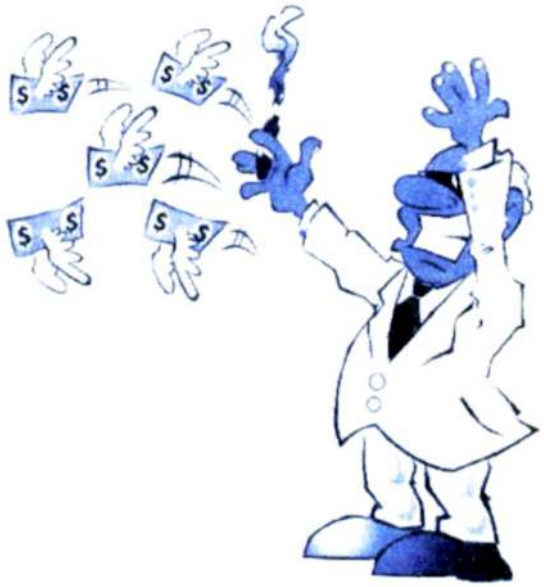
Responsabilidade civil da administração

Os danos causados ao particular pelos agentes públicos e indenizáveis pela Administração poderão ser tanto materiais como morais

Diz-se que o agente agiu com dolo quando o ato, contrário à lei, é praticado com vontade livre e consciente e o agente assumiu o risco de prouzir os seus resultados.

Lei da improbabilidade administrativa

os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moral idade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos"



Lei de responsabilidade fiscal

O descumprimento da lei de responsabilidade fiscal poderá ser punido com multa, perda do argo, inelegibilidade para inabilitação para o exercício de funções públicas.

Moralidade

Princípio que impõe a obediência não só à *lei,* no que ela tem de formal, mas também em relação à finalidade com que foi editada.

Publicidade

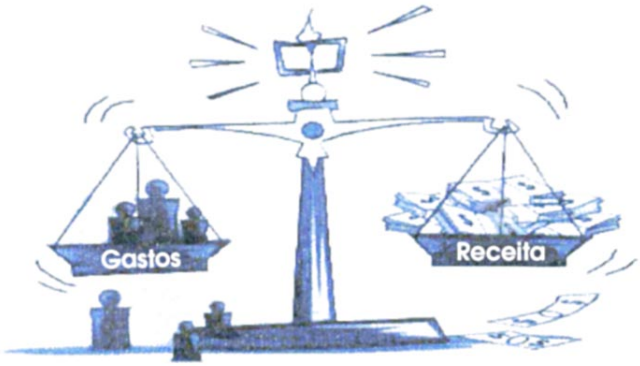
Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos.

Eficiência

A Emenda Constitucional no 19/98 *acrescentou ao caput* do art. 37 da constituição um outro princípio, a reger as atividades da Administração Pública: trata-se do princípio da eficiência.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC no 101, de 04.05.2000), por seu turno, veio deixar mais clara a forma como esse princípio pode e deve ser observado. No seu art. *50,* § 30 estabeleceu que *"A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação* e o *acompanhamento da gestão orçamentária, financeira* e *patrimonial":*

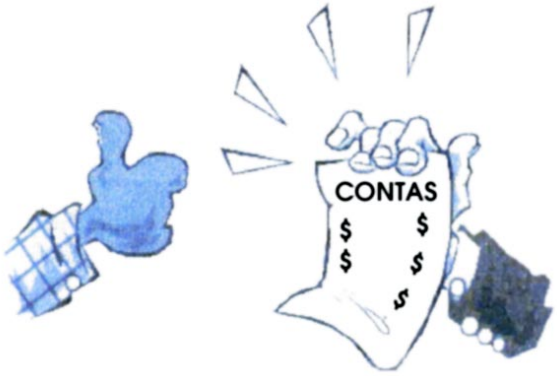
Improbidade Administrativa
A inobservância dos princípios que regem a administração pública, chama-se “improbidade Administrativa”



Princípios

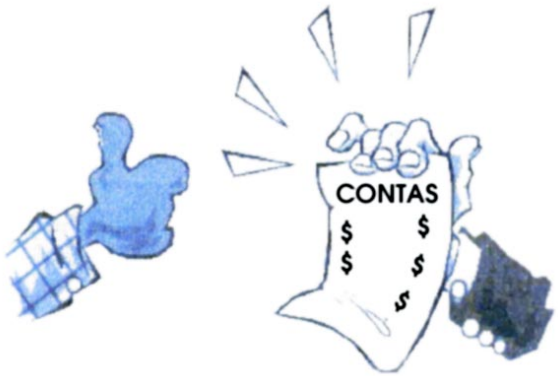
Legalidade

Princípio segundo o qual todo e qualquer ato administrativo deve ser antecedido de lei que o fundamente



Impessoalidade

Princípio segundo o qual são vedados tratamentos discriminatórios *(todos são iguais* ***perante*** **a** *lei,* conforme art.50 **SOda** CF/88). -



ANEXOS SUGERIDOS PELOS TÉCNICOS DA SEF

SONEGAÇÃO NO ESTADO FICA ACIMA DE 2002

CLAUDIA MARCELO

A sonegação de impostos aumenta neste ano em Santa Catarina em relação a 2002. A Secretaria de Estado da Fazenda estima que até o final do ano R$ 650 milhões deixarão de ser arrecadados.

No ano passado, R$ 530 milhões foram sonegados, o que representa 22,64% de aumento na falta de pagamento dos tributos.

A arrecadação de 2003 deve ser a mesma do ano anterior, que foi de R$ 3,8 bilhões, sem projeção de crescimento. A fraude corresponde a cerca de um mês de impostos, que neste mês será de R$ 431 milhões.

Jornal Diário Catarinense de
27/11/2003 – Caderno de Economia
p. 11

Na boca do cofre

22,64%

foi o aumento da sonegação neste ano em comparação a 2002

R$ 500 milhões

deixaram de ser recolhidos

R$ 650 milhões

o total estimado da sonegação até o final do ano

R$ 530 milhões

não entraram nos cofres públicos por causa da sonegação em 2002

34 mil

notificações de sonegação de impostos foram registradas em 2003

■ A arrecadação

A expectativa é arrecadar R$ 3,8 bilhões neste ano, mesmo volume do ano passado

No primeiro semestre, a arrecadação caiu 7% em relação ao mesmo período do ano passado

Em novembro, a arrecadação foi 10% maior em comparação a outubro: foram recolhidos R$ 393 milhões em outubro e R$ 431 milhões em novembro

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

TRIBUTO PER CAPITA CRESCE COM LULA

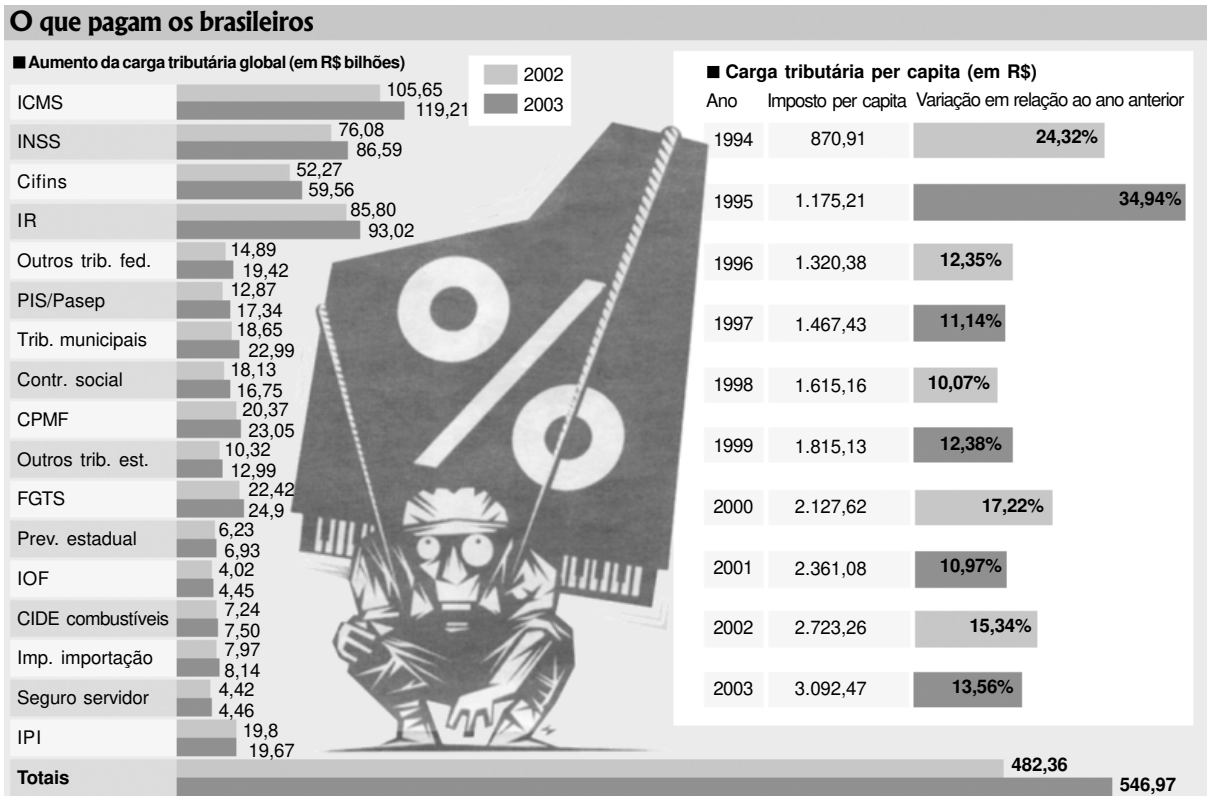
Sérgio Kraselis

O verdadeiro espetáculo do crescimento em 2003 foi o aumento da carga tributária brasileira. É o que se deduz após analisar os números do estudo divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

O levantamento mostrou que o peso dos impostos no país apresentou um crescimento de 13,4% no ano passado em relação a 2002, o que gerou R$ 64,62 bilhões a mais em arrecadação.

Mais: verificou-se que cada brasileiro, nos últimos 10 anos, sofreu aumento no valor individual que paga ao governo.

Em 1993, cada cidadão pagou o equivalente a R$ 700,51 em impostos. Seis anos depois este valor já era de R$ 1815,13, atingindo R$ 3092,47 em 2003. “ou seja, houve um aumento nominal de 341,46% da arrecadação per capita em 1999 e 2003. O crescimento real neste período foi de 56,74%” afirma Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT [...].



Jornal Diário Catarinense de 05/03/2004 – Caderno de Economia, p. 13

Piratariа, retrato da impunidade

Falsificação, contrabando e sonegação roubam R$ 160 bilhões do país

JÚLIO LOPES

Vania Pedroso/Ed. Globo

"É preciso combater a miopia de quem acredita que os direitos de patente e autorais só beneficiam as multinacionais. Eles favorecem o comportamento ético e desoneram nossas exportações"

A imprensa brasileira vem acompanhando diariamente o trabalho da CPI da Pirataria, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal no combate a organizações criminosas que operam em todo o país.

O que vimos se consolidar nos últimos quatro meses foi o quadro cada vez mais negro de um imenso Brasil com rotas de escoamento a serviço da ilegalidade, rodoviárias clandestinas, agências de viagem ilegais, policiais corruptos, desembargadores comprometidos, parlamentares cooptados e juízes prostituídos. Tudo a serviço de uma monumental, eficiente e lucrativa engrenagem do crime organizado: a pirataria moderna.

Quando começamos a tomar conhecimento da real dimensão da pirataria no Brasil, o que nos veio à mente foi a imagem de outro país, em tudo semelhante ao nosso. Só que falso - a face negativa de uma grande nação. Um Brasil que não tem fé nas leis, não paga impostos, não registra empregados, não tem ética concorrencial. É o Brasil do atalho. O paraíso da criminalidade e do desrespeito ao direito autoral ou de patentes.

Colocado diante do espelho, o Brasil legal vê sua cidadania encolher na desfigurada imagem de uma estrutura social em que cresce a marginalidade comercial e industrial, que, mais do que falsificar produtos e bens, possui métodos e logística do crime organizado, posto que é sócia do narcotráfico, do contrabando de armas, da indústria do assalto e do seqüestro.

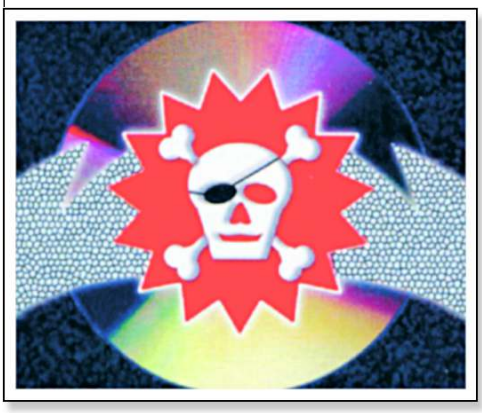


Ilustração: Lup

Quando examinamos o crime de pirataria no Brasil, podemos ver que os inocentes camelôs e os milhares de formiguinhas do contrabando de fronteira configuram a parte humanitária da engrenagem. Entretanto, se o componente social é importante para a compreensão do fenômeno, a essência criminosa que envolve o problema não pode ser minimizada. Esses milhares de brasileiros compõem uma cadeia logística, nacional e internacional, com racionalidade e velocidade próprias de grandes organizações empresariais. No caso, grandes organizações criminosas.

A imprensa brasileira tem sido farta em alertar as autoridades para o fato de que não há mais como fechar os olhos para esse câncer. Os dados colhidos pela CPI da Pirataria impressionam: os crimes de pirataria, contrabando e sonegação sangram do Brasil R$ 160 bilhões por ano. O levantamento é do Instituto Etco. Para efeito de comparação, a arrecadação da CPMF, pela qual o governo tanto lutou, soma R$ 22 bilhões.

Já a Unafisco - União dos Fiscais da Receita - calcula que a pirataria come de 1,5 milhão a 2 milhões de empregos no país. Dez anos atrás, a venda de CDs piratas representam 3% do mercado nacional. Hoje ocupa 70% de nosso mercado. Só com falsificação de cigarros deixamos de arrecadar R$ 1,5 bilhão por ano.

Sabemos que a falta de crescimento econômico tem agravado a situação, mas a tibieza com que se enfrenta o problema e a baixa punibilidade aos mantenedores e responsáveis pelo crime de pirataria tornam ainda mais difícil a recuperação de nossa economia formal.

É preciso combater também a miopia de quem acredita que os direitos de patente e autorais só beneficiam as multinacionais. O respeito ao direito autoral e à propriedade intelectual favorece a criatividade, o comportamento ético no campo comercial e, sobretudo, desonera nossas exportações como consequências de acordos internacionais como o Trips, estimulando a competitividade legal e a criatividade de nossos empresários.

Se tomarmos as providências necessárias, o Brasil estará dando mais um passo no caminho de tornar-se, nacional e internacionalmente, digno de fé e merecedor de crédito.

***Júlio Lopes** é deputado pelo Partido Progressista e vice-presidente da CPI da Pirataria*

V– EDUCAÇÃO FISCAL - CONCEITOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - É um conjunto de órgãos especificamente instituídos para atingir as metas e os objetivos do governo. Também pode ser entendida como o conjunto das funções necessárias à realização dos serviços públicos.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - É a atividade da Administração Pública voltada para o gerenciamento da área tributária (tributação, fiscalização e arrecadação), realizada pelas Secretarias de Fazenda ou Finanças nos estados e municípios e, no âmbito da União, pela Secretaria da Receita Federal e pelo INSS.

Fig 1

ALÍQUOTAS DO ICMS – São percentuais que incidem sobre o valor de comercialização de mercadorias, bens ou serviços. Variam de 25%, para produtos considerados supérfluos como cigarros e outros, até zero (isenção ou imunidade).

ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS / ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - É a atividade estatal, privativa da União, dos estados e municípios, visando à entrada de recursos de origem tributária para os cofres públicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL – Direitos estabelecidos na Constituição Federal que devem ser atendidos mediante ações governamentais para proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, assim como a reabilitação e habilitação de pessoas portadoras de deficiência e outras. A assistência social deve ser prestada a quem dela precisar.

AUTONOMIA - Os estados e municípios possuem, no âmbito de seus territórios, autonomias administrativa e financeira, determinadas pela Constituição Federal. A União possui soberania.

BALANÇA COMERCIAL – Relação entre importações e exportações do país. Se as exportações superam em valor as importações, há superávit comercial, ao contrário, há déficit comercial.

BENEFÍCIOS FISCAIS – A legislação prevê formas legais de redução ou supressão do tributo a pagar ou a recolher. As principais formas são: isenção, redução da base de cálculo, diferimento e imunidade.

BENS PÚBLICOS - São as propriedades móveis e imóveis que integram o patrimônio público, como escolas, hospitais públicos, pontes, rios, praças, ruas, móveis das repartições públicas, veículos oficiais e outros.

BOLO DO ICMS – Da arrecadação do ICMS, 25% vai direto para uma conta em nome de todos os municípios do Estado. É o chamado “bolo do ICMS”. Cada município tem direito a uma parte da arrecadação.

CARGA TRIBUTÁRIA - É a relação existente entre o total de tributos arrecadados no país (impostos, taxas e contribuições) e o Produto Interno Bruto - PIB.

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Contribuição de competência exclusiva da União. No período de forte intervenção estatal no Brasil, várias foram as contribuições compulsórias que beneficiavam determinadas atividades econômicas. Hoje, em especial, tem relevância uma contribuição denominada CIDE – combustíveis. Tal contribuição incide sobre a importação e comercialização de petróleo, seus derivados e álcool etílico combustível. A arrecadação destina-se ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo; financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás e financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. Do produto arrecadado, 29% (vinte e nove) é dividido entre os estados. Do valor destinado aos estados, 25% é dividido entre os municípios conforme critérios estabelecidos em lei. Tanto municípios quanto estados devem, obrigatoriamente, aplicar os recursos em programas de infra-estrutura de transportes (Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004 e Emenda Constitucional nº 44/2004).

COFINS – Tipo de contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Cobrada pela União, a COFINS incide sobre o faturamento das empresas e se destina ao financiamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social).

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - Espécie tributária cobrada pela União e destinada, conforme determina a lei, ao financiamento do sistema de seguridade social (previdência social, assistência à saúde e assistência social), ou seja, recursos destinados a garantir direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal. O produto da arrecadação é exclusivo da União, portanto, não havendo repartição com municípios e estados.

CONTRABANDO – É a importação ou exportação de mercadorias, cuja importação ou exportação seja proibida pela legislação. Não confundir com descaminho.

CONTRIBUINTE - É a pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do tributo e pode ser:
Contribuinte de fato: é aquele que sofre efetivamente o ônus do tributo, ou seja, o consumidor final.
Contribuinte de direito: é aquele que, tendo cobrado o imposto do consumidor final, ao embuti-lo no preço da mercadoria ou serviço, tem a obrigação de repassá-lo ao ente tributante.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – É a lei maior no âmbito nacional. Os estados possuem a Constituição Estadual e os municípios a Lei Orgânica Municipal.

CONSUMIDOR FINAL - É a pessoa física ou jurídica que adquire mercadoria para seu consumo ou recebe os serviços prestados.

CONTROLE EXTERNO – Atividade de fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, exercida pelo Poder Legislativo por meio do Tribunal de Contas. Objetiva verificar a probidade da Administração Pública, a guarda legal do dinheiro público e o cumprimento da lei do orçamento, dentre outros.

CONTROLE INTERNO - É toda a atividade desenvolvida dentro da Administração Pública, por um setor específico de cada órgão, que visa: avaliar o cumprimento das metas previstas pela Administração, comprovar a legalidade dos seus atos, avaliar resultados e sugerir procedimentos para a melhor gestão das finanças públicas.

CPMF - A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira é uma contribuição social, arrecadada pela União, com a finalidade exclusiva de financiar os serviços públicos de saúde. Sua maior fonte de arrecadação são as movimentações em contas correntes bancárias. Além de servir como fonte de arrecadação, é utilizada para confrontar com informações prestadas no imposto de renda, a fim de localizar fontes de sonegação de impostos.

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - São condutas ilícitas praticadas por: *contribuintes*, que resultam em supressão ou redução de tributo mediante a prática de fraude, falsificação ou omissão de ordem tributária, bem como pelo não fornecimento de documento fiscal quando obrigatória sua emissão, pela prestação de declaração falsa sobre rendas ou bens e outras; *servidores públicos*, no caso de extravio de documentos e processos, recebimento de vantagens indevidas, deixar de cobrar tributos, patrocinar interesse privado perante a Administração Pública e outros.

Fig 2

DESCAMINHO - Importar ou exportar mercadorias permitidas pela legislação, sem o pagamento dos tributos devidos.

DESPESA PÚBLICA - São os pagamentos efetuados pela Administração Pública relativos a serviços prestados e obras realizadas em benefício da sociedade. Sua realização depende de prévia autorização no orçamento público.

DIFERIMENTO – Benefício fiscal em que o pagamento ou recolhimento do tributo devido é adiado.

DIREITOS RELATIVOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - São ações governamentais tais como: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, reabilitação e habilitação de pessoas portadoras de deficiência e outras, prestadas a quem dela precisar.

DIREITOS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - São benefícios como: proteção à maternidade, proteção ao desemprego involuntário, cobertura de eventos de doença, invalidez, morte, acidentes de trabalho, ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, aposentadoria e outros, sob a responsabilidade dos poderes públicos.

DIREITOS RELATIVOS À SAÚDE - São ações e serviços de saúde obrigatórios por parte do Estado, visando à redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde, conforme estabelece a Constituição Federal.

DÍVIDA EXTERNA - Montante dos débitos das três esferas de governo, mais os débitos da iniciativa privada, com residentes no exterior.

DÍVIDA INTERNA - Montante dos débitos das três esferas de governo com residentes no país.

DOCUMENTOS FISCAIS - São documentos emitidos obrigatoriamente quando do fornecimento de mercadorias e bens, ou quando da prestação de serviços. São fundamentais no controle e arrecadação de tributos. Os principais documentos são: Cupom Fiscal, Nota Fiscal Modelo 1, Nota Fiscal de Venda ao Consumidor, Nota Fiscal de Serviços, Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, Nota Fiscal/Conta Telefônica, Bilhete de Passagem e outros.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Valor constante no orçamento para fazer face a determinado serviço ou obra pública.

ECONOMIA INFORMAL - São os pequenos empreendimentos não registrados nos órgãos oficiais (fisco municipal, estadual e federal, junta comercial) e por isso não pagam tributos. Exemplos: sacoleiros, ambulantes, camelôs e outros.

ELISÃO FISCAL - Forma legal de reduzir o valor do tributo a pagar ou a recolher, quando a legislação tributária permite a redução ou supressão do tributo a pagar, por exemplo, por meio de concessão de benefícios fiscais (isenções ou imunidades).

EVASÃO DE DIVISAS - É a retirada ilegal de riqueza produzida no país e encaminhada ao exterior.

EVASÃO FISCAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA - A evasão fiscal provoca concentração de renda. Ocorre enriquecimento de quem provoca evasão fiscal (aumento dos lucros) e diminui o volume dos bens e serviços públicos por parte do Estado, em decorrência da diminuição dos valores arrecadados.

EVASÃO FISCAL OU TRIBUTÁRIA - A evasão fiscal se dá pelo não pagamento parcial ou total do tributo. Pode ser lícita (elisão fiscal) ou ilícita. A primeira, quando a legislação tributária permite a redução ou supressão do tributo a pagar, sem infringi-la, por exemplo, por meio da concessão de benefícios fiscais (isenções ou imunidades). Na evasão ilícita ou ilegal, a redução do montante a pagar se dá mediante infração da legislação tributária, sendo sinônimo de sonegação, geralmente combatida mediante ação de fiscalização formal, pelo fisco, e informal, por meio da conscientização da sociedade.

FINANÇAS PÚBLICAS - É o conjunto de ações e atividades que integram o processo de arrecadação e execução de despesas pela Administração Pública. É a gestão do patrimônio público. Abrange todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

FONTES DE RECEITA - São as fontes de ingresso de dinheiro aos cofres públicos. O ingresso se dá através da tributação, empréstimos, financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio (privatização) e outras.

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério: Trata-se de um fundo constituído com parte da arrecadação de impostos, o qual deve ser aplicado exclusivamente no Ensino Fundamental. É obrigatório em todos os estados e municípios. Não se trata de novos recursos e sim, uma vinculação de recursos já existentes. É fiscalizado por um conselho de acompanhamento e controle social.

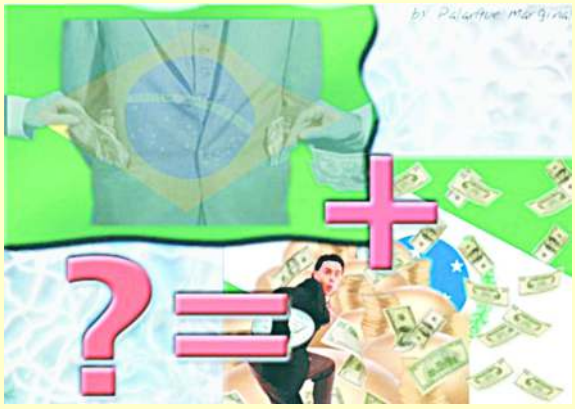


Fig 3

GASTOS PÚBLICOS - São todos os dispêndios de recursos efetuados pela Administração Pública.

GESTÃO FISCAL – Consiste em um conjunto de operações desenvolvidas pela Administração Pública para controlar receitas e gastos públicos, quais sejam: arrecadar, gerir e despender os recursos necessários à satisfação das necessidades públicas.

GESTÃO PÚBLICA - É o conjunto de operações desenvolvidas pela Administração Pública para controlar receitas e gastos públicos, ou seja: obter, criar, gerir e despender os recursos necessários à satisfação das necessidades públicas.

IMPOSTOS DIRETOS – O pagamento é feito diretamente pelo contribuinte: IPTU, IR (Pessoa Física), IPVA, ITR.

IMPOSTOS INDIRETOS - O valor do imposto está incluso no preço da mercadoria ou do serviço adquirido pelo consumidor final, sendo o comerciante e o industrial meros repassadores destes valores aos cofres públicos: ISS, ICMS, COFINS.

IMPOSTOS PRINCIPAIS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS

IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
Imposto cobrado pelo estado e repartido em partes iguais com o município onde está registrado o veículo.

ICMS - Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e prestação serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
O ICMS é um imposto indireto uma vez que quem, em última análise, arca com o pagamento é o consumidor final. É a principal fonte de receita dos estados. O ICMS é responsável por quase 93% da arrecadação de Santa Catarina. Incide sobre as relações de consumo - circulação de mercadorias em geral, energia elétrica, comunicação (telefone por exemplo) e transporte interestadual e intermunicipal (transporte municipal está sujeito ao ISS, de competência municipal). Do total arrecadado, 25% são distribuídos entre os municípios, proporcionalmente ao movimento econômico, tornando-se uma das principais fontes de receita destes últimos.

ITCMD – Imposto sobre transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos. Incide sobre o valor venal de heranças ou legados (causa mortis) e doações de quaisquer bens. É devido pelo herdeiro ou pelo legatário (no caso de transmissão *causa mortis*) ou pelo donatário (quem recebe em doação).

IMPOSTOS PRINCIPAIS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
É um tributo muito antigo e existe desde 1808. Trata-se de um tributo muito mal administrado, na maioria dos municípios. Incide sobre a propriedade de bem imóvel situado na zona urbana dos municípios. A Constituição Federal admite a utilização de alíquotas progressivas com o objetivo de fazer com que a propriedade atenda a sua função social.

ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na área de incidência do ICMS
Incide sobre serviços não alcançados pelo ICMS (o ICMS incide sobre serviços de comunicação e transporte intermunicipal e interestadual). São contribuintes do ISS: médicos, advogados, clínicas, hospitais, dentistas, contadores, corretores, lavanderias, hotéis, transportes municipais e outros serviços.

ITBI - Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Trata-se de outro tributo antigo. Desde o século XIX se tem notícia da cobrança de imposto sobre a transmissão de bens. Nos dias atuais a incidência maior deste imposto recai sobre a compra e venda de imóveis.

IMPOSTOS PRINCIPAIS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO

II – Imposto sobre importação de produtos estrangeiros
Incide sobre as transações comerciais com outros países. Não tem finalidade exclusivamente arrecadatória. Sua maior utilidade consiste em regular o comércio exterior. Assim, quando quer estimular a importação de determinado produto, a União reduz a alíquota desse produto. Se o objetivo é reduzir a importação, a alíquota é aumentada.

Fig 4

IE – Imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados

Da mesma forma que o imposto sobre importação de produtos estrangeiros (II), trata-se de imposto com finalidade regulatória, utilizado quando o país tem interesse em desestimular a exportação de determinado produto nacional.

IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários
A função principal desse imposto é a de servir de instrumento de política econômica. Produz resultados nas políticas cambial e monetária, estimulando ou desestimulando o ingresso de moeda estrangeira no país, aumentando ou diminuindo o custo dos empréstimos e financiamentos, assim como em relação às operações com valores mobiliários negociados em bolsas de valores. Não confundir com a CPMF, que incide sobre a movimentação financeira, saque de dinheiro de conta corrente em banco, por exemplo.

IPI - Imposto sobre produtos industrializados
É um imposto sobre o consumo, pois, da mesma forma que o ICMS, quem suporta seu encargo é o consumidor final. Incide sobre os produtos industrializados e suas alíquotas variam muito em função da seletividade. Maiores alíquotas são colocadas sobre produtos supérfluos. Produtos como cigarro, whisky, vodka e outros, têm controle do pagamento do IPI através de selos de controle.

IR – Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza

O Imposto de Renda incide sobre a renda oriunda do produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que auferirem renda, estão submetidas à tributação do IR. Para pessoa física, há uma faixa de isenção e a partir de determinado valor, alíquotas de 15% e 27,5%. Para pessoa jurídica, as alíquotas são variáveis

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
Imposto de competência da União, objetiva desestimular a manutenção de propriedades improdutivas. O imposto é cobrado pela União e repartido em partes iguais com o município onde se localiza o imóvel. Contudo, a partir da Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003, o município poderá, de acordo com a lei (Delegação das Atribuições de Arrecadação e Fiscalização aos Municípios), optar por fiscalizar e cobrar o referido imposto, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. Neste caso, todo o produto da arrecadação pertencerá ao município.

IMPOSTOS PROGRESSIVOS – É o imposto que incide proporcionalmente à capacidade contributiva da pessoa, ou seja, quem "ganha ou tem mais, paga mais" e "quem ganha ou tem menos, paga menos". O Imposto de Renda é caso típico, impondo alíquotas maiores para os maiores rendimentos.

IMPOSTOS REGRESSIVOS – Imposto que incide sobre o consumo (ICMS, por exemplo). Tem características regressivas, uma vez que incide igualmente, independentemente do poder aquisitivo do consumidor. Significa que ao comprar uma caixa de sabão em pó, tanto o motorista quanto o dono de uma empresa transportadora pagam o mesmo valor a título de imposto. Contudo, proporcionalmente ao poder aquisitivo de cada um, o motorista pagou muito mais.

IMPROBIDADE ADMINISTATIVA - É a conduta desvirtuada da Administração Pública, praticada por um dos seus agentes, em qualquer nível de governo ou hierarquia. É o designativo técnico para a corrupção administrativa mediante obtenção de vantagens, pelo exercício nocivo da função ou emprego público, tráfico de influência, favorecimento de poucos em detrimento da sociedade, atos praticados sem observar a legalidade, a moralidade, a publicidade (transparência) e outros princípios que devem ser observados na Administração Pública.

IMUNIDADE - É a vedação, prevista na Constituição Federal, de cobrar impostos sobre determinados produtos, bens ou atividades, dentre os quais livros, jornais e periódicos.

INCENTIVOS FISCAIS - São formas estabelecidas na legislação que visam à redução ou supressão do tributo a pagar ou a recolher, beneficiando determinados setores produtivos com o objetivo de gerar empregos, ampliar a produção, o comércio internacional e a prestação de serviços.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. É uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Suas principais atribuições são as de promover a arrecadação, fiscalização e a cobrança das contribuições sociais devidas

por trabalhadores e empresários sobre a folha de pagamento, gerenciar os recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS e conceder os benefícios previdenciários.

ISENÇÃO - É a dispensa legal do pagamento ou recolhimento do tributo.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - É a lei maior, no âmbito municipal, que organiza e normatiza o funcionamento do município, somente se subordinando à Constituição do Estado e à Constituição Federal.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - É a norma legal que fixa os princípios que devem nortear as finanças públicas, visando eliminar o déficit público (despesa maior que a receita) nas três esferas de poder, através de uma gestão fiscal responsável, com ênfase no controle do gasto e do endividamento público. Nada mais é que um código de conduta do administrador público.

LICITAÇÃO – É um procedimento obrigatório que deve ser realizado sempre que a Administração Pública for adquirir bens, obras, mercadorias ou serviços. Visa encontrar a propostas mais vantajosa para aquisição ou contratação, se for o caso, pela Administração Pública.

MINISTÉRIO PÚBLICO - É uma instituição permanente, essencial à função do Estado, encarregado de velar ou zelar pela defesa do interesse público, ou seja, é o órgão a quem cabe a defesa do interesse geral ou público, mediante a observância das normas constitucionais e legais.

MOVIMENTO ECONÔMICO - Significa a soma dos valores gerados pelos contribuintes do ICMS com mercadorias ou serviços sujeitos ao imposto, ainda que não tenha ocorrido o pagamento ou o recolhimento do imposto. Sua apuração serve para determinar o valor do ICMS e outras receitas que retornam aos municípios (Repartição da Receitas Tributárias). A soma do movimento econômico das empresas de determinado município resulta no movimento econômico do município. O movimento econômico do Estado é a soma do movimento econômico dos Municípios.

MEIA NOTA – Ocorre quando a nota fiscal é emitida totalizando quantidade ou valor das mercadorias inferior ao valor ou quantidades reais comercializada ou transportada.

MULTA - É uma penalidade de natureza pecuniária (deve ser paga em dinheiro), aplicada por órgãos de fiscalização, sobre pessoas físicas e jurídicas que descumprem normas administrativas. Multa não é tributo, pois representa uma sanção por ato ilícito, mas os recursos arrecadados são fonte de receita para os cofres públicos.

MULTA DE TRÂNSITO - É uma penalidade de natureza pecuniária (deve ser paga em dinheiro) aplicada pelos órgãos de fiscalização do trânsito sobre o condutor do veículo que descumprir regras estabelecidas na legislação de trânsito. A multa de trânsito não é tributo, pois representa uma sanção por ato ilícito, mas os recursos arrecadados são fonte de receita para os cofres públicos.

NÍVEL DE GOVERNO - São três os níveis ou esferas de governo: municipal, estadual e federal.

NOTA FISCAL AVULSA - Documento fiscal impresso por gráficas credenciadas e deve ser utilizada por pessoas não obrigadas à emissão de documentos fiscais, mas que dela necessitem, e por contribuintes varejistas que não possuam nota fiscal (Modelo 1), no caso de devolução de mercadoria.

NOTA FISCAL CALÇADA – Ocorre quando há divergência da 1ª via de uma nota fiscal (que fica em poder do comprador) e a via fixa do talão ou bloco. Na 1ª via estão registrados valores corretos e na via fixa do talão ou bloco, valores inferiores, visando reduzir o imposto a recolher. É um dos meios para a prática de sonegação fiscal.

NOTA FISCAL PARALELA – Ocorre quando uma nota fiscal é falsificada. As características impressas das notas fiscais são idênticas, inclusive a numeração. Contudo, registram quantidades e valores diferentes. A nota fiscal entregue ou enviada ao comprador contém dados reais sobre a comercialização. Já a nota fiscal utilizada para apurar o imposto devido, registra valores menores a fim de diminuir o imposto a recolher.

Fig 5

ORÇAMENTO - É um documento, sob a forma de lei, onde são estimadas as receitas e as despesas de um determinado ano (exercício financeiro). Cada nível de governo possui seu orçamento.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – Mecanismo de gestão das políticas públicas, mediante participação da comunidade, destinadas a decidir a melhor alocação dos recursos. A população participa da elaboração do orçamento decidindo quais as suas prioridades.

ORÇAMENTO PÚBLICO – Lei que contempla a previsão dos recursos que o Estado tem à sua disposição para administrar. Tais recursos são provenientes da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outras fontes. Indica onde os recursos arrecadados serão utilizados, ou seja, é um documento que prevê as receitas e as despesas do exercício. Cada nível de governo possui o seu orçamento.

PATRIMÔNIO PÚBLICO - É o conjunto de bens, direitos e obrigações do município, do estado ou da União, para a realização dos seus fins. São as propriedades móveis e imóveis, recursos a receber, dívidas a pagar e outros.

PIB - O Produto Interno Bruto é toda a riqueza produzida dentro das fronteiras do país, em um ano.

PIS/PASEP – Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. São contribuições para financiar o programa seguro-desemprego e o abono anual de um salário-mínimo pago aos trabalhadores que perceberem menos de dois salários-mínimos de remuneração. As empresas recolhem o PIS (0,65%) calculado sobre o valor das vendas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - É o procedimento pelo qual, nos prazos legais, quem quer que utilize ou administre dinheiro público, está obrigado a comprovar perante os órgãos competentes (Tribunais de Contas, Setor de Controle Interno) o uso dos bens e valores que lhes foram entregues.

PREVIDÊNCIA SOCIAL - Direitos previstos na Constituição Federal, que devem ser prestados por meio de ações governamentais. São benefícios como proteção à maternidade, proteção ao desemprego involuntário, cobertura de eventos de doença, invalidez, morte, acidentes de trabalho, ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, aposentadoria e outros, sob a responsabilidade dos poderes públicos.

RECEITA TRIBUTÁRIA - Total de recursos carreados para os cofres públicos decorrentes da cobrança de tributos.

RECURSOS PÚBLICOS - Representam os recursos que os municípios, estados ou a União têm à sua disposição para administrar. Tais recursos são oriundos da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outras fontes.

REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO – É um benefício fiscal que prevê a supressão parcial do valor que serve de base para o cálculo do tributo.

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS - É uma forma de distribuição das receitas tributárias arrecadadas, permitindo que os estados e municípios participem da arrecadação dos tributos da União e os municípios participem do produto arrecadado pelos estados. Existem diferentes formas de repartição das receitas. Assim, em relação aos recursos do FUNDEF, a distribuição é feita de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. No caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado com parcelas da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, sua distribuição aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes e, em se tratando do ICMS, esta distribuição tem relação direta com o movimento econômico, ou seja, com a riqueza produzida pelo município.

SEGURIDADE SOCIAL - É um conjunto de ações governamentais e da sociedade que visam assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A seguridade social é financiada com recursos provenientes dos orçamentos da União,

dos estados e dos municípios e de contribuições sociais, dentre as quais, as receitas provenientes de concursos de prognósticos.

SEGURO DESEMPREGO - É um benefício de assistência social de caráter temporário financiado por Contribuições Sociais (PIS/PASEP) e prestado ao trabalhador que tiver sido demitido sem justa causa e estiver desempregado, desde que preenchidas determinadas condições. É solicitado junto às agências da Caixa Econômica Federal ou Postos do SINE – Sistema Nacional de Emprego.

SELETIVIDADE – É um critério de tributação, principalmente com relação ao ICMS e ao IPI. Os produtos supérfluos ou que tenham efeitos nocivos à saúde têm alíquotas maiores, enquanto produtos essenciais têm alíquotas menores ou até mesmo isenção. As doenças decorrentes do cigarro e bebidas alcoólicas, posteriormente os gastos com assistência, são colocados sobre toda a sociedade.

Fig 6

SERVIÇOS PÚBLICOS - São aqueles prestados pela Administração Pública, nas três esferas de governo, visando à satisfação de necessidades públicas como: educação, segurança, justiça, saúde, habitação, transportes, saneamento e outras.

SOBERANIA - Poder supremo do Estado de governar e disciplinar juridicamente a vida de um povo, dentro do seu território, sem sofrer interferências de outro poder ou de outro Estado. É diferente de autonomia.

SONEGAÇÃO FISCAL - São atos praticados com a finalidade de fraudar a Fazenda Pública, mediante a utilização de meios ilícitos para reduzir, suprimir ou retardar o pagamento ou recolhimento do tributo devido.

SUS – Sistema Único de Saúde. É um conjunto de ações governamentais criado para organizar e fazer funcionar os serviços correspondentes à promoção, proteção e recuperação da saúde. Envolve órgãos e instituições públicas e a iniciativa privada, em caráter complementar.

TRABALHO INFORMAL - Trabalho desenvolvido por pequenos empreendimentos ou autônomos sem qualquer registro junto ao poder público competente para fins de controle. O trabalho informal implica prejuízos para a arrecadação tributária e para o próprio trabalhador informal.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - É o órgão auxiliar do Poder Legislativo encarregado da fiscalização das entidades ou órgãos públicos estaduais ou municipais.

TRIBUTOS - É a parcela que a sociedade entrega ao Estado, em dinheiro, de forma obrigatória, para financiamento dos gastos públicos. Tributo é gênero do qual são

espécies: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios e Contribuições Especiais.

a) IMPOSTO: É o tributo cobrado sem que haja uma contraprestação específica para este ou aquele serviço ou para realizar esta ou aquela obra.

b) TAXA: É o tributo cobrado em relação ao qual há a obrigação de prestação de um serviço (por exemplo, nos alvarás de licenciamento para construção e confecção de Carteira de Identidade, dentre outros) e não se confunde com a remuneração de serviços públicos como: fornecimento de água, esgoto, luz ou telefone, os quais constituem tarifas ou preços públicos e não taxas.

c) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: É o tributo cobrado em razão de obra pública que beneficie o contribuinte.

d) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO: É o tributo cobrado exclusivamente pela União e é restituível. Destina-se a cobrir despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa, ou ainda, em caso de investimento público urgente de relevante interesse nacional.

e) CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL: É o tributo cobrado com finalidade específica. Existem diversas espécies de contribuições especiais, sendo a mais importante delas a Contribuição Social, assim chamadas porque destinadas ao financiamento da seguridade social (saúde, previdência e assistência social).

VINCULAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS - São recursos de origem tributária e que devem ser aplicados em áreas específicas, sendo as mais importantes àquelas vinculadas às áreas de educação e saúde.

Lista de Ilustrações

Fig 1: Disponível em: <http://www.cndl.org.br/boletim/01_12_2001/images/mapa%20de%20taxas.jpg> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 2: A Paz e a Guerra – Sejo Vieira. Disponível em: <http://homepage.oninet.pt/630mxt/Image67.jpg> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 3: Disponível em: Disponível em: <http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2001/2001/sitehistoria/Copia_de_cobrador_de_impostos.gif> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 4: Disponível em: <http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2001/2001/sitehistoria/Copia_de_cobrador_de_impostos.gif> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 5: Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/imagens/Iconografia/Livros%20raros.jpg> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 6: Disponível em: <http://www.spaequilibrio.com.br/medico.jpg, BRASIL, O LIVRO DOS 500 ANOS, P. 108 e http://portal.mec.gov.br/setec/img/not02a.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.

VI– SUGESTÕES DE LIVROS DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL

1. 4 Histórias Coloridas. Fanny Abramovich. Salamandra.
2. A Arca de Noé. Vinicius de Moraes; Companhia das Letrinhas
3. A Árvore do Beto. Ruth Rocha; FTD
4. A Árvore do Dinheiro. Flávio de Souza. Globo.
5. A Arvore que Dava Dinheiro. Domingos Pellegrini; Ática
6. A Bailarina de Cristal. Rita de Blasiis RHJ Livros Ltda.
7. A Bailarina. Roseana Murray ; FTD
8. A Bolsa Amarela. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
9. A Bordadeira da História. Rogério Andrade e Ana Raquel. FTD.
10. A Bússola e a Balança por um Mundo Mais Justo. Maria Lúcia de Arruda Aranha. Moderna
11. A Casa da Madrinha. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
12. A Casa Feita de Sonho. Ricardo Alberti. Melhoramentos.
13. A Cor de Cada Um. Carlos Drumond de Andrade; Record
14. A Corda Bamba. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
15. A Festa dos Números. Domingos Pellegrini. Melhoramentos.
16. A Festa no Céu. Ângela Lago. Melhoramentos.
17. A Ilha do Tesouro. Robert Louis Stevenson; Ática
18. A Ilha Perdida. Maria José Dupret; Ática
19. A Magia da Árvore Luminosa. Rosana Bond; Ática
20. A Máscara de Ferro. Alexandre Dumas; Objetiva.
21. A Megera Domada. William Shakespeare; Brasil
22. A Menina da Varanda. Léo Cunha. Record.
23. A Menina que não Tinha Medo de Nada. Tônio Carvalho. Melhoramentos.
24. A Montanha Encantada. Maria José Dupret; Ática
25. A Vaca Voadora. Ady Lima; Global
26. A Vitória de Vitória. Urda Alice Klueger. Hemisfério Sul.
27. Abra e Entre. Gisele Joras; Landscape
28. Abrindo Caminho. Ana Maria Machado. Ed, Ática.
29. Ali Babá e os Quarenta Ladrões. Antoine Galland; Ática
30. Alucinado Som de Tuba. Frei Betto; Ática
31. Amigos Livros. Patrícia Secco. Melhoramentos
32. Angélica. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
33. Aos Quatro Ventos. Ana Maria Machado; Nova Fronteira
34. Artes e Ofícios. Roseana Murray. FTD
35. As Aventuras de Alice no País das Maravilhas. Lewis Carrol; Martins Fontes
36. As Aventuras de Pinóquio. Carlo Collodi; Companhia das Letrinhas.
37. As Fábulas de La Fontaine; Martins Fontes
38. As Flores do Lado de Baixo. João. A. Carrascoza. Melhoramentos.
39. As Mais Lindas Histórias de Natal. Anamaria Kovács. Sinodal.
40. As Viagens de Gulliver. Jonathan Swift. Melhoramentos.
41. Barata Tonta. Maria do Carmo Brandão. RHJ Livros Ltda.
42. Bazar do Folclore. Ricardo Azevedo; Ática
43. Beto Baguncinha. Flávia Muniz; Melhoramentos
44. Caçadas de Pedrinho. Monteiro Lobato; Melhoramentos
45. Cachorrinho Samba. Maria José Dupret; Ática
46. Carmelita, a Tartaruga. Tônio Carvalho. Melhoramentos.
47. Carros, Carangos e Motores. Patrícia Secco. Melhoramentos

48. Carta Errante, Avó Atrapalhada, Menina Aniversariante. Mirna Pinsky; FTD
49. Cartilha do Ziraldo. Melhoramentos.
50. Coleção A Hora da Fantasia; Moderna
51. Coleção Amiguinhos. Leitura
52. Coleção Hora da natureza. Leitura
53. Coleção Interagindo e Rediscutindo. Brasil Marco Zero.
54. Coleção Mundo da Lua. Globo.
55. Coleção Pé no Chão. Ática.
56. Coleção Raio de Sol. Editora Fundação Peirópolis.
57. Coleção Recontando para Você. O Lutador.
58. Coleção Sabe Tudo. Cia. das Letrinhas
59. Coleção Todo Mundo Tem; Atelier Vila das Artes
60. Coleção Veículos. Leitura
61. Coleção Viramundo. Moderna.
62. Coleção Viramundo. São Paulo: Moderna, 1998-2000.
63. Coleção Xereta. FTD.
64. Coleção: A Garupa e Outros Contos. Ática
65. Coleção: A Poesia dos Bichos. Bertrand Brasil
66. Coleção: Cinco Estrelas. Objetiva
67. Coleção: Conta que Eu Conto. Companhia das Letrinhas.
68. Coleção: Contos de Estimação. Objetiva.
69. Coleção: De Conto em Conto. Ática
70. Coleção: Deixa que Eu Conto. Ática
71. Coleção: Em Família. Nova Fronteira
72. Coleção: Era Uma Vez Um Conto. Companhia das Letrinhas
73. Coleção: Faz de Conta. Global
74. Coleção: Historinhas Pescadas. Moderna
75. Coleção: Meninos Eu Conto. Record.
76. Coleção: Meus Primeiros Contos. Nova Fronteira.
77. Coleção: Meus Primeiros Versos. Nova Fronteira.
78. Coleção: Palavra de Poeta. Ática
79. Coleção: Pé de Poesia. Global
80. Coleção: Poemas Que Contam a História. Nova Fronteira
81. Coleção: Quem Conta um Conto? FTD
82. Coleção: Tem Gato na tuba e Outros Poemas. Martins Fontes
83. Coleção: Toda Criança do Mundo. Objetiva.
84. Coleção: Um Poema Puxa Outra. Companhia das Letrinhas.
85. Coleção: Varal de Poesia. Ática
86. Contos de Grimm: Animais Encantados. Irmãos Grimm: Jakob Wilhelm Grimm; Nova Fronteira
87. Contos e Encantos dos 4 Cantos do Mundo. Recontado por Cléo Busatto. Leitura.
88. Contos Eternos. Leitura
89. Corda Bamba. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
90. De Carta em Carta. Ana Maria Machado. Salamandra.
91. De Fora da Arca. Ana Maria Machado. Moderna
92. E foram Felizes para Sempre. Rauer. RHJ Livros Ltda.
93. É Hora! É Hora! Anna Cláudia Ramos. Moderna
94. Emília no País da Gramática. Monteiro Lobato. Melhoramentos
95. Entre Neste Livro - A Constituição para Crianças. Liliana Iacocca e Michele Iacocca. Ática.
96. Era uma Vez Três. Ana Maria Machado. Berlendis.

97. Esquisita como Eu. Matha Medeiros. RHJ Livros Ltda.
98. Esta Casa é Minha. Ana Maria Machado. Moderna.
99. Eu Chovo, Tu Choves, Ele Chove. Sylvia Orthof; Objetiva
100. Eu, Detetive. Stella Carr e Lais K. Ribeiro; Moderna
101. Fazendo Ana Paz. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
102. Feito a Mão. Lygia Bojunga Nunes; Agir
103. Felicidade. Roseana Murray. FTD
104. Flecha Dourada. Luiz Carlos Amorim. Moderna
105. Folclore Vivo. Heberto Sales; Bertrand Brasil
106. Fronteiras do Universo (trilogia). Philip Pullman; Objetiva
107. Geografia de Dona Benta. Monteiro Lobato. Melhoramentos
108. História de Lenços e Ventos. Ilo Krugli; Record.
109. História Meio ao Contrário. Ana Maria Machado. Ática.
110. História Sorridente de Unhas e Dentes. Elias José. Paulus.
111. Histórias Africanas Para Contar e Recontar. Rogério Andrade Barbosa; Brasil
112. Histórias de Aladim e a Lâmpada Maravilhosa. Patativa do Assaré; Objetiva.
113. Histórias de Fadas. Oscar Wilde; Nova Fronteira.
114. Histórias em Quadrões. Maurício de Souza; Globo
115. Historias Fantásticas. Jose J. Veiga; Bertrand Brasil
116. Histórias Que o Povo Conta. Ricardo Azevedo; Ática
117. Hoje Tem Espetáculo no País dos Prequetéis. Ana Maria Machado; Nova Fronteira.
118. Indo Não Sei Aonde Buscar Não Sei o Quê. Ângela Lago. RHJ Livros Ltda.
119. Juca Brasileiro e o Hino Nacional. Patrícia Secco. Melhoramentos
120. Juca Brasileiro na Amazônia. Patrícia Secco. Melhoramentos
121. Lendas Indígenas. Antoracy Tortolero Araujo; Brasil
122. Libertação Animal. Peter Singer; Lugônio
123. Livro de Papel. Ricardo Azevedo; Brasil
124. Livro: um encontro com Lygia Bojunga; Agir
125. Lutando por Direitos. Rogério Andrade Barbosa; Melhoramentos.
126. Margarida no Jardim. Alda Andréia Therkovski; FTD
127. Menina Bonita do Laço de Fita. Ana Maria Machado; Ática
128. Menino Brinca com Menina. Regina Drummond; Melhoramentos.
129. Meninos e Meninas. Domingos Pellegrini; Ática
130. Minhas Memórias de Lobato. Luciana Sandroni; Companhia das Letrinhas
131. Moby Dick. Hermann Melville; Melhoramentos.
132. Muita Água e Sabão, mas Pichação Não. Patrícia Secco; Melhoramentos
133. Na Minha Escola Todo Mundo é Igual. Rossana Ramos; Cortez.
134. Nem Uma Coisa, Nem Outra. Moacir Scliar; Rocco.
135. No Parque Nosso Verde. Patrícia Secco; Melhoramnetos
136. O Abraço. Lygia Bojunga Nunes; Agir
137. O Alfaiate Valente. Irmãos Grimm; Cozac/Gnaify
138. O Canto da Sereia. Ana Maria Kovács; FTD
139. O Dia em que Descobri o Brasil. Renata Adrião D'Angelo; Átomo e Alínea.
140. O Dicionário de Serafina. Cristina Porto; Ática
141. O Fantasma no Porão. Elias José; Martins Fontes
142. O Fantástico Mistério de Feiurinha. Pedro Bandeira; FTD
143. O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá. Jorge Amado; Bertrand Brasil
144. O Grande Dia. Patrícia Secco; Melhoramentos
145. O Irmão Que Veio de Longe. Moacyr Scliar; Companhia das Letrinhas.
146. O Mágico de Oz. L. Frank Baum; Record.
147. O Menino Maluquinho. Ziraldo; Melhoramentos

148. O Pintor de Lembranças. José Antônio Del Canizo; Projeto
149. O Pintor. Lygia Bojunga Nunes; Ediouro
150. O Poço do Visconde. Monteiro Lobato; Brasiliense
151. O Rapto das Cebolinhas. Maria Clara Machado; Companhia das Letrinhas.
152. O Rio e Eu. Lygia Bojunga Nunes; Salamandra
153. O Rouxinol e o Imperador da China. Hans Christian Andersen; Global
154. O Saci. Monteiro Lobato; Brasiliense
155. O Super Tênis. Ivan Jaf; Ática
156. O Velho e o Mar. Ernest Hemingway; Bertrand Brasil
157. Odisséia. Ruth Rocha; Companhia das Letrinhas
158. Ordem é Progresso. Patrícia Secco; Melhoramentos
159. Os Colegas. Lygia Bojunga Nunes; José Olympio
160. Os Miseráveis. Victor Hugo. Melhoramentos.
161. Os Saltimbancos. Chico Buarque; Global
162. Os Três Mosqueteiros. Alexandre Dumas; Scipione
163. Paisagens. Lygia Bojunga Nunes; Agir
164. Pedrinho Esqueleto. Stela Carr; Melhoramentos
165. Pedro Compra Tudo. Maria de Lourdes Coelho; Cortez.
166. Pequena História de Gente e Bicho. Ciça Fittipaldi; Melhoramentos.
167. Pluft, o Fantasminha. Maria Clara Machado; Companhia das Letrinhas
168. Pra Onde Vão os Dias que Passam? Anna Cláudia Ramos; FTD
169. Quem Perde Ganha. Ana Maria Machado; Nova Fronteira.
170. Reinações de Narizinho. Monteiro Lobato; Melhoramentos
171. Retratos de Carolina. Lygia Bojunga Nunes; Casa Lygia Bojunga
172. Santinho. Luis Fernando Veríssimo; Objetiva
173. Semente da Verdade. Patrícia Secco; Melhoramentos
174. Série Pessoinhas de Grande Talento. da Universidade Gama Filho.
175. Severino Faz Chover. Ana Maria Machado. Salamandra.
176. Simplesmente Drumonnd. Carlos Drumonnd de Andrade; Record.
177. Tainá, Estrela Amante – Mito dos Índios Carajás; Ciça Fittipaldi.
178. Tapete Mágico. Ana Maria Machado; Ática.
179. Tec Tec Muu - Vacas Que Escrevem à Máquina;Doreen Cronin. Rocco.
180. Terra dos Meninos Pelados. Graciliano Ramos; Record.
181. Traços Travessos: Histórias de 20 Pintores. Adriana Abujamra; Geração Editorial
182. Trem Chegou, Trem Já Vai. José Carlos Aragão; Paulinas.
183. Três Contos de Muito Ouro. Fernanda Lopes de Almeida; Projeto.
184. Tristão: As Aventuras de um Menino da Cidade Grande. Luiz Antônio Aguiar; Record
185. Tutu, o Menino Índio. Toni Brandão; Melhoramentos
186. Um Assassinato Um Mistério e Um Casamento. Mark Twain; Objetiva
187. Um Dia Especial para Laurinha. Ana Cláudia Bastos e Ana Lúcia Bastos; FTD
188. Um Saci no Meu Quintal. Mônica Stahel; Martins Fontes
189. Uma História de Fadas e Elfos. Roseana Murray. FTD
190. Uma História de Futebol. José Roberto Torero; Objetiva.
191. Uma Professora Muito Maluquinha. Ziraldo; Melhoramentos
192. Uni Duni e Tê. Ângela Lago; Compor.
193. Viagem ao Céu. Monteiro Lobato. Melhoramentos
194. Vida e Paixão de Pandonar, O Cruel. João Ubaldo Ribeiro; Nova Fronteira.
195. Zé Diferente. Lúcia Pimentel de Sampaio; Melhoramentos.
196. Zé Vagão da Roda Fina e Sua Mãe Leopoldina. Sylvia Orthof; Nova Fronteira

VII– BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABREU, Maria Auxiliadora Maroneze de. et al. **Metodologia do Ensino da Matemática**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- _____; CABRAL, Juçara Teresinha. **Educação Fiscal**: educar para a cidadania. Florianópolis: Prelo, 2003.
- ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARANA, Luis V. **Aqüicultura e Desenvolvimento Sustentável**: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aqüicultura brasileira. Florianópolis: UFSC, 1999.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ARNS, D. Paulo Evaristo et al. **Igreja, Classe Trabalhadora e Democracia**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BALTAZAR, Ubaldo César; PALMEIRA, Marcos Rogério. **Temas de Direito Tributário**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.
- BAQUERO, Ricardo. **Vygostky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. POLITZER: **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1985.
- BETTO, Frei; FREIRE, Paulo; KOTSCHO, Ricardo. **Essa escola chamada vida**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- BOFF, Leonardo et al. **Direitos humanos**. Direito dos pobres. São Paulo: Vozes, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. São Paulo: Vozes, 2000.
- BOURDOUKAN, Georges.**O peregrino**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. PNDH em Movimento. Ano 1, Numero 6 – Julho/ setembro de 1998.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Direitos Humanos no cotidiano: Manual. 2. Brasília: 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação à distância. TV Escola N 27 maio/junho 2002. Edição Era Editorial. Brasília – DF, 2002.
- BRASIL. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1999.
- CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papirus, 1995.
- CANDAU, Vera Maria. et al. **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **Cultura e Democracia** – o discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1984.
- CHOMSKY, Noan. **A luta de classes**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2000.
- CLÉMENT, Catherine. **A viagem de Théo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- CODO, Wanderley. **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Páginas da História. São Paulo: FTD, 1998.
- Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense.
- Como exercer sua cidadania. Coleção entenda e aprenda. São Paulo: Editora Bei
- COOK, Kathy. **O Poço de Ryan**. Seleções do Reader's Digest. Dezembro de 2001.
- COSTA, Carolina. O samba pede passagem. **Educação**, São Paulo, n.65, p.9, 7 setembro, 2002.
- DAVYDOV, V. V. La renovación de la educación y el desarrollo mental de los alumnos. **Revista de Pedagogia**. Santiago: v.67, n. 403, p.197–199, junho, 1988.
- _____. **Tipos de generalización en la enseñanza**. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1982.
- DAVYDOV; SHUARE (Orgs). **La psicologia evolutiva y pedagogica em la URSS** (Antologia). Moscou: Progresso, 1987.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- DIMENSTEIN, Gilberto; ALVES, Ruben. **Fomos maus alunos**. São Paulo, Campinas: Papirus, 2003.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: Contribuição a uma teoria histórico-social de formação do indivíduo.Campinas: Autores Associados, 1993.
- _____. **Educação escolar**: teoria do cotidiano e a escola de VIGOTSKI. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- _____. **Vigotski e o aprender a aprender**. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- ESCAMEZ, Joan. **Protagonismo na educação**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2003.
- FABICHAK, Irineu. **ABC do Pescador**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 1975.
- FERRÉZ. **Capão pecado**. São Paulo: Labortexto, 2000.
- FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- FONTANA, Roseli A. Cação. Mediação pedagógica na sala de aula. Campinas: Autores Associados, 1996.
- FONTANELLA, Francisco Ricieri. **Finanças públicas**: lições introdutórias destinadas aos docentes do programa de educação fiscal. SEF. Florianópolis, 2001.
- _____. **Tributação**: lições introdutórias e destinadas aos docentes do projeto de educação tributária. Versão 5. Florianópolis; maio, 1999.
- FREIRE, Gilberto. **Americanidade e latinidade**. Brasília: UNB, 2003.
- GALLO, Sílvio. (Coord). **Ética e cidadania**. Campinas: Papirus, 1997.
- GENTILE, Pablo. **Reinventar a escola pública**. São Paulo: Vozes, 2003.
- GERALDI, João Wanderlei. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GLEISER, Marcelo. **O fim da terra e do céu** - o apocalipse na ciência e na religião. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Exploração Capitalista**. São Paulo: Global, 1979.
- JR SILVA, Hedio. **Discriminação racial nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- KADARE, Ismail. **Abril despedaçado**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- KLIKSBERG, Bernardo. **América Latina**: uma região de risco-pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: UNESCO, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.
- _____. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

- KOZULIN, Aléxis. **La psicologia de Vygotsky**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- LAGO, Paulo Fernando. **Comunidade Pesqueira de Santa Catarina**. Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da atividade pesqueira em Santa Catarina. Rio de Janeiro: Sai, 1968.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2000.
- LEDO, Blanca Sierra de. **O Mar e seus recursos ictícos**. Florianópolis: UFSC, 1983.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental** - sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes: 2001.
- LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. La Habana. Editoria Pueblo y Educación.1985.
- _____. El aprendizaje como Problema em la Psicologia. In: **Psicologia Soviética Contemporânea**. Habana, Cuba: Série Ciência e Técnica. Instituto do Livro, 1967.
- _____. La cultura del Hombre y Problemas. Tese sobre educación de los ricos. Grijalbo, 1968.
- _____. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- _____. et al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Centauro, 2003.
- LURIA, A. R. **Desarrollo Histórico de los Processos Cognitivos**. Madrid: Ediciones Akal, 1987.
- _____. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artmed, 1987.
- _____. Speech and intellect of rural, urban and homeless children. **Selected Writings**. Nova York: Sharpe, 1978.
- LURIA; LEONTIEV. **Psicologia e Pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.
- MACLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 1999.
- MARTINI, George; PELIANO, José Carlos P. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Brasília: IPEA, 1978. Série Estudo para o Planejamento.
- MARX. Karl. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política**. (Grundisse) 1857-58, v.II, México: Siglo XXI, 1972.
- MATOS, B.T.P; LOPES, C.Q., et al. **Considerando mais o lixo**. Florianópolis: Insular, 1999.
- MENDONÇA, Maria Luisa. **O direito à alimentação**. Caros Amigos, São Paulo. n. 61. p. 41, abril de 2002.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos**. Vozes. Rio de Janeiro, 1994.
- MISSÃO TERRA. **O resgate do planeta**. Agenda 21. São Paulo: Melhoramentos. 2000.
- MOONEY, Pat Roy. **O século 21**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Analfabetismo funcional o mal nosso de cada dia**. São Paulo: Thonson Pioneira, 2003.
- MORGA, Antônio. (Org). **História das mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporânea, 2004.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **X da questão**: o sujeito à flor da pele. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORTHY, Lauro (Org). **Reforma tributária em questão**. Brasília: UNB, 2003.
- NOLETO, Marlova J; WERTHIN, Jorge (Orgs). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

- PACHECO, Anelise. **Das estrelas móveis do pensamento**. São Paulo: Record, 2004.
- PELLEGRINI, Domingos. **No começo de tudo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.
- PEREIRA, Reinaldo e Silva, (Org). **Direitos humanos como educação para a justiça**. São Paulo: LTR, 1998.
- PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINTO R. GERUSA; LIMA, Regina. **O dia-a-dia do professor**. V. 5. 3ª e 4ª série. Minas Gerais: FAPI LTDA. MG: 1998.
- PORTELA, Fernando; ANDRADE, Joaquim C. de. **Secas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____; RUA, João. **Estados Unidos**. Ática, São Paulo, 1995.
- _____; VESENTINI, José W. **Êxodo Rural e urbanização**. Ática. São Paulo, 1998.
- QUEVEDO, Júlio; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. **Santa Catarina**. Scipione, 1997.
- REVISTA TV ESCOLA, n°27 maio/junho 2002.
- RITCHER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano das artes visuais**. São Paulo, Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- ROSA, Alberto; MONTEIRO, Ignácio. O contexto histórico do trabalho de Vygotsky: uma abordagem sócio-histórica. In: MOL. Luis C. **Vygotsky e a Educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- RUBINSTEIN, S. L. **El Ser y la Conciencia**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, [s.d].
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria de Estado da Fazenda Educação Fiscal: Ensino Médio caderno do professor – Florianópolis: Editora, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria do Estado da Fazenda. Educação Fiscal: Ensino Fundamental-caderno do professor 5ªa 8ª série. Florianópolis: Editora, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria do Estado da Fazenda. Educação Fiscal: Ensino Fundamental-caderno do professor 1ªa 4ª série. Florianópolis: Editora, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado, da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares – Florianópolis: COGEN, 1998.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 05 de outubro de 1989.
- SANTA CATARINA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria de Estado Do Desenvolvimento Social e da Família. Florianópolis: 1999.
- SANTA CATARINA. Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAN. Manual de legislação do meio ambiente.Florianópolis: 2000.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Caderno Tempo de Aprender 1. Florianópolis, 1999.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Diretrizes 3: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades. Florianópolis: Diretoria de Ensino Fundamental/Diretoria de Ensino Médio, 2001.

- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria de Estado da Fazenda. Educação Fiscal: Santa Catarina. Olhando para o Futuro. Ensino Fundamental – caderno do professor – 5ª a 8ª séries. Florianópolis: Editora, 2002.
- SANTIAGO, Theo (Org.). **Descolonização**. São Paulo: Francisco Alves, 1977.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.) **Santa Catarina no século XX**. Florianópolis: UFSC Univale e FCC edições, 1999.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1990-2000.
- Série História em Movimento. São Paulo: Ed Ática, 1999.
- Série Mídia e mobilização social. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula**. São Paulo: Vozes, 1999.
- _____. **Teoria cultural e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SINGER, Paul. **A Formação da Classe Operária**. São Paulo. Atual, 1985
- _____. **Brasil na crise**: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **Capitalismo** - sua evolução, sua lógica e sua dinâmica, São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. **Globalização e desemprego**: diagnósticos. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Repartição da renda** - ricos e pobres sob o regime militar**,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SODRÉ, F; AZEVEDO, A. C. **A Pesca como Atividade Econômica**: Problemas e Soluções, 1976.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **Caminhos da transparência**. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2002.
- SPINK, Mary Jane. (Org). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação sem fronteiras**. São Paulo: Vozes, 2003.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TISHMAN, Shari; PERKINS, David N; TAY, Eileen. **A cultura do pensamento na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed. 1999.
- TOPALOV, Christian. **Estruturas Agrárias Brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. **Sociedade e Trabalho na História**. Revista Brasileira de História . V. 6. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- TRAUT, Emma Bruner. **Os fundadores das grandes religiões**. São Paulo: Vozes, 1999.
- TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- UNESCO. Um novo caminho para o Brasil no século XXI. Brasília, 2002.
- UNESCO. Declaração Universal sobre o Genoma Humanos e os Direitos Humanos: Da teoria à prática. Brasília: 2001.
- UNESCO INFORME MUNDIAL SOBRE A CULTURA, 2000: Diversidade cultural, conflito e pluralismo, Brasil: Moderna, 2003.
- VALENTE, Ana Lucia E.F. **Educação e diversidade cultural**. São Paulo: Moderna, 1999.
- VALÉRIO, Walter Paldes. **Programa de direito tributário**: parte geral. 15. ed. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- VIDAL, J.W. Batista; VASCONCELOS, Gilberto F. **Poder dos trópicos**. São Paulo: Casa Amarela, 1998.
- VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da civilização**: a sociedade civil na globalização: Rio de Janeiro: Record, 2001.

- VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Lisboa: Antídoto, 1979.
- _____. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.
- VYGOTSKI, LÚRIA, LEONTIEV. El Desarrollo de los Processos Psicológicos Superiores. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- _____. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.
- _____. **Obras Escogidas II** Incluye Pensamento y Lenguaje, Conferecias sobre Psicologia. Madrid: Visor Distribuiciones, 1993.
- _____. **Obras Escogidas III**: Incluye Problemas del Desarrollo de la Psique. Madrid: Visor Distribuiciones, 1995.
- _____. **Obras Escogidas IV**: Incluye Paidologia del Adolescente, Problemas de la Psicologia Infantil. Madrid: Visor Distribuiciones, 1996.
- _____. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **A Formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WAISELFISZ, Beatriz et al. **Cultura científica**: um direito de todos. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- WATANABE, Marta. **Guia valor econômico de disputas tributárias**. São Paulo: Globo, 2004.
- ZUNINO, Delia Lener de. **O pensamento de Vygotsky e Baktin no Brasil**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

SÍTIOS NA INTERNET

- *www.sed.rct-sc.br* – Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SC
- *www.sef.sc.gov.br* – Secretaria de Estado da Fazenda – SC
- Ministério da Educação: *www.mec.gov.br*
- Secretaria da Receita Federal: www.*receita.fazenda.gov.br/*
- *www.aprendiz.com.br*
- *www.scielo.br*

REVISTAS E CADERNOS

- Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- Revista Caros Amigos, Editora Casa Amarela.
- Revista Educação, Editora Projeto.
- Revista Escola, Editora Abril.

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações